

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História Social

A FAMÍLIA ESCRAVA NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1850-1888)

Caetano De' Carli

Brasília

2007

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História Social

A FAMÍLIA ESCRAVA NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1850-1888)

Caetano De' Carli

Dissertação apresentada
ao Programa em História
Social da Universidade de
Brasília, para a obtenção
do título de mestre.

Orientador:

Prof. Celso S. Fonseca

Brasília

2007

Dissertação de Mestrado defendida por Caetano De' Carli no dia 27 de Abril de 2007 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Celso Silva Fonseca

Prof. Ph.D Flávio Rabelo Versiani

Prof. Dr. Marcos Magalhães Aguiar

Profa. Dr. Vanessa Brasil

ÍNDICE

Introdução.....	I
Capítulo 1: Antropologia Histórica da Família Escrava.....	1
Capítulo 2: O Sertão e os Sertanejos.. ..	24
Capítulo 3: O Sistema Escravista Sertanejo em Pernambuco.....	54
Capítulo 4: A Família Escrava Sertaneja.....	76
Conclusão.....	99
Arquivos e Fontes.....	103
Bibliografia.....	106

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às pessoas que investiram em meus sonhos desde muito tempo, meus pais, Gênova e Otávio. Sem o seu apoio, carinho e compreensão tudo que eu construí até aqui não seria possível.

Também gostaria de agradecer, especialmente, aos professores Flávio Rabelo Versiani (Departamento de Economia – UnB) e José Raimundo Vergolino (Departamento de Economia – UFPE), pessoas com quem mantenho um respeitoso relacionamento de orientação, amizade e companheirismo desde os tempos de bolsista do PIBIC. O estímulo desses professores foi decisivo para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço ao meu orientador, professor Celso Silva Fonseca (Departamento de História UnB), que se dedicou intensamente ao meu trabalho, além dos demais professores que também participaram de minha vida acadêmica nesses dois anos de mestrado: o professor Estevão Chaves Rezende Martins, a professora Vanessa Brasil, o professor Marcos Magalhães (ambos do departamento de História da UnB); o professor Wilson Trajano Filho (departamento de Antropologia da UnB); e os professores Marcus Joaquim M. de Carvalho e Marc Jay Hoffnagel (do departamento de História da UFPE).

Agradeço às pessoas que mantive contato no trabalho de pesquisa, entre arquivos e acervos históricos, que muito me ajudaram e facilitaram meu trabalho: Severiano, Galvão e Reinaldo (do IAHGPE), Ivan (da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias), e a Emília e Ívina com quem troquei preciosas informações sobre a minha pesquisa.

Aos meus amigos e amigas de Recife, que compartilharam momentos de alegria e saudade; a Alcione, Pollyana, tia Lora, tia Itália, tia Albânia, tio Oswaldo, tio Valença, tio Joaquim, vovó Jaidete, Diana, Tamara, Natália, Marcelo, Júlia, Jane, Paulo, Jamerson, Luciana, Marina, Erick, Rodrigo Nery, Rodrigo Peixoto, Bruno Lins, Mané, Duca, Ana, Guiga, Madalena, Manuel, Guga, Bruno Romero, Luis Gustavo, Tiago, Antônio, Zé Gomes, Chico, Daniel, meu pai Evandro e, especialmente, André, meu irmão e companheiro.

Aos meus colegas de curso e amigos de Brasília que me deram forças para seguir em frente, a tia Andréia, Rafael, Tiago, Carol França, tio Fernando, Fernando

Dominience, Carol Pereira, Thais, Batista, Odilon, André, Lindemberg, Dario, Paula, Paulinho, Gustavo, Humberto, Henrique, Tiago, Tiago mineiro, Cid, Preá, Pola, Giovana, Leo, Aninha, Izabel. Gilberto, André, Gija, Silvinha, Fernanda, Bárbara, Léo, Juliana, Raquel, Lina, Jeansley e Glauber (meu companheiro de pau-de-arara).

A Pedro e Washington, por terem agüentado dois anos de aperreações na secretaria do departamento.

A CAPES por ter financiado meu mestrado.

E, finalmente, a Maria, minha companheira, que com toda compreensão, carinho e amor, revisou esta dissertação.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado projetou a família escrava sertaneja, tendo como perspectiva a teoria antropológica do parentesco. Buscou-se, para esses fins, a análise quantitativa e qualitativa nos inventários, livros de casamento, livros de memórias, relatos de viajantes e levantamentos populacionais. O Sertão Pernambucano desenvolveu, na segunda metade do século XIX, um sistema escravista que se abastecia via reprodução escrava. A ocorrência de famílias escravas, pelo menos em sua estrutura mais básica (mãe e filhos), foi freqüente e natural nessa região. As escravas, por desempenharem uma maior quantidade de atividades que exigiam mais habilidade do que esforço, em comparação às atividades comumente desempenhadas pelos escravos, acabavam conseguindo, na maioria dos casos, agregar mais vantagens ao seu campo doméstico no seu papel de mãe-esposa, do que os homens cativos no seu papel de pai-marido. A escrava – no seu status de mãe – tendia a ser usualmente a líder de fato do seu campo doméstico, e inversamente, o escravo no seu papel de pai-marido (se presente) tendia a ser marginalizado na complexa rede de relações internas do grupo.

ABSTRACT

This master's thesis represented the *sertanejo* (backwoods) slave family according to the anthropologic relationship theory. For this purpose it was used a quantitative and qualitative analysis of the inventories, wedding books, memoirs, travelers' reports and populational studies. Pernambuco's *Sertão* (backwoods) developed, in the second half of the nineteenth century, a slavery system that was supplied by slave reproduction. The occurrence of slave families, at least in its most basic structure (mother and offspring), was frequent and natural in this region. Female slaves performed activities that demanded more skills than strength compared to the usual male activities. Therefore, they achieved in most cases more domestic advantages to perform their role as mother-wife than the captive men in their father-husband role. The female slave, in her motherly status, tended to be the actual dominant figure of their private space. Inversely, the male slave in its fatherly role (if present) tended to be marginalized of the group's internal complex relationship network.

*Relembro a casa com varanda,
Muitas flores na janela
Minha mãe lá dentro dela
Me dizia num sorriso
Mas na lágrima um aviso
Pra que eu tivesse cuidado
Na partida pro futuro
Eu ainda era puro
Mas num beijo disse adeus*

*Minha casa era modéstia
Mas eu estava seguro
Não tinha medo de nada
Não tinha medo de escuro
Não temia trovoada
Meus irmãos a minha volta
E meu pai sempre de volta
Trazia o suor no rosto
Nenhum dinheiro no bolso
Mas trazia esperanças*

[...]

*Relembro bem a festa, o apito
E na multidão um grito
O sangue num linho branco
A paz de quem carregava
Em seus braços quem chorava
E o céu ainda olhava
Encontrava esperança
De um dia tão distante
Pelo menos num instante
Encontrar a paz sonhada*

[...]

*Eu venho aqui me deito e falo
Pra você que só escuta
E não entende minha luta
Afim de que me queixo
São problemas superados
Mas o meu passado vive
Em tudo que eu faço agora
Ele está no meu presente
Mas eu apenas desabafo
Confusões da minha mente*

*Essas recordações me matam
Por isso eu venho aqui*

(Roberto Carlos, O Divã, 1972)

INTRODUÇÃO

O nascimento da cultura afro-americana no Novo Mundo decorreu a partir de uma tensão entre a sobrevivência dos costumes africanos e a formação de um novo paradigma cultural entre esses povos. Na geração social do candomblé, da umbanda, da língua e da música negra, da capoeira e da feijoada havia um dúbio processo entre a africanização e a criouliização. De certo modo, a barreira entre o que era africano e crioulo na cultura afro-americana é muito tênue, quase transparente.

No caso da família cativa, é difícil classificar uma sobrevivência completa dos sistemas de parentescos africanos no Novo Mundo. Mesmo que algumas pesquisas apontem para vestígios de práticas de parentesco africanas nessas terras, como a de Robert Slenes no caso de Campinas, fatores do próprio processo do cativo relacionados com o tráfico, a interferência senhorial, a morada dos escravos ou a influência do cristianismo, instituíram tipos de laços familiares completamente novos. Tais fatores, que foram apontados por várias correntes historiográficas como agentes bloqueadores da família escrava, não impediram, entretanto, a busca desses cativos em torno de uma família estável na medida do possível.

A família é a organização social mais antiga da história da humanidade. A partir dela, todos os grupos humanos se organizaram, e sobre ela percorreu quase toda a dinâmica cultural produzida pelo homem. A família – enquanto instituição social – se entrecruza com os costumes, com as necessidades econômicas e com os fatores políticos. Os escravos, que por muito tempo foram projetados quase como seres sub-humanos e passivos à escravidão tiveram, com o resgate de seu modo de vida pela nova historiografia brasileira, a sua vivência familiar inserida no debate historiográfico.

Evidências de formações familiares entre os cativos são abundantes nas documentações primárias. No ano de 1720, por exemplo, em plena época colonial, a Igreja Católica, tentando revisar a legislação eclesiástica, publicou as primeiras constituições do Arcebispado da Bahia. Esse regimento religioso, que tinha o intuito de estabelecer normas de comportamento aos habitantes da América Portuguesa, derivou de uma necessidade mais específica de controle social, visto o crescimento do número

de habitantes e da diversificação econômica e cultural sofrida pela colônia¹. Entre diversas passagens, essa documentação referencia que

conforme o direito divino, e humano, os escravos , e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tentar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro pode ser cativo ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre sua consciência culpa sobre seus escravos, que por esse temor se deixa muitas vezes estar; e permanecer em estado de condenação².

Em uma época e lugar diferentes, o viajante Saint-Hilaire anota em seus diários de viagens um encontro com um escravo em uma região rural da província de Minas Gerais. O diálogo entre os dois se dá da seguinte maneira:

Saint-Hilaire - Você naturalmente se aborrece vivendo muito só no meio do mato?

Escravo - Nossa casa não é muito afastada daqui; além disso eu trabalho.

Saint-Hilaire - Você é da Costa da África, não sente alguma vez saudade de sua terra?

Escravo – Não, isto aqui é melhor; não tinha ainda barba quando vim para cá; habituei-me com a vida que passo.

Saint-Hilaire - Mas, aqui você é escravo; não pode jamais fazer o que quer.

Escravo - Isso é desagradável, é verdade; mas o meu senhor é bom, me dá bastante o que comer: ainda não me bateu seis vezes desde que me comprou, e me deixa tratar da minha roça. Trabalho para mim aos domingos; planto milho e mandubis (Arachis), com isso arranjo algum dinheiro.

Saint-Hilaire - É casado?

Escravo - Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não fica satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua³.

¹ OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Batismo de Escravos Adultos e o Parentesco espiritual nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Anais da V Jornada Setecentista, 2003, pg 8.

² Essa fonte eclesiástica não evidencia uma real proibição dos senhores impedirem o casamento de seus escravos ou separarem – por meio de venda – os cativos de seus parentes mais próximos. Provavelmente, essa ação da Igreja derivava de uma relativa freqüência desse tipo de atitude por parte dos proprietários de escravos no Brasil. Somente em 1869, que vai se estabelecer um decreto, em 15 de setembro, proibindo essa separação. Pouco tempo depois, a Lei do Ventre Livre reverencia esse ato oficial. Independente dos resultados obtidos por essas legislações – sejam elas derivadas do campo cultural ou oficial – é importante notar que a família escrava foi uma instituição presente no modo de vida desses agentes históricos. ver ANDRADE, Rômulo. **Casamento Entre Escravos na região Cafeeira de Minas Gerais**. Revista da Universidade Rural, série ciências humanas. V. 22, n2, p.177-197, pg. 3.

³ SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivalde Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975, pg 53.

Entre esses dois relatos desconexos, costura-se uma mesma evidência: os escravos brasileiros constituíram laços de parentesco e ao seu modo tentaram vivenciá-los. No primeiro relato, observa-se que a fala cátedra atua sobre um provável clima de tensão onde alguns senhores escravistas tentavam impedir, em seus referidos subordinados, a formação do arranjo solidário proporcionado pela vida em família. No segundo relato, a voz do cativo reproduzida por Saint-Hilaire demonstra que havia regras próprias de parentesco seguidas por esses agentes históricos. Nesse caso, percebe-se uma endogamia, em que os escravos africanos procuravam se casar com membros de suas nações.

A evidência da formação de laços familiares, no entanto, não se restringe à micro-análise acima citada. O censo de 1872, as listas de classificação de escravos, os inventários, as cartas de alforria, os livros de compra e venda de escravos, os livros de casamento e batismo e vários levantamentos populacionais locais demonstram uma razoável quantidade de escravos oficialmente casados (laços familiares de aliança) e um enorme número de cativos crioulos (laços familiares de filiação)⁴.

Diante de tantas evidências, é clara hoje, no campo historiográfico, a formação de laços familiares entre a população cativa brasileira. Esse paradigma de se debater a família escrava surge, no entanto, mais por uma mudança de perspectiva no olhar sobre o agente histórico do que em decorrência do aparecimento de novas fontes. Vários autores da escola tradicional enumeraram essas documentações acima citadas, sem evidenciar, todavia, para o fato do desenvolvimento do parentesco cativo. Ao contrário: eles afirmaram e reproduziram a idéia de que os laços familiares eram impossíveis de se estabelecer em cativeiro devido ao clima de promiscuidade originado pela opressão senhorial.

O recente resgate do modo de vida familiar dos escravos brasileiros enfoca, entretanto, em sua grande maioria, regiões do centro-sul do país. Nessa historiografia, destacam-se as obras de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A Paz nas Senzalas* e de Robert Slenes, *Na Senzala uma Flor*. Esses autores realizaram análises empíricas sobre o Vale do Paraíba e Campinas, em que pensam genericamente sobre o papel do parentesco para o cativo. Uma pesquisa sobre a família escrava numa localidade como o

⁴ A própria existência do escravo crioulo em si indica a formação de laços familiares entre os cativos; uma vez que todo ele foi derivado de, pelo menos, uma relação materna mesmo que seja por pouco tempo de vida.

Sertão de Pernambuco pode contribuir para esse debate genérico, uma vez que, ao contrário das regiões trabalhadas pelos autores acima citados, essa região era uma zona pecuarista que possuía um sistema escravista crioulo e um abastecimento via reprodutividade natural dos cativos.

Esta pesquisa destaca as peculiaridades do escravismo dessa região bem como as estratégias de parentesco utilizadas pelos cativos sertanejos. O diálogo com a antropologia e com a recente historiografia sobre a escravidão servirá de ponto de partida para uma análise mais precisa de fontes que até então, em sua maioria, foram pouco trabalhadas em Pernambuco. Essas fontes são constituídas pela documentação cartorial do acervo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, por relatos de sertanistas, levantamentos populacionais e livros de casamentos de cativos. Os dados extraídos desse acervo foram metodologicamente utilizados em dois níveis: a análise macro (baseada na metodologia quantitativa) e a análise micro (baseada na metodologia qualitativa). A operacionalidade dessa relação bifocal, em termos analíticos, garantirá a esse estudo uma conjunção entre diferentes tipos de abrangências que enriquece a pesquisa histórica⁵.

No primeiro capítulo, explicita-se um diálogo entre a teoria antropológica do parentesco e a historiografia da escravidão moderna sobre família, englobando uma dimensão que enquadra não somente o objeto central dessa pesquisa, como também qualquer tema acerca da família cativa brasileira. O ponto de encontro entre a antropologia e a historiografia abordada é o livro de Martine Segalen *Historical Antropology of the Family*, já que a autora é um dos precursores da operacionalização de um diálogo entre esses dois campos das ciências humanas, tendo em foco a categoria do parentesco. Este capítulo levanta problematizações que envolvem: as dificuldades em se aplicar a teoria antropológica do parentesco no método histórico; os limites teóricos que englobam terminologias como família, casamentos e filiação no campo historiográfico; e até que ponto a História aborda as relações familiares sob a ótica da luta de classes. A intenção principal, aqui, é a desesteriotipização do escravo enquanto agente histórico, e por conseqüência, as desmitificações da família escrava no campo historiográfico.

Partindo desse arcabouço teórico, o segundo capítulo segue para uma abordagem sob o recorte espacial-temporal da pesquisa, o Sertão Pernambucano oitocentista. A

⁵ LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

idéia central desta parte da dissertação argumenta, além da contextualização da temática proposta, a tese de que essa sociedade possuiu a peculiaridade de ter desenvolvido um escravismo tipicamente sertanejo. Desloca-se um pouco da análise generalizante do escravismo de *plantation* e do escravismo urbano para se propor uma abordagem sobre as estruturas gerais do escravismo numa zona pecuarista, valendo-se do contraponto à visão clássica de que, em áreas criatórias, o sistema escravista agia com irracionalidade econômica. A dificuldade encontrada nesse processo interpretativo da pesquisa histórica passou por uma carência de abordagem sobre o Sertão de Pernambuco dentro da historiografia, bem como a escassez de fontes direcionadas para essa localidade. Assim sendo, dentro do limite dos prazos instituídos para uma dissertação de mestrado, buscou-se analisar em diversas fontes primárias, elementos básicos para se partir para uma discussão mais profunda sobre a família escrava sertaneja.

No terceiro capítulo verifica-se a hipótese de que havia no Sertão Pernambucano um escravismo abastecido pela reprodutividade que, conseqüentemente, redimensionou a base da sociabilidade dos cativos dessa região para a família. Discute-se, ainda, questões acerca do declínio do escravismo sertanejo, contestando a tese de Robert Conrad de que, a partir de 1850, as economias periféricas do Norte do Império cederam rapidamente os seus cativos para as lavouras cafeeiras das províncias do Sul. Esse debate aponta para uma estabilidade do escravismo sertanejo entre 1850 a 1877 e para um decréscimo considerável da população escrava sertaneja a partir dessa época.

No quarto capítulo, explana-se a família escrava em várias perspectivas. Primeiramente, há um debate relacionado às possibilidades que o cativo sertanejo tinha em agregar benefícios materiais ao seu campo doméstico. A hipótese a ser verificada, nesse caso, deduz que as atividades tradicionalmente realizadas pelas escravas forneciam a elas melhores condições de agregar benefícios em sua esfera doméstica. Observam-se, também, estratégias de casamento dos cativos, ventilando temas como o não casar enquanto táctica de vida de alguns escravos sertanejos e as tendências endogâmicas no matrimônio desses agentes históricos.

Metodologia e Fontes

Vários historiadores apontam para uma re-significação do macro-olhar na pesquisa histórica, redimensionando as múltiplas carências historiográficas para além do *micro*. Christopher Lash argüi que, não se atendo o historiador ao macro como uma estrutura holística e valorizando a ação estruturante do indivíduo, as estruturas da História podem ser alvo de debates e problematizações na pesquisa histórica. Para John Hall, o historiador deve trabalhar cultura em dois níveis: significados culturais específicos e estruturas culturais genéricas. O método do historiador consiste, conseqüentemente, em localizar o caráter dual da história cultural nas alternativas – intrínseca versus extrínseca – a partir de apropriações metodológicas. O intrínseco é o evento cultural dentro de seu fazer-se, ou seja, o estudo de caso, englobando o fato sem considerar a conseqüência. O extrínseco corresponderia a configurações históricas, a generalizações, ao estudo macro⁶.

Enfoca-se nesta pesquisa, portanto, aspectos da macro-história – interpretando, a partir dos dados quantitativos, a estrutura de rede de sociabilidade do escravo sertanejo em Pernambuco no período proposto – e da micro-história, relatando, a partir dos dados qualitativos, casos de indivíduos que construíram suas relações familiares a partir de vivências próprias⁷.

As fontes primárias utilizadas para a temática sugerida nesta dissertação serão os inventários *post mortem* e os livros de compra e venda de escravos do Arquivo Orlando Cavalcanti, do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, os livros de memórias de Ulisses Lins de Albuquerque, o censo de 1872, o livro de casamentos de Fazenda Grande e os levantamentos populacionais realizados no século XIX.

Nos inventários, encontram-se descrições e valores das riquezas que envolvem os metais preciosos, os móveis, os instrumentos, as terras, as casas, os animais, os escravos e as dívidas passivas e ativas dos bens do inventariado. No caso dos escravos, cada inventário constitui um plantel e eles são descritos enquanto a sua origem, sexo, idade, preço e, às vezes, atividade e estado civil. Ao todo, esse acervo conta com 351 inventários do Sertão, os quais possuem 1903 escravos ao longo do período entre 1800 e 1887.

⁶ HALL, John R. **Cultural Meanings and Cultural Structures in Historical Explanation**. History and Theory. Vol. 39, No. 3. 2000, pg. 331-347.

⁷ LLOYD, Christopher. ob. cit.

Os inventários constituem uma fonte voltada para análise da parcela da sociedade proprietária de terras ou escravos e, também, para um enfoque da própria população cativa. A vantagem dessa documentação, em relação aos levantamentos populacionais, é a oportunidade de ela ser trabalhada a partir de uma série temporal. Eles também lançam luz à estrutura do escravismo a partir de unidades produtivas. Além de se constituir como uma fonte quantitativa importantíssima, tal documentação também apresenta dados relevantes para serem discutidos caso a caso. Uma análise qualitativa nos inventários ainda possibilita o estudo da cultura material do Sertão Pernambucano no referido período.

Os livros de compra e venda de escravos representam uma amostra mais restrita a um curto período do século XIX, de 1866 até 1880, sendo importante para complementar as evidências quantitativas e qualitativas dos inventários. No total, são 15 livros: um de 1866, dois de 1869, dois de 1870, um de 1872, dois de 1877, quatro de 1878, um de 1879 e dois de 1880. O total de cativos descrito nesses livros corresponde a 1760 com 90 deles originados do Sertão de Pernambuco. A grande vantagem dessa documentação em comparação aos inventários é a sua maior especificação na descrição dos escravos, visto que variáveis como atividades, locais de nascimento ou estado civil aparecem bem definidas. Além disso, essa fonte será utilizada de maneira qualitativa, principalmente para avaliar casos de famílias ou crianças que eram vendidas durante esse período.

Esses dois tipos de documentações fazem parte do acervo de fontes históricas coletadas pela equipe dos professores Flávio R. Versiani e José R. Vergolino, dentro do grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos Comparados do Escravismo no Brasil.

O livro de casamento de Floresta serve a esta pesquisa para a análise do casamento oficial dos cativos. Nessa documentação, encontram-se descrições do local, data e hora do casamento, nome das testemunhas, dos cativos e de seus proprietários. Essa fonte primária foi gentilmente cedida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, responsável por um brilhante trabalho de digitalização do acervo eclesiástico brasileiro.

Além dessas documentações, foram pesquisados alguns levantamentos populacionais do século XIX, como o relato da polícia civil em 1855-59 e o censo de 1872. Tais fontes complementarão a amostra dos inventários, visando verificar alguns

aspectos da estrutura do escravismo sertanejo que auxiliem o entendimento do modo de vida escravo nessas terras.

Os livros de Ulisses Lins de Albuquerque oferecem casos individuais das mais variadas formas de estruturas familiares dos escravos. As obras de Ulisses Lins de Albuquerque – principalmente a tríade *Três Ribeiras*, *Moxotó Brabo* e *O Sertão e Um Sertanejo* - correspondem a fontes secundárias riquíssimas. Vivenciando a sua infância em Alagoa de Baixo, atual Sertânia, no final do século XIX, o autor recolheu memórias, relatos de outros contemporâneos, além de pesquisas em fontes primárias e no folclore local. Esse trabalho se utilizou também de Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco, além do diário de viagem de Teodoro Sampaio ao Rio São Francisco.

A metodologia de análise das fontes foi dividida em duas partes. Em relação à análise quantitativa, procurou-se agrupar as variáveis comuns aos documentos em tabelas para interpretá-las de acordo com a situação histórica, estabelecendo um paralelo entre a amostragem, a bibliografia sobre o tema, os dados qualitativos e a interpretação histórica. Nas fontes qualitativas, buscaram-se os indícios a serem trabalhados sobre os casos individuais de escravos, trazendo a singularidade e o cotidiano desses cativos para os debates propostos pela pesquisa.

CAPÍTULO 1: ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DA FAMÍLIA ESCRAVA

As pesquisas históricas têm buscado embasamento nas mais variadas linhas teóricas para atender às novas carências que surgem na historiografia. Dessa forma, a interdisciplinaridade emerge como um exercício ao qual o historiador deve se prestar, visando ampliar seus leques de abordagens. Tentando se desvencilhar das épocas dos grandes paradigmas dominantes, a História deve permanecer atenta ao diálogo com outras ciências humanas, como Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, Psicologia ou Literatura⁸.

Em algumas obras historiográficas sobre organizações familiares há uma tendência que visa associar as esferas teóricas da História com as das pesquisas antropológicas na área do parentesco. A Antropologia Histórica da Família surge como um novo paradigma resultante dessa fusão e sua aplicação nas pesquisas acerca da família escrava pode contribuir para uma projeção mais aprimorada da dinâmica social das relações de parentesco entre os cativos.

Sob certos critérios, o uso da antropologia do parentesco é uma trilha viável para a historiografia. Por muito tempo, a antropologia procurou ver o parentesco como um elemento formador das estruturas das sociedades elementares. Alfred Radcliffe-Brown teorizou a dinâmica do parentesco dessas sociedades a partir das relações de filiação. Nas palavras de Klaas Woortmann, “*a teoria do parentesco de Radcliffe-Brown enfatiza a descendência e a transmissão de status, direitos e deveres*”. Todos esses elementos se operacionalizariam nas relações diáticas entre o avô, o pai e o filho. A família, para Radcliffe-Brown, seria, portanto, o local onde as relações de parentesco ocorriam de maneira mais intensa, uma vez que, quanto mais distante o parente do ego, menor seria a intensidade dessas relações⁹.

Meyer Fortes projetou o sistema de parentesco dos *Tallensi* ressaltando a diferença de funcionalidade entre a esfera pública – que para ele seriam os laços de linhagem – e a esfera privada – os laços cognitivos. Estes últimos seriam relações de parentesco construídas a partir de interações cotidianas como o afeto, a cooperação

⁸ MARTINS, Estevão R. **História e Teoria na Era dos Extremos**. Revista de História e Estudos Culturais. Fênix, Vol. 3 Junho 2006.

⁹ RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973. WORTMANN, Klaas. **Levi-Strauss e a Família Indesejada**. Série Antropológica. No. 351. pg. 6. Brasília; 2004.

econômica e a educação. Já os laços de linhagem incluiriam as relações sociais baseadas em uma descendência comum como costumes, valores e regras de direitos e deveres a partir do parentesco¹⁰.

Claude Levi-Strauss afirma que os sistemas elementares de parentesco têm origem nas trocas operacionalizadas nas regras matrimoniais. A proibição do incesto geraria a exogamia, onde uma família X teria de ceder suas mulheres aos homens de outras famílias e seus filhos teriam de casar com mulheres de fora de seu círculo familiar¹¹. Como argumenta Woortmann,

No caso da proibição simples do incesto, como nas sociedades ocidentais, o sistema de trocas repousaria sobre uma ‘garantia fiduciária’ – a liberdade teórica de reclamar qualquer mulher do grupo, em troca da renúncia a certas mulheres designadas no círculo familiar, liberdade assegurada pela extensão a todos os homens da proibição que afeta cada homem em particular¹².

Nos dias atuais, é quase um consenso entre os antropólogos que o parentesco não representa a totalidade das estruturas sociais de qualquer sociedade, mas é uma organização social que se operacionaliza de modo próprio e particular dentro da cultura de todos os povos. Estudando casos considerados *heresias* como o celibato e o casamento de um homem com sua prima paralela patrilinear, Pierre Bourdieu estabeleceu que essas regras (consideradas imutáveis) podem ser perfeitamente modificadas pelos hábitos. As regras de parentesco para esse autor são, portanto, construídas na vida prática dos homens e das mulheres, e a adoção de modelos antropológicos deve ter como critério as especificidades culturais de cada povo¹³.

O livro *Historical Anthropology of the Family*, de autoria de Martine Segalen, é um precioso manual sobre os caminhos metodológicos e teóricos que o historiador deve percorrer para fazer uso desse campo das ciências humanas na pesquisa histórica. Seu argumento básico é que a diferença da dinâmica do parentesco em sociedades elementares e em sociedades complexas acontece, somente, pela variedade que há nessa última de conexões de outras organizações sociais e forças motrizes de agir humano a qual o parentesco se integra. Mesmo assim, categorias analíticas utilizadas em

¹⁰ FORTES, Meyer. **The Web of Kinship among the Tallensi**. London: Oxford University Press, 1949.

¹¹ LEVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Vozes, 2003.

¹² WORTMANN, Klaas. Ob. Cit., pg. 29.

¹³ BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

sociedades elementares como filiação, exogamia, endogamia e incesto fazem parte da dinâmica do parentesco de qualquer sociedade, e, por consequência, podem ser aplicadas pela historiografia.

A principal dificuldade de se utilizar uma teoria antropológica sobre a família dentro da pesquisa histórica é metodológica. O historiador pode se apropriar de teorias antropológicas, mas aplicar o método do antropólogo em sociedades há muito tempo passadas é um exercício inviável. De acordo com Segalen,

Quando estamos lidando com questões de nosso próprio tempo, podemos conduzir questionários ou perguntar a casais sobre suas opiniões e seus costumes, mas isso não é possível quando estamos lidando com o passado. Isso significa que temos que consultar literatura ou trabalhar com folcloristas para talvez conseguirmos uma imagem distorcida¹⁴.

A grosso modo, pode-se complementar que o método antropológico busca, em seu campo ideal, uma totalidade das relações familiares, enquanto o método histórico trabalha com os vestígios para especular possibilidades de vivências do agente histórico dentro do parentesco.

1. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA E AS LINHAGENS DOS ESCRAVOS

Nas sociedades complexas não se observa padrões tão definidos de descendência para classificar sistemas de transmissão de valores inteiros em patrilineares ou matrilineares. Algumas pesquisas antropológicas sugerem que, nem mesmo em sociedades elementares, a classificação dos sistemas de descendências pela linhagem pode ser simplificada em uma única categoria. Rodney Needham afirma que uma regra de descendência não deve ser aplicada a todo o conjunto de direitos e deveres de uma determinada sociedade. Deve-se procurar, em cada tipo de normas, a sua própria regra de descendência. A finalidade disso é *“preservar a especificidade de cada fato social”* e, ao mesmo tempo, fazer uma comparação *“mais válida do que o simples funcionalismo”*. Se o pesquisador tiver o cuidado de evitar a caracterização dos sistemas

¹⁴ SEGALLEN, Martine. **Historical Anthropology of the Family**. Cambridge University Press, 2002. Pg. 201.

de descendências unicamente como patrilineares ou matrilineares, o estudo sobre a linhagem no campo historiográfico é um exercício viável¹⁵.

Uma série de bens econômicos, *status* ou costumes são perpassados de pai ou/ mãe para filho e/ou filha. Segalen chama a atenção para o fato de que, em comunidades camponesas, da mesma forma como acontece em sociedades elementares, o lugar do parentesco se associa com os meios e normas nas quais as pessoas adquirem terras. Mesmo que a terra para sociedades elementares seja um bem comunitário e para as sociedades complexas sejam bens privados, nos dois casos ela é usada “*por grupos domésticos que a passa de geração em geração e, por conseguinte, ocupam um lugar maior na comunidade*”¹⁶.

Nos estudos históricos sobre os efeitos do processo de urbanização e industrialização das sociedades européias nas organizações familiares, existe um questionamento sobre quais foram as perdas das funções do parentesco na estrutura social do agente histórico. A visão de Talcott Parsons indica que esse processo fragmentou a família separando-a de sua rede de parentesco e reduzindo o tamanho do grupo doméstico até sua estrutura mais elementar: a família nuclear. Segundo o autor, a família era, assim, transformada numa unidade exclusivamente de consumo e residência, perdendo suas antigas funções produtivas, religiosas e políticas¹⁷.

Martine Segalen contesta essa tese inferindo que o parentesco nas sociedades urbanas e industriais não pode ser reduzido a uma organização social arcaica oriunda de comunidades rurais que subsistiu durante o processo de urbanização. Segundo a autora, a vida nas cidades industriais provocou novas responsabilidades para o parentesco diante das necessidades criadas pelas condições em que esses indivíduos se apresentaram. A família não era mais vista, nessas condições, como uma organização social perfeitamente adaptada à sociedade moderna, mas, muito mais como um abrigo que se operacionalizava na proteção social¹⁸.

Na historiografia da escravidão no Mundo Atlântico, há um debate sobre se o processo de escravização teria destruído os sistemas de linhagens africanos ou se havia condições para alguma forma de sua sobrevivência nas Américas. Sidney Mintz e

¹⁵ O autor cita o caso da sociedade Penan onde, por exemplo, a descendência do nome é patrilinear, as regras de residência são matrilineares e as regras de heranças são paralelas. Ver NEDHAN, Rodney. **Remarks on the Analysis of Kinship and Marriage**. London: Tavistock Publications., 1971. Pg. 11, 12

¹⁶ SEGALEN, Martine. ob. cit. Pg. 62.

¹⁷ SEGALEN, Martine. ob. cit. Pg. 74.

¹⁸ SEGALEN, Martine. ob. cit. Pg. 77, 80.

Richard Price argumentam que o cativo no Novo Mundo acabou gerando uma nova cultura que não podia ser classificada simplesmente como herança africana, pois o seu processo de adaptação no sistema escravista a re-significou em muitos aspectos. O processo de interação entre as diversas culturas africanas e as culturas dos povos europeus e indígenas, acabou materializando uma nova forma de vivência cultural entre os cativos dessas colônias européias e isso, associado à condição do cativo, acabou provocando a perda do poder que o parentesco desempenhava na África como “*força organizadora importante*”¹⁹. Mesmo que os escravos tivessem um desejo de manter o parentesco como idioma normal das relações sociais, foi muito difícil estabelecer grupos significativos de parentes em situação de cativo. As famílias que os escravos conseguiam formar foram, para esses autores, reduzidas a pequenos grupos. Mesmo evidenciando a formação desses núcleos familiares, Mintz e Price parecem ter desacreditado na funcionalidade das linhagens de parentesco entre os escravos nas Américas²⁰.

Essa descrença também é compartilhada por Klaas Woortmann, para quem os sistemas de parentesco organizados na patrilinearidade (tipicamente africanos) eram impossíveis de serem reproduzidos em cativo, “*embora pudessem sê-lo no contexto de quilombos ou no caso de grupos negros nas Guianas*”. A família ausente da dependência da linhagem também era uma organização social inexistente na África²¹. Isso indicava que a família escrava nas Américas possuía funções, estruturas e regras de direitos e deveres completamente diferentes das famílias africanas.

John Thornton, por outro lado, descreve que a escravidão era uma instituição enraizada nos sistemas políticos e econômicos da África Atlântica e que as características do aprisionamento e tráfico de escravos culminaram mais numa tendência a conservar os grupos culturais africanos do que esfacelá-los. Os africanos no Novo Mundo compunham, portanto, grupos relativamente homogêneos – o que conservou, em muitos aspectos, as suas tradições nas Américas. Sobre a conservação dos laços de parentesco africanos no continente americano, o autor argumenta que

¹⁹ MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard M. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2003. Pg. 99.

²⁰ MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard M. ob. cit. Pg. 100.

²¹ WORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres**. RJ: Tempo Brasileiro, 1987.

o parentesco exerceu seu papel nas propriedades, onde as famílias se formaram e uma geração *creole* desenvolveu-se, apesar de sua estrutura ser diferente da África. Contudo, quando os casamentos realizavam-se entre membros de uma única nação, podia-se esperar indicações de laços de consangüinidade pelos antropônimos que seguiram os padrões usados por essa nação na África²².

Algumas pesquisas históricas na área da escravidão evidenciaram que os laços de parentesco dos afro-americanos ultrapassavam os limites da família nuclear. Herbert Gutman ressalta que os cativos norte-americanos adotavam nomes de avôs e bisavôs, a fim de conservarem a memória de seus antepassados. Robert Slenes, em sua análise sobre a família escrava em Campinas, coloca que o padrão da família nuclear entre os laços familiares dos escravos e a preservação da memória dos antepassados nos fogos das casas dos cativos casados são evidências de uma sobrevivência do parentesco africano.

Independentemente de ser herança africana ou não, é provável que, para alguns grupos de cativos afro-americanos, as linhagens de parentesco tivessem, dentro dos limites da escravidão, uma dinâmica social semelhante a de qualquer grupo de imigrantes. De acordo com a especificidade cultural de cada nação africana, a linhagem poderia adquirir algumas funções como, por exemplo, identificação – servindo como uma forma de cartão de identidade nas relações cotidianas – e aculturação, essencial para qualquer grupo de imigrantes ou de minorias religiosas ou políticas conservarem seus costumes²³.

²² O autor coloca ainda que “uma abordagem baseada na consangüinidade tende a não dar a devida importância ao fato de que a instituição da escravidão na África, amplamente difundida, significou que a maior parte das sociedades africanas desenvolveu mecanismos para integrar pessoas estranhas como os escravos, em geral utilizando o idioma de seus vínculos familiares. Como os escravos vendidos no comércio do Atlântico já podiam ser escravos na África, ou até mesmo terem possuído escravos no momento de sua escravização, o novo ‘falso parentesco’ de uma plantation ou de uma família poderia lhes ser familiar. Citou-se antes que tanto os africanos como os europeus consideravam os escravos legalmente como parentes mais jovens, um ponto ressaltado no costume americano de referir-se aos escravos com nomes de crianças, ou o uso freqüente de diminutivos”. Ver: THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico. 1400-1800**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004. pg. 293.

²³ Ver funções da linhagem nos grupos de imigrantes em SEGALLEN, Martine. ob. Cit. Pg. 93, 94.

2. A FAMÍLIA ESCRAVA NA ESFERA DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA – A QUESTÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE

Uma das contribuições da Antropologia para o estudo do parentesco foi a sua dissociação das relações de classe, tendo em vista a percepção de que essas duas categorias analíticas se entrecruzam nas vastas redes de interações sociais, mas possuem uma dinâmica social diferenciada²⁴.

Nas obras historiográficas sob a família escrava, há um debate que questiona até que ponto as relações de classe entre senhores e escravos teriam afetado a formação de laços familiares entre os cativos. Os autores clássicos como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Stanley Elkins e Frankilin Frazier, mesmo sobre percepções diferenciadas em relação ao sistema escravista brasileiro e norte-americano, comungavam da idéia de que a opressão social que os escravos sofreram teria ocasionado a não formação de famílias e uma vida sexual promíscua. A partir da década de 70, alguns outros historiadores começaram a repensar o desenvolvimento de laços familiares entre os escravos e suas conexões com as relações senhoriais. Eugene Genovese, Herbert Gutman, Robert Fogel, Stanley Engerman, Richard Price, Sidney Mintz, Manolo Florentino, José Roberto Góes e Robert Slenes, mesmo sob perspectivas diversas, evidenciaram que os escravos procuraram desenvolver laços familiares e que a vida familiar dos cativos não era ausente de moralidade.

Na esfera historiográfica brasileira sobre a família escrava, Gilberto Freyre escreve que “*não há escravidão sem depravação sexual*”. Essa idéia é embasada pelas projeções que o autor narra sobre o papel social desempenhado pela cativa na Casa Grande. Ela foi descrita como a mãe-solteira, a serva sexual do seu senhor ou a iniciadora sexual do filho do senhor. Esse autor compara, inclusive, os papéis distintos exercidos pela esposa do senhor e a escrava, afirmando que “*a virtude da senhora branca apóia-se em grande parte na prostituição da escrava negra*”. Não foi reservada à escrava, dentro da obra de Freyre, a vida familiar, uma vez que, supostamente, essa vida era sinônimo de moralidade. Sendo ela impedida pelo sistema escravista de exercer

²⁴ WORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres**. Tempo Brasileiro. RJ, 1987.

um papel moralmente aceitável de mãe ou esposa, a sua família foi caricaturada como subordinada e inferiorizada em comparação à família senhorial.

A Escola Sociológica da USP, mesmo com tantas diferenças teóricas e metodológicas à obra de Freyre, não projetou aos cativos a possibilidade de desenvolver relações familiares estáveis. Florestan Fernandes, por exemplo, coloca o escravo como uma vítima passiva de um sistema danoso, que o impedia de ter uma conduta moral ou uma família durável. O escravo supostamente vivia num estágio de patologia social, o que justificava seu dito comportamento sexual promíscuo e o não desenvolvimento de uma moralidade familiar²⁵.

Na historiografia norte-americana, até o final da década de 30, vigorava um paradigma influenciado por uma visão senhorial do sistema escravista sulista, que teve como maior representante Ulrich Bonnell Phillips. Esse historiador descreve que o tratamento e a educação dos escravos nas *plantations* do Velho Sul era semelhante à uma escola primária, onde o constante treinamento e controle ajudariam os negros a saírem de um dito estágio atrasado do processo civilizatório.

Nas décadas de 40 e 50, paralelo às reivindicações neo-abolicionistas nos Estados Unidos, o escravo foi vitimizado por historiadores envolvidos nesses movimentos sociais. Frankilin Frazier subestima a capacidade de adaptação dos escravos ao regime escravista argumentando que as “*relações sexuais promíscuas e mudanças constantes de parceiros são a regra entre os negros desmoralizados*”. Em “*Slavery – A Problem in American Institutional and Intellectual Life*”, Stanley M. Elkins defende a tese de que, na América Latina, a interferência da Igreja e/ou da Monarquia nas relações senhor-escravo foi responsável por um abrandamento do escravismo. Na escravidão do Velho Sul, no entanto, supostamente, nada se interferiu entre senhores e cativos, o que transformou as relações do trabalho escravo naquela região em algo similar a um regime de campo de concentração nazista²⁶.

²⁵ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965; FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 13ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966, pg. 399 e 539.

²⁶ GUTMAN, Herbert G. **The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925**. New York; Vintage, 1976; KOLCHIN, Peter. **American Slavery. 1619-1877**. Hill and Wang, New York, 1993. ELKINS, Stanley. **Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life**. Chicago: The University of Chicago Press. 1959.

A partir da década de 1970, uma geração de historiadores norte-americanos irá apresentar novas alternativas de projeção do modo como os escravos viveram e desenvolveram suas relações familiares. Eugene Genovese foi o principal representante dessa nova vertente historiográfica. Em “*Terra Prometida – O Mundo que os Escravos Criaram*”, ele ressalta que por mais que os sistemas legais dos regimes escravistas instituíssem um status de propriedade ao cativo, os escravos tinham, dentro de uma margem limitada de possibilidades, como criar *seu espaço vital*. Sabendo que era impossível governar os escravos enquanto propriedades absolutas, os senhores preferiam ceder algumas vantagens aos mesmos, como liberdade de culto, doação de roupas e alimentos, permissão para realizações de festas, casamentos e para cultivarem roças próprias e criarem animais. Qualquer atitude que fugisse desse padrão era considerada, tanto pelos brancos quanto pelos negros, como injusta. A situação conflitante que em tese seria natural entre senhores e escravos foi, normalmente, apaziguada pelo paternalismo, o que evitava a desordem desse sistema. Ele não garantia aos escravos um tratamento que os livrasse do açoite, no entanto, o açoite exagerado seria visto como abusivo. Normalmente, um escravo trabalharia melhor para quem o tratasse melhor, em comparação a quem exagerasse nos maus-tratos. O paternalismo, como prática ideal, foi importante, portanto, para garantir aos senhores um ambiente estável nas senzalas, fundamental para se obter uma boa produtividade dos cativos. Ao mesmo tempo, ele foi o pilar da margem de negociação dos escravos com os seus senhores. Nas palavras de Genovese, “*o comportamento dos escravos moldou-se, a partir de sua adaptação, a um relacionamento paternalístico, no qual eles definiram seu papel à sua própria maneira*”. Para obter uma melhor produção, muitos senhores pagavam dinheiro ou davam presentes aos cativos, deixavam ele trabalhar por conta própria no Domingo e os permitiam desempenhar um culto cristão próprio²⁷.

Em relação à religião dos escravos, Genovese descreve como eles adaptaram muitos de seus costumes populares ao cristianismo protestante, acrescentando-o uma dança e uma música completamente novas. Além disso, essa religião acabou integrando o senhor e o escravo num mesmo plano cosmológico, o que fazia, por exemplo, que alguns cativos considerassem seus donos humanos e até lhes desejassem bem enquanto pessoas, apesar de condenarem e/ou lamentarem a escravidão. Concomitante a isso, o cristianismo protestante conferiu aos escravos uma “*força coletiva*”, uma forte rede de

²⁷ GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pg. 214.

sociabilização, que dentro do seu “*individualismo politicamente perigoso*”, acabava provocando situações muito propícias ao surgimento de lideranças entre os cativos expressa na figura do pregador de cor. “*Quando os escravos negros adotaram o cristianismo, transformaram-no numa religião de resistência, nem sempre de desafio revolucionário, mas o tipo de resistência espiritual que aceitava os limites do politicamente possível*”.²⁸

Herbert Gutman em *The Black Family in Slavery and Freedom 1750 - 1925* também criticou a visão clássica de que os escravos sulistas eram *sambos*, analisando o parentesco dos cativos como uma adaptação de práticas da África Ocidental ao regime escravocrata. Ele se apropriou de teorias antropológicas que viram o parentesco como a estrutura das sociedades elementares, e colocou o mesmo como uma adaptação dessa estrutura por parte dos escravos afro-descendentes a uma sociedade complexa como a do Velho Sul estadunidense. Ele tratou os relacionamentos sexuais das cativas antes do casamento como uma inaptidão das mesmas às práticas celibatárias da classe senhorial. Isso, em parte, derivava do fato de que na própria África esse celibato não era praticado. A fidelidade, todavia, era esperada, tanto da mulher como do homem escravo depois do casamento. O autor também evidenciou que, no Sul dos Estados Unidos, os cativos desenvolveram práticas matrimoniais exogâmicas, em que se casavam com seus pares pertencentes a outros donos. Isso gerava extensas redes de parentescos que representavam a base da sociabilidade dos escravos nessa região²⁹.

No paradigma da história econômica, Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman criticaram a visão de que o sistema escravista no Sul dos Estados Unidos era economicamente irracional e que estava em processo de decadência nos anos que antecederam a Guerra Civil. Eles enfatizaram que a lavoura escravista era mais eficiente do que o sistema de lavoura familiar existente nos estados do norte dos Estados Unidos, uma vez que a “*mão-de-obra escrava típica não era preguiçosa, inapta e improdutiva. Em média, trabalhava mais forte e de maneira mais eficiente em contrapartida a um trabalhador branco*”. Tais idéias entraram em contraste com as visões de que a escravidão era ineficiente e que provocava exaustão do solo, restringia o

²⁸ GENOVESE, Eugene. ob. cit. pg. 366

²⁹ Como já foi ressaltado Guttman explicou, ainda, a freqüente transferência do nome do avô ou do bisavô para a criança escrava como um transplante de práticas de parentesco oriundas da África Ocidental. Foi natural, então, ter existido uma maior afinidade entre o avô e o filho, em detrimento das tensões ocorrentes entre avô-pai e pai-filho. GUTMAN, Herbert G. ob. cit. pgs 64-67,197; RADCLIFFE-BROWN, ob. cit.

desenvolvimento de manufaturas e conflitava com a urbanização. Sobre a família escrava, eles também contestam a visão vitimizadora colocada por Frazier, afirmando ser um mito a crença de que a exploração sexual e a promiscuidade corromperam a família cativa no sistema escravista sulista. Segundo esses autores, os senhores olharam a família escrava como um instrumento de negócios, visto que ela funções no campo produtivo como unidade de distribuição de roupas e comidas, e servia como um meio para manter a disciplina no trabalho e a reprodução da população escrava³⁰.

Sidney Mintz e Richard Price, por outro lado, trataram a família escrava como uma organização social que tinha como base uma cooperação econômica entre próprios cativos. O desenvolvimento dessas famílias estaria relacionado ao processo de renovação da cultura que os povos afro-americanos vivenciaram no Novo Mundo, que proporcionou o rompimento com os sistemas de parentesco africanos. Para esses autores, mesmo diante de um opressivo sistema sócio-econômico, os escravos procuraram organizar a sua vida dentro de uma família³¹.

Sob a luz dessas novas influências, durante a década de 1980, historiadores brasileiros iniciaram um processo de crítica sobre muitos argumentos contidos na esfera historiográfica composta por Freyre e pela Escola Sociológica da USP. João José Reis e Eduardo Silva destacaram que, entre o escravo passivo extremo (O Pai João) e o escravo revoltoso extremo (Zumbi), houve uma rede imensa de possibilidades de negociação e conflito dentro do cotidiano do cativo.

Marcus Carvalho enfatiza que não existiu, no campo da vivência real, a posição de propriedade plena instituída legalmente ao escravo. A liberdade se apresentou ao cativo com um vir-a-ser, uma busca que se operou em atitudes presentes no cotidiano, ou mais precisamente, em gestos e idéias tipicamente humanas, como sonhar, odiar, amar, planejar e acreditar. Para o autor, da mesma forma que havia os escravos que sonhavam em comprar sua própria alforria, também existiam aqueles que gastavam os seus ganhos em bebedeiras. Talvez esses últimos achassem que valesse mais a pena a felicidade presente, do que o planejamento buscando um futuro supostamente melhor. Ser escravo, portanto, não foi um dado concreto. O cativo se encontrava sempre entre a

³⁰ FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. London: Harper'S Magazine Press. 1974, pgs 5, 59-67.

³¹ MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard M. ob. Cit.

propriedade plena (instituída pelo seu status legal) e a liberdade plena (o vir-a-ser buscado pela vivência individual).

Esses historiadores modificaram a visão de resistência escrava de Clóvis Moura (restrita à quilombagem) e passaram a enfocá-la dentro de atividades do cotidiano, citando exemplos de escravos que trocavam de nome e se apresentavam como libertos quando não estavam presentes ao olhar senhorial, que possuíam redes de influências com pessoas importantes da província, ou que simplesmente, cuspiam na água em que seu senhor bebia³².

Apesar dessa geração ter tocado brevemente na temática da família escrava, principalmente quando se referiam aos processos de alforrias, foram as pesquisas de Manolo Florentino, José Roberto de Góes e Robert Slenes que refletiram mais profundamente essa temática. Em “*A Paz nas Senzalas*”, Florentino e Góes seguiram a linha dual de Genovese. Ambos analisaram a relação senhor-escravo como uma situação naturalmente conflitante. No entanto, no lugar das partes partirem para um conflito direto, na maioria dos casos, ocorria uma negociação. Se Genovese afirmava que os escravos se apropriavam do cristianismo, transformando uma religião dos senhores, numa religião, na medida do possível, própria a eles, Florentino e Góes enfatizaram o parentesco como um elemento estrutural presente nas relações de classes entre senhores e escravos capaz de reproduzir uma paz social. Haveria um jogo de duplo interesse que apaziguava a situação de natural confronto, ou “*natural estágio de guerra social*”. De um lado, o parentesco garantiria um benefício político para os senhores, uma vez que ele inibiria a guerra dos escravos contra seus proprietários. De outro lado, ele humanizava o cativo garantindo ao mesmo uma vivência menos árdua³³.

Robert Slenes seguiu uma linha mais semelhante à de Herbert Gutman, tratando os laços familiares dos cativos de Campinas a partir de adaptações de práticas de parentescos africanas. Segundo ele, os altos índices de casamentos entre a população escrava de Campinas poderiam ser justificados pelo fato de que sua maioria era oriunda de uma região da África que possuía práticas de parentescos não poligâmicas e a família nuclear era predominante. A partir de interpretações das gravuras oitocentistas e da

³² REIS, João Jose. **Negociação e conflito**. São Paulo, Companhia das letras, 1989. CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora da UFPE, 1998.

³³ FLORENTINO, Manolo Garcia & GOES, Jose Roberto, 1958. **A paz nas senzalas famílias e escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

literatura de viagem, o autor demonstrou evidências de práticas africanas de parentesco dos escravos dessa região. A cultura material das casas dos cativos casados refletia uma cultura espiritual na África. O fogo de suas residências estaria ligado a uma linhagem de parentesco e sua manutenção visava estabelecer relações com os antepassados. Slenes evidencia a formação de famílias escravas e alerta que ela não pode ser explicada apenas em função de um cálculo senhorial, mas, principalmente, com as relações de parentesco vivenciadas pelos cativos que eram tipicamente africanas. O autor, no entanto, não abandona, por completo, a linha genovesiana, uma vez que ele aborda que a constituição da família escrava proporcionou aos cativos algumas compensações que se traduziam em formas de resistência ao sistema escravista. Para ele, o parentesco seria uma conquista dos escravos, uma vez que não era interessante para os senhores a formação de laços tão sólidos de solidariedade entre eles³⁴.

A análise dos laços de parentesco entre os cativos brasileiros pela historiografia mais recente dimensionou o papel do escravo, anteriormente coisificado e inferiorizado, a uma condição humana. Se os escravos foram capazes de *ter a família como um projeto de vida*, eles puderam viver como seres humanos, mesmo sob circunstâncias adversas. Esse caminho, no entanto, acabou gerando algumas problemáticas. Afirmar que houve casamentos estáveis entre os cativos brasileiros não responde, por completo, a idéia de que o não-casamento ocorria pelo caráter degradante da escravidão. Conjectura-se que antes de qualquer questão moral, o matrimônio foi pensado pelas cativas como uma estratégia de assegurar mecanismos que garantissem uma melhoria de vida para si e para seus filhos. Algumas pesquisas antropológicas sugerem outros olhares sobre o casamento que podem elucidar a tese de que tanto o casamento quanto o não-casamento eram estratégias de vivências puramente humanas.

Esses historiadores também sugerem que havia algum tipo de interferência das relações senhor-escravo dentro da vida familiar do cativo, mas isso não os impediu de desenvolverem seus laços de parentesco. Essa interferência é sem dúvida um ponto a ser considerado nas análises sobre a família escrava. Pensar sobre até que ponto o escravo tinha autonomia para traçar suas próprias estratégias de casamentos, ou de escolher o local de moradia, ou de repassar alguns benefícios materiais a seus herdeiros é um dos desafios ao qual o historiador deve ficar atento. As relações de parentesco, no entanto, não podem ser subordinadas às relações de classe. Algumas atitudes, costumes e papéis

³⁴ SLENES, Robert W. ob. cit.

sociais dos cativos são melhores interpretados sob a ótica do parentesco do que a partir da visão da luta de classes.

3. A FAMÍLIA ESCRAVA NA ESFERA DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA – O CONCEITO DE FAMÍLIA

Alguns historiadores valorizaram a estrutura familiar como foco de análise dentro da pesquisa histórica. Para eles, essa estrutura representaria um meio de se compreender as relações sociais íntimas entre membros de um grupo doméstico. Um dos principais divulgadores dessa teoria foi Peter Laslett, do Grupo de Cambridge para a História da População e a Estrutura Social.

A tipologia de Laslett (que, segundo ele, serve para “*clarificar debates e organizar a junção dos dados*”) aponta quatro formas de se classificar grupos familiares:

- 1) Grupos domésticos sem estrutura familiar: se referiam às pessoas solteiras e aos amigos que dividem uma mesma residência.
- 2) Grupos domésticos simples: seriam as famílias nucleares, famílias com um dos pais ausentes, famílias com viúvos e seus filhos.
- 3) Grupos domésticos estendidos; a adição a um núcleo familiar de outra pessoa via relações conjugais;
- 4) Grupos domésticos múltiplos ou polinucleares; quando vários relacionamentos de famílias nucleares se encontram vivendo juntos.

A vantagem atribuída a essa tipificação foi o seu método de trabalhar com demografia da família dentro de uma perspectiva temporal. Com essas tipificações, o historiador classificaria tipos domésticos nos censos, e com dados econômicos tentaria perceber como ocorreram as mudanças dos mesmos em termos de estrutura³⁵.

Esse método, no entanto, tenta determinar, a partir da esfera pública de uma sociedade, a estrutura dos grupos domésticos. Pode-se classificá-lo como um método extrínseco de análise da família, pois ele não especula a dinâmica interna dessa organização social. O historiador, todavia, deve adotar também um método intrínseco,

³⁵ SEGALLEN, Martine. ob. cit. Pg. 23 e 24.

valorizando os papéis domésticos representados pelo agente histórico como mãe, esposa, pai, marido, filho, filha, irmão, irmã, tio, sobrinho, avós, entre outros. Como cita Segalen, “*se estamos falando em termos de família e parentesco, estudar o grupo doméstico a partir do ponto de vista do seu tamanho e de sua estrutura não é suficiente*”³⁶.

As referências metodológicas a uma história da família ressaltam, primeiramente, a imprecisão de um conceito fixo para a estrutura da família, bem como uma notável variação entre as formas de família e o seu papel em suas sociedades³⁷. Carol Stack, estudando comunidades negras pobres urbanas nos Estados Unidos, ressaltou que a família deve ser definida como

A menor rede organizada e durável de parentes e não-parentes que interagem diariamente, provendo as necessidades domésticas dos filhos e garantindo-lhes a sobrevivência. A rede familiar difunde-se por vários lares com base no parentesco (...) uma imposição arbitrária de definições amplamente aceitas sobre a família, a família nuclear, ou a família matrifocal bloqueia o caminho para se compreender como as pessoas em suas casas descrevem e organizam seu mundo³⁸.

Esse conceito explicita que quando se fala em família, não necessariamente se indica um núcleo fixo de parentesco (como mãe, pai e filhos), nem residencial. Qualquer generalização, nesse sentido, atrapalharia a compreensão dos indícios que o historiador deve procurar, visando compreender as relações de parentesco no cotidiano do agente histórico. É um conceito subjetivo de família, que não envolve uma cristalização em uma estrutura familiar pré-concebida, mas tem em vista a família como uma unidade que “*permite a sobrevivência e organiza o mundo da pessoa*”³⁹ e que deverá ser transplantado para a pesquisa histórica na área da escravidão.

Outro termo bastante usual para se analisar as relações familiares dos agentes históricos é o de campo doméstico. Grande parte das relações familiares e de suas funções se opera nele. Essa categoria de análise foi empregada por Meyer Fortes em suas pesquisas sobre a estrutura social dos Tallensi, onde ele percebeu uma diferença de operacionalidade entre as normas de parentesco instituídas no campo público, e as

³⁶ SEGALLEN, Martine. ob. cit. Pg. 40

³⁷ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

³⁸ STACK, Carol. **All Our Kin**. NY: Basic Books. 1974.

³⁹ GUERSTEL, Naomi e GROSS, Harriet orgs. Families ans Work. In: OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Social no Séc. XX**. Jorge Zahrah Editora. 1996.

necessidades práticas e afetivas que se dinamizavam no campo doméstico⁴⁰. Supor que o campo doméstico possui uma funcionalidade própria é, sobretudo, reconhecer que as relações domésticas não são regidas, unicamente, por costumes públicos. Pensando dessa maneira, os valores patriarcais (desenvolvidos no campo público) encontram menos ou mais funcionalidade em algumas organizações domésticas. Em famílias matrifocais, por exemplo, onde o papel de marido-pai tende a ser secundário perante o da esposa-mãe, há uma situação de maior tensão entre a autoridade concedida ao pai pelo campo público (patriarcalismo) e a autoridade concedida à mãe pelo campo doméstico (matrifocalidade).

Olhar para o campo doméstico dos escravos é priorizar a análise do agente histórico em seu papel de mãe, pai, filho, filha, irmã, tio, tia, avô ou avó. Um escravo que para o senhor era visto como um trabalhador braçal que cortava cana, para os seus filhos era visto primeiramente como pai. E a análise sobre o campo doméstico se enfoca justamente nesses relacionamentos familiares, procurando entender os comportamentos dos agentes históricos, não somente como escravos, mas, sobretudo, como membros de uma família escrava.

4. FAMÍLIA ESCRAVA E PROTEÇÃO SOCIAL

Pode-se observar, na escravidão crioula no Novo Mundo, uma norma básica que possui característica matrilinear: a herança da escravidão⁴¹. Nesse sentido, no plano da legalidade, os sistemas escravistas modernos impuseram essa norma, e, inclusive, usaram dela para auto-sobreviver. Ter nascido de mãe escrava determinava, para o escravo crioulo, a condição legal de cativo, independente se o seu pai fosse um senhor abastado ou um outro escravo. A mãe passava ao filho o legado da escravidão e a filha herdava dela o seu papel de ser, ao mesmo tempo, escrava e reprodutora da escravidão⁴².

As relações mãe e filho ou filha também podiam ser consideradas como uma chave da dependência feminina. Marcus Carvalho coloca que a fuga de uma escrava para um quilombo podia ser inibida quando a mesma era mãe, pois se já era complicada

⁴⁰ FORTES, Meyer. ob. cit.

⁴¹ SMITH, Raymond. **The Matrifocal Family. Power, Pluralism, and Politics**. Routledge. 1996. Pg. 15

⁴² SMITH, Raymond. ob. cit.

a escapada de um escravo e a sua vida nas matas como quilombola, levar um filho para uma vida sob essas condições era bastante difícil⁴³.

Apesar desses fatores, era a mãe-escrava quem mais tentava, no campo da prática cotidiana, a liberdade de seu filho. Isso pode ser observado, no Brasil, em algumas pesquisas em cartas de alforria. Tatiana Lima observa, em sua análise sobre o Recife no século XIX, que “*depois das auto-compras, as mães dos escravos foram as pessoas que mais pagaram por alforrias, com percentuais muito acima dos seus pais*”⁴⁴. Marcos Magalhães discute que, em Minas Gerais na época colonial, “*a maior parte dos casos em que outra pessoa pagasse pela liberdade eram mães que se alforriavam junto com seus filhos*”⁴⁵. Se ser mãe escrava significava contribuir para os interesses senhoriais de reprodução de plantel e inibição de fugas, ela representava, ao mesmo tempo, uma importante agente de proteção social de seus filhos, o que consolidava alguns comportamentos maternos como meio de resistência ao sistema escravista.

5. AS ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS DOS ESCRAVOS

Em sociedades camponesas ou elementares, o controle dos arranjos matrimoniais por parte dos parentes mais velhos se fazia presente diante da necessidade de garantir a continuidade da linhagem sem comprometer a integridade do patrimônio familiar⁴⁶. Nos grupos familiares dos escravos no Brasil, entretanto, é provável que os arranjos matrimoniais mais comuns fossem coordenados pelos próprios indivíduos. Esse é o caso, por exemplo, de Campinas, em que Robert Slenes enfatiza essa maior liberdade dos cativos em procurar a sua própria estratégia de casamento – já que não havia, entre eles, grandes sistemas de linhagens⁴⁷. Além disso, a ausência de um patrimônio material oficial para ser conservado entre os escravos poderia inibir a necessidade de um controle mais rígido de parentes mais velhos sobre suas estratégias matrimoniais.

⁴³ CARVALHO, Marcus J. M. de. ob. cit. Pg. 226.

⁴⁴ Mesmo numa proporção abaixo das mães, outros parentes também compravam liberdade como pais, cônjuges, filho, avós padrinhos. LIMA, Tatiana S. **As Relações entre Senhores, Escravos e seus Familiares nos Registros de Cartas de Alforria, Recife, 1840-1860**. Revista do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 61, Julho de 2005. Recife. pg 227

⁴⁵ AGUIAR, Marcos M. de. **A Coartação: uma Singularidade Mineira no Sistema de Alforria Colonial?** In: Revista da SBPH, Curitiba, n. 18, pg. 77-91, 2000. Pg. 78.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. ob. Cit.

⁴⁷ SLENES, Robert. W. ob. Cit.

Fruto de estratégias individuais, o casamento era planejado pelos cativos como forma de obter algum benefício. No Sul dos Estados Unidos, Herbert Gutman evidencia que o casamento exogâmico acabou gerando, de maneira não-intencional, algumas *consequências sociais positivas*, como os poderosos laços afetivos entre as mães e as crianças escravas. Em Campinas, ser casado significou, entre outras coisas, ter uma residência própria e conservar, nos fogos de suas casas, a memória de seus antepassados. No Vale do Paraíba, Manolo Florentino e José Roberto Góes demonstram que o casamento oficial era conveniente aos escravos uma vez que “*o Deus dos católicos não aprovava a separação de casais e, de fato eram minoritárias as famílias divididas quando da partilha de uma herança*”⁴⁸.

Isso não quer dizer, no entanto, que o casamento como estratégia individual tenha gerado famílias escravas no modelo da família nuclear burguesa. O não-casamento também fazia parte dessa estratégia, visto que nem sempre um casamento indicaria para a escrava ou escravo um sinal de bom negócio.

Pensar o papel social da escrava, como Gilberto Freyre pensou o da mulher do senhor – com sua vida social voltada a seu campo doméstico – não é adequado. A cativa possuía uma vida social ativa, uma vez que, pela sua condição legal, ela era obrigada a trabalhar fora de sua esfera doméstica. A família escrava, diante disso, era uma organização social onde tanto a mãe-esposa, quanto o pai-marido, contribuíam para o seu desenvolvimento econômico. A mentalidade patriarcal não tinha a mesma dinâmica numa família senhorial e numa família de escravos. Na família senhorial, em tese, os papéis econômicos exercidos pelo homem em seu campo público acabavam reproduzindo, em seu campo doméstico, uma maior importância do pai-marido em detrimento da mãe-esposa. Na família escrava, por outro lado, nem sempre o homem conseguia desempenhar uma função econômica que se traduzisse em maiores alocações de benefícios para sua esfera privada em comparação a da mulher. Ao contrário, as atividades às quais os escravos se sujeitavam tradicionalmente – os serviços de campo – davam a eles piores condições de vida do que as tarefas exercidas, tradicionalmente, pelas escravas – os serviços domésticos.

Além disso, se questiona até que ponto um cativo poderia assumir o papel de *pater* no modelo da cultura patriarcal brasileira. Segundo Klaas Woortmann e Ellen Woortmann, o escravo “*difícilmente poderia ser um homem, no pleno sentido da*

⁴⁸ FLORENTINO, Manolo Garcia & GOES, José Roberto. Ob. Cit. Pg. 117

palavra, tal como dado por uma ideologia patriarcalista”. Isso porque os autores consideram que a interferência senhorial nos destinos da família escrava, como também, o fato de o senhor ter mais autoridade sobre os filhos dos escravos do que os próprios pais seria suficiente para classificar a família escrava como menos patriarcal do que a do senhor. “*Se, de um ponto de vista material, o sistema (escravista) nordestino pode ter favorecido a formação de famílias escravas, os componentes ideológicos do sistema impunham severas limitações a essa família*”⁴⁹.

O modelo familiar com chefia feminina foi comum a muitos escravos⁵⁰. Seja pelo fato de que as mulheres, em algumas sociedades escravistas no Brasil, desempenhavam atividades que permitiam a elas alocarem mais benefício que as atividades exercidas pelo homem (tanto pelo seu nível de habilidade quanto pelo maior nível de intimidade com a família senhorial que aquela atividade proporcionava); ou então pelo fato de que o escravo tendia a não conseguir, por suas condições legais, desempenhar o papel de *pater* no modelo da sociedade patriarcal.

Algumas pesquisas antropológicas sobre modelos familiares com chefia feminina podem contribuir para o debate sobre as estratégias matrimoniais dos escravos brasileiros. Não que a chefia feminina tenha se tornado uma regra geral entre os cativos, mas também pensar a família escrava brasileira somente no modelo da família nuclear é padronizar o modelo familiar dos escravos brasileiros a partir do caso de Campinas. As pesquisas antropológicas de Carol Stack, Klaas Wortmann e Raymond Smith sugerem que a formação de famílias com chefias femininas não era decorrente de exotocidades, mas sim de situações culturais específicas.

A antropóloga Carol Stack pesquisou a instabilidade das relações conjugais entre os membros de uma comunidade urbana de afro-americanos nos Estados Unidos recusando-se aplicar, à sua base empírica, padronizações que classificassem esse

⁴⁹ WOORTMANN, Klaas e WOORTMANN, Ellen. **Monoparentalidade e Chefia Feminina. Conceitos, Contextos e Circunstâncias**. Série Antropológica. N 357. Brasília, 2004. www.unb.br . Pg. 35

⁵⁰ O olhar senhorial e do viajante europeu sobre esse modelo classificou essas famílias de amorais e projetou a vida sexual dos cativos como promíscua. Tais idéias acabaram sendo repetidas pela historiografia clássica no século XX e elas foram criticadas posteriormente mais pela evidência de que os laços familiares dos cativos não se limitavam à estrutura mãe e filhos do que pelo contra-argumento de que famílias chefiadas por mães-esposas não eram ausentes de moralidade. Uma das contribuições que a antropologia pode fornecer à análise sobre a família escrava se passa pela compreensão desse modelo familiar, presente também em várias comunidades pobres no Brasil, no Caribe e nos Estados Unidos. No caso dos estudos antropológicos sobre essas comunidades no Brasil ver: WOORTMANN, Klaas. A família das mulheres; nos Estados Unidos ver: STACK, Carol. ob. cit; no Caribe ver: SMITH, Raymond. ob. cit.

comportamento como um degradamento moral, seja ele justificado economicamente, ou por racismo. Ela menciona três razões para as baixas taxas de casamento: a instabilidade financeira do homem negro e sua incapacidade de dar uma estabilidade econômica a seu lar e suas crianças; a perda do auxílio governamental quando as mães solteiras se casavam; e a necessidade de, ao mesmo tempo, o casal ter que cumprir obrigações tanto com a sua nova família, quanto com a sua antiga, onde ele já havia desenvolvido, antes do casamento, dependência a uma sólida rede de direitos e deveres. A autora explicou que a insuficiência de recursos e a instabilidade de trabalho para o homem e para a mulher daquela comunidade geraram uma necessidade de se fazer parte de uma rede doméstica, onde parentes e amigos trocavam favores que iam desde empréstimos de bens materiais, até compartilhamento de responsabilidades sobre as crianças. A forte lealdade a essa rede prejudicava a estabilidade dos casamentos, visto que, nem o homem, nem a mulher, conseguiam manter uma independência a ela, a não ser em casos extremos de mudança de cidade. A autora concluiu que esse tipo de organização familiar – completamente diferente do modelo de família nuclear – era uma estratégia de sobreviver às dificuldades financeiras⁵¹.

Klaas Woortman, em sua pesquisa sobre comunidades pobres urbanas na cidade de Salvador, analisa a presença de baixas taxas de casamento como um indício de que as mulheres, por possuir uma oferta maior e melhor de trabalho em relação aos homens, possuíam um nível de autonomia financeira que podia ser afetado por um casamento mal feito. O homem, com maior dificuldade de possuir um emprego estável e com a pouca utilização do seu serviço em atividades domésticas, passava a ser, nas *famílias das mulheres*, uma boca a mais. Vê-se, nessas duas pesquisas, que algumas condições sociais específicas influenciam as estratégias de casamentos dos indivíduos, e que, nem sempre, o casamento pode ser encarado como um bom negócio⁵².

Raymond Smith desenvolve um conceito de matrifocalidade que difere do modelo tradicional aplicado somente para famílias com o pai ausente, e pode ser muito válido para aplicar em casos onde se têm evidências de famílias escravas que não se adequam ao modelo de família nuclear. A família matrifocal é, para esse autor, aquela na qual o domínio do campo doméstico é exercido pela mãe-esposa. Isso ocorre quando o homem (se presente) fica em posição secundária no campo doméstico, pois, no seu

⁵¹ STACK, Carol, ob. cit. pg. 23

⁵² WOORTMAN, Klaas. A Família das Mulheres.

papel de marido-pai, não consegue ter uma maior importância que a mulher em termos de status social e em força econômica, que possa levar o grupo doméstico a algum tipo de estágio de desenvolvimento. Segundo Smith, existe uma co-relação entre o papel do pai-marido e o do homem no sistema econômico e na estratificação social. Quando há uma tendência de desqualificação do papel do homem pertencente à determinada classe social no sistema econômico há, também, uma tendência à marginalização do papel de pai-marido dentro do núcleo familiar⁵³.

A obsessão da antropologia pelo foco na dinâmica social das análises culturais abre uma multiplicidade de caminhos a serem seguidos pela pesquisa histórica. O parentesco, estudado pelos antropólogos desde a pesquisa de Lewis Morgan entre os yorqueses em 1864, corresponde a um campo de análise que atende a várias carências na historiografia. Da mesma forma que não se deve olhar, atualmente, para uma comunidade urbana pobre com baixas taxas de casamento e classificá-la como ausente de moralidade, a visão de que famílias escravas chefiadas por mulheres ou com pais ausentes eram frutos de uma patologia social é equivocada. Por isso, compreender o não-casamento entre os escravos é tão importante para se analisar o modo de vida cativo quanto para demonstrar que a sua família era um projeto de vida. O debate da moralidade familiar, presente nos argumentos abolicionistas e escravocratas, deve ser posto num plano analítico periférico de uma análise funcional do parentesco. Ele só é útil se o foco da pesquisa for o status da família escrava. A escrava doméstica, mãe-solteira, tão citada na obra de Gilberto Freyre, pode não ter sido a cativa padrão dentro do sistema escravista brasileiro, mas o seu esquecimento não deve ser operacionalizado. Deve-se contestar a visão freyriana, embasada na falta de moralidade das escravas solteiras, com uma visão histórico-antropológica do comportamento dessas mulheres, tendo em mente o espaço em que os laços de parentesco são realmente vividos: a vida prática dos agentes históricos⁵⁴.

⁵³ SMITH, Raymond. ob. cit.

⁵⁴ (BOURDIEU, 1990)

6. VIDA EM FAMÍLIA, VIDA EM COMUNIDADE

A partir da década de 80, uma geração de historiadores forneceu preciosas contribuições à análise do modo de vida escravo no Brasil, valorizando, sobretudo, os aspectos particulares de sua vida em comunidade. As redes de negociações às quais os cativos buscavam se integrar com pessoas importantes da província, com a família senhorial, com outros escravos e com a população pobre livre representaram uma forma peculiar de resistência ao sistema escravista brasileiro⁵⁵.

Em meio a essa vasta e complexa rede de sociabilidade, havia uma rede mais básica de proteção social, composta por laços de parentesco, onde o afeto e a intimidade resultaram em organizações de vários grupos sociais que lutavam, ao seu meio, por melhores condições de vida. Se havia escravos africanos guerreiros que escapavam para as matas e formavam quilombos, existiam também aqueles cativos africanos ou crioulos que fugiam para se encontrar com seus filhos, suas mães, seus maridos ou esposas, mesmo que fosse somente por poucos dias⁵⁶.

As formas como os cativos desenvolviam os seus laços de parentesco variavam de locais para outros. Em algumas regiões, como Campinas, o modelo de família nuclear foi mais adotado. No Sertão Pernambucano, por outro lado, as taxas de casamentos entre os escravos eram muito baixas, apesar de eles serem majoritariamente crioulos e haver uma paridade entre homens e mulheres no total da população cativa. Nos ambientes urbanos o casamento entre escravos é ainda mais raro, mesmo tendo existido uma grande incidência de relações mães e filhos ou/e filhas.

Algumas questões que podem ser levantadas quando se quer analisar as famílias escravas sob o prisma da antropologia histórica contribuem para se tratar as diferentes representações do parentesco pelo cativo. Elas envolvem, entre outras temáticas: 1) qual era o papel da escrava enquanto mãe-esposa e o do escravo enquanto pai-marido; 2) quais eram as estratégias matrimoniais dos cativos, interpretando o significado da exogamia, da endogamia, do incesto, do celibato e do casar ou não casar na vida desses

⁵⁵ Ver, entre outros autores: CARVALHO, Marcus J. M. ob. cit. MATTOS, Hebe. de. **Das cores do Silêncio (Os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil séc. XIX)** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. CHAULHOB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte.** São Paulo, Companhia das Letras, 1990. REIS, João José e SILVA, Eduardo. ob. cit. MATTOSO, Kátia de Q. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁶ CARVALHO, Marcus J. M. ob. Cit.

agentes históricos; 3) qual foi o papel das linhagens (se presentes) nos arranjos matrimoniais e na vida dos escravos; 4) como a família funcionava para os cativos como uma organização social que se dinamizava na proteção social. Esses questionamentos, em meio a vários outros que a antropologia histórica pode provocar, servem como força motriz da pesquisa histórica, estimulando o historiador a percorrer entre as fontes em busca de respostas a essas novas carências. O debate historiográfico só tem a ganhar com esse exercício.

CAPÍTULO 2: O SERTÃO E OS SERTANEJOS

Antes de abordar a família escrava sertaneja, pretende-se, neste capítulo, focar os aspectos gerais da cultura do Sertão pernambucano no século XIX que serão úteis para embasar uma discussão posterior sobre o tema central dessa pesquisa.

O conceito de Sertão abrangeu vários significados. No decorrer do século XIX, não havia nem mesmo um consenso sobre qual seria a área oficial a que esse termo se referia. Em 15 de janeiro de 1810, o presidente da província de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, criou a Comarca do Sertão – que englobava tudo aquilo que não fosse Recife, Olinda e zona açucareira⁵⁷. Em meados do século XIX, algumas comarcas agregavam tanto áreas do Agreste quanto do Sertão, como a Comarca de Cimbres⁵⁸. Diante dessa vastidão de concepções, esta pesquisa trabalhará com a definição atual de Sertão para o estado de Pernambuco, tal qual demarcada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso porque ela obedece a um critério de reunir, em uma mesma terminologia, zonas geográficas que possuam certa homogeneidade no tocante ao clima seco, à vegetação da caatinga, aos regimes dos rios, ao processo de ocupação do homem e à formação econômica⁵⁹.

1. GEOGRAFIA

O Sertão Pernambucano é uma área que possui uma divisão bem nítida entre as estações do ano; o inverno é a época chuvosa, que dura geralmente entre maio e agosto, e o verão a estação seca que predomina entre setembro a março. Quando esta época alonga-se, provoca sérios danos sócio-econômicos ao povo sertanejo. A caatinga é a vegetação característica dessa região. No verão, ela aparenta uma imensa mata de galhos secos que cobre essas terras, mas que floresce rapidamente, logo ao cair das primeiras chuvas do inverno. Essa mata é composta de mandacarus, xiques-xiques e

⁵⁷ BARBALHO, Nelson, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco.; CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MUNICIPAL (RECIFE, PE).. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do Agreste e do Sertão** . Pernambuco: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de, 1982-1988. V. 10. pg. 255

⁵⁸ FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).

⁵⁹ PATRIOTA, Fernando. **De Baraúnas e Palavras. Ensaio sobre o Sertão**. 1a. Ed. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2003.

cabeças-de-frade. Nas áreas mais férteis do solo sertanejo, florescem árvores como o imbuzeiro, a carnaubeira e o juazeiro⁶⁰.

A vegetação sertaneja possui uma múltipla utilidade ao povo dessa terra. Do imbuzeiro, é colhido um fruto suculento que por várias gerações fez parte da dieta alimentar interiorana⁶¹. Adicionando ao seu suco o leite, coalhada e açúcar, é feita a imbuzada, prato típico do Sertão pernambucano no início do século XIX⁶². Da mamona, é fabricado um azeite que serve para a iluminação dos candeeiros⁶³. Da carnaúba aproveita-se o tronco de onde se coleta uma fécula semelhante a da mandioca e uma cera útil para lustrar móveis de madeira. Suas folhas secas e seus frutos se transformam em pastos para os animais e são empregadas como telha das casas mais rústicas. A madeira desse vegetal serve, ainda, para construção de casebres, cercados e currais de gado⁶⁴. Por essa diversidade de funções, a carnaubeira é conhecida, nesses sertões, como “*árvore-da-vida*”⁶⁵.

Os rios do Sertão pernambucano, com exceção do São Francisco, são todos exauríveis, que secam na maior parte do ano. São citados nas documentações de viajantes e nos relatórios de governo mais como estradas de terra do que fluviais. O viajante Teodoro Sampaio, por exemplo, ao descrever o rio Moxotó evidencia o seu “*leito arenoso*” que se vai “*trilhando como se fora uma ampla estrada*”. Esse rio, além do Pajeú, Cariri, Araripe e Riacho do Navio formavam as estradas internas sertanejas⁶⁶. Uma das principais vias de transporte dessa região foi o Rio São Francisco, responsável pela integração dessas terras com o interior da Bahia, de Minas Gerais e do Piauí. Em suas margens, nasciam os pastos mais abundantes e era de lá que saíam os melhores gados da província⁶⁷.

⁶⁰ FERRAZ, Socorro, BARBOSA, Bartira F. **Sertão, um espaço construído**. 1ª. ed. Salamanca: Universitária Salamanca, 2005, pg 32.

FERRAZ, Socorro, BARBOSA, Bartira ob. cit, pg 32.

⁶² CAMARA, Manuel Arruda da.; MELO, Jose Antonio Gonçalves de. **Manuel Arruda da Câmara obras reunidas c. 1752-1811**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pg 220.

⁶³ ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um Sertão e o Sertanejo**: Pernambuco. 2ª ed. - Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979.

⁶⁴ CAMARA, Manuel Arruda da. ob. cit. pg, 217.

⁶⁵ BARBALHO, Nelson. ob. cit. , pg 244. V10. Entre essas plantas nativas havia também o caroá que era uma espécie de algodão nativo do qual se extraía linhos utilizado na confecção de redes e tecelagem rústica.

⁶⁶ O caminho das Boiadas sertanejas era composto pelo conjunto de leitos secos dos rios, Moxotó, Pajeú, Cariri, Araripe, entre outros, somados aos leitos dos rios Ipojuca e Capibaribe que ligavam, através do Agreste e Zona da Mata, o Sertão a Recife BARBALHO, Nelson. ob. cit. pg, 72.

⁶⁷ A partir da hidrografia, pode-se dividir o Sertão Pernambucano em o Sertão do São Francisco, que englobava o conjunto de termos e comarcas que margeavam esse rio, e o Sertão dos afluentes do São

2. PECUÁRIA BOVINA

A pecuária foi a atividade econômica preponderante no Sertão pernambucano desde a época colonial. Todos os estratos sociais participavam do criatório de animais, desde os pequenos fazendeiros, camponeses e escravos – donos de algumas cabras e porcos – até vaqueiros e grandes latifundiários, estes últimos proprietários de extensos rebanhos de gado bovino. Como citou um presidente da província em 1858, a pecuária era “*a industria que se empregam com maior vantagem os habitantes da comarca, principalmente os mais abastados, que dela vivem e a ela dedicam exclusivamente seus esforços*”⁶⁸. Para Celso Furtado, um fator decisivo para a durabilidade dessa atividade nos interiores do Brasil foi a sua dinâmica de atender ao mercado de abastecimento interno do país quando a situação econômica lhe era favorável, e também de se voltar ao consumo interno das zonas pecuaristas ou para a reprodução dos rebanhos quando a venda de bois não rendia bem⁶⁹.

No processo de ocupação do Sertão de Pernambuco, a fazenda pecuarista se tornou o principal foco de colonização portuguesa. A partir da casa senhorial sertaneja, esta bem menor em tamanho e muito menos ostentosa em relação à casa grande açucareira, estabeleceram-se os primeiros focos de ocupação colonial nos interiores dessa província. Ao seu redor, surgiram as primeiras capelas, os casebres de pau-a-pique, os currais e a agricultura de subsistência. No século XIX, em volta dessas matrizes, foram sendo formados pequenos núcleos urbanos com casas de taipa no padrão português – umas grudadas às outras⁷⁰.

O Sertão, mesmo sendo uma área de difícil acesso pelos meios de transportes, não desenvolveu uma formação econômica isolada dos centros urbanos e agro-exportadores de Pernambuco⁷¹. A integração entre as zonas de abastecimento interno e as zonas urbanas e exportadoras nessa localidade ocorreu diferentemente da Bahia.

Francisco, que agregava a parte norte do Sertão de Pernambuco ao longo dos riachos secos. Ambos os sertões tiveram um processo de ocupação similar, baseado na expansão da pecuária aos interiores do Brasil. Esse processo de expansão gerou uma guerra com a população nativa que habitava a região, descrita pela historiadora Maria Idalina, como A Guerra dos Bárbaros, maior período de conflitos entre a colonização portuguesa e a população nativa da história brasileira. Ver em: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 6ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1986. PIRES, Maria Idalina da Cruz, 1962-. **Guerra dos Bárbaros resistência indígena e conflitos na Nordeste colonial**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

⁶⁸ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. pg. S1-9.

⁶⁹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Nacional, 1974.

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de Albuquerque, ob. cit. ANDRADE, Manuel Correia de. ob. cit.

⁷¹ FURTADO, Celso. ob. cit. BARICKMAN, Bert J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

Enquanto na província baiana a região de abastecimento interno expandiu-se ao redor do recôncavo, em Pernambuco ele foi mais horizontal: na Zona da Mata, se produzia açúcar; no Agreste os produtos agrícolas de consumo interno da província e algodão; e no Sertão, além dessa atividade agrícola supracitada, a pecuária⁷².

O crescimento populacional vivenciado pela cidade do Recife no período Pós-Abertura dos Portos gerou uma necessidade e uma preocupação constantes com o abastecimento da capital. Nessa cidade, em meados do século XIX, era freqüente a apreensão dos governantes frente às reclamações da população acerca do preço e da qualidade da carne verde que ali chegava para consumo. Em 1851, o presidente da província José Idelfonso de Souza Ramos, afirma que “*custando os gados nas feiras preços cômodos, era entretanto sensível a carestia de carne verde nessa cidade (Recife)*”⁷³. Os braços de trabalhadores escravos e livres, que cada vez mais habitavam a zona açucareira de Pernambuco, também foram um contingente populacional que aumentou a carência alimentícia do litoral dessa província. O Sertão cumpria um papel crucial no abastecimento dessas populações, visto que elas não possuíam nenhuma zona pecuarista muito próxima. Era de lá que saía, portanto, grande parte dos bois que alimentavam a região litorânea.

⁷² PRADO JUNIOR, Caio. 1907. **História Econômica do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953. Ver sobre o abastecimento interno na Bahia BARICKMAN, Bert J. ob. cit.

⁷³ Para tentar amenizar o problema, ele procura verificar se o preço do gado era caro por culpa de seus criadores ou atravessadores, que sofrendo com a estação da seca não conseguiam vender um gado em boa quantidade ou qualidade dentro das feiras, ou se a responsabilidade desse encarecimento era do monopólio do Matadouro municipal. Uma comissão montada por ele, o alerta que “*o atual contrato não tem se sujeito as atuais condições a que se sujeitou; e outro qualquer não dará garantia sólida para o futuro*”. No verão, os donos dos açougues supostamente colocavam uma carne de pior qualidade no preço módico, e uma carne melhor em um preço acima, fazendo com que muitos comprassem a carne mais cara. O Problema, segundo a comissão, era que nos tempos favoráveis “*o contracto conseguirá lucros consideráveis, e nos desfavoráveis allegará a impossibilidade de fazer o fornecimento estipulado*”. A solução apontada pela comissão seria, portanto, acabar com o monopólio e incentivar a livre concorrência, evitando assim “*tempos funestos*” para a população recifense. Por outro lado, a Companhia contestava a visão da Comissão; “*nunca era possível que a nossa companhia fizesse esses lucros maravilhosos, nem no tempo do inverno nem no tempo de verão*”. Ela responsabilizava os atravessadores que negociavam o gado e a má qualidade dos currais que armazenavam o gado na zona da mata, que “*no inverno ficava enlameado, terreno no qual algum gado não deita*”. Essas condições acabavam encarecendo e emagrecendo o gado que se vem cortar. As resoluções apontadas pelo presidente da província, não foi nem tão radical como esperava a comissão, nem tão complacente aos argumentos da companhia. Primeiramente, ele não rescindiu o contrato com a companhia, como queria a comissão, mas simplesmente resolveu que não iria renová-lo quando o mesmo acabasse nos anos seguintes. Também ignorou a possibilidade de existir um sistema de livre concorrência e insistiu na criação de uma nova Companhia. Ver em Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1851.Pgs. 6, 101, 105,109, 111.

A carne consumida nos engenhos e em Recife era magra, fruto das dificuldades de se transportar, para essas regiões, o boi oriundo do Sertão⁷⁴. Esse animal, criado no interior, era guiado até o litoral por vaqueiros, criadores ou atravessadores, seguindo o antigo “*caminho das boiadas*”, também conhecido como “*caminho de Ipojuca*”⁷⁵. Os leitões secos dos rios Moxotó, Pajeú, Araripe, Riacho do Navio formavam essa rota de comércio bovino entre as terras sertanejas. O principal caminho que ligava o Sertão pernambucano ao Recife constituiu-se através dos rios Ipojuca e Capibaribe. Ao longo desse percurso, diversas vilas realizavam feiras de gado. Em Arcoverde, ponto de partida do Rio Ipojuca, encontrava-se uma das mais famosas delas em todo o território sertanejo⁷⁶. Vitória, vilarejo próximo à capital, também tinha uma importante feira de bovinos, onde os habitantes da zona açucareira compravam bois para comércio ou consumo próprio⁷⁷.

O transporte de bois entre o Sertão e o Recife era recheado de dificuldades. Primeiramente, as estradas que ligavam essas localidades eram muito precárias. Em relatórios de presidente da província, encontram-se depoimentos datados de 1850 que explicitam que “*das obras públicas as mais necessitadas e que devem merecer preferência são sem dúvidas as estradas*”⁷⁸. Mesmo na região que intermediava as zonas açucareiras e o porto da capital, elas não eram de qualidade.

As estradas para o interior da província foram todas “naturais” até o advento da ferrovia na vila de Pesqueira, já próxima ao Sertão, no final da década de 1870. As medidas que os sucessivos governos provinciais tomaram, desde o começo do século XIX, para melhoramento dos caminhos das boiadas, eram alargamentos de alguns trechos e construções de currais e arreios para o gado passar a noite⁷⁹.

⁷⁴ Freyre coloca que “*a carne que se encontrava era magra, de gado vindo de longe, dos sertões, sem pastos que o refizessem da penosa viagem. Porque as grandes lavouras de açúcar ou de tabaco não se deixavam manchar de pastos para os bois descidos dos sertões e destinados ao corte. Bois e vacas que não fossem animais danados para os latifundiários*”. Ver: FREYRE, Gilberto. ob. cit. pg. 103.

⁷⁵ BARBALHO, Nelson. ob. cit. pg. 72.

⁷⁶ Pernambuco. Secretaria de Planejamento.; Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco.; Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco. Arcoverde. Recife: Secretaria de Planejamento, 1982.

⁷⁷ BARBALHO, Nelson. ob. cit. pg. 92

⁷⁸ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1850. pg 32.

⁷⁹ “*Custódio Moreira dos Santos construiu essa estrada intitulada de Estrada Real do Sertão de Pernambuco. Ela não foi asfaltada, nem colocada pedra. Sua tarefa foi basicamente alargamento em algumas vias e, principalmente, construções de arraiais para o gado passar a noite*” ver BARBALHO, Nelson. ob. cit. pg. 73.

Outra dificuldade que emergia nesse comércio era a irregularidade da oferta de bois pelo Sertão pernambucano, visto a dependência da pecuária com as variações climáticas do semi-árido. A época de inverno, entre maio e agosto, proporcionava melhores pastos para o gado, não só nos locais de criatórios como também nas passagens do caminho das boiadas. Na estação seca, esses problemas eram mais evidentes, sendo o período mais crítico o de janeiro a abril, onde a carestia de água e pasto tanto nas fazendas quanto nas estradas diminuía a quantidade e qualidade dos bois que chegavam a Recife⁸⁰. Essa estação também propiciava um aumento dos furtos do gado, considerados, por alguns produtores, como uma das maiores dificuldades nessa atividade⁸¹. Um relatório sobre a situação econômica das comarcas de Pernambuco, em 1858, cita que, na região sertaneja,

“o progresso ou atrazo na criação dessas [...] espécies [...] dependem somente da abundância ou escacês de chuva. Não cahindo essa por todo o mês de setembro, os campos se exterilizam e a água desaparece, o pasto seca, e os criadores sofrem grandes prejuízos, chegando, as vezes, a perder metade das reses que possuem^{82,5}”

Recife, no entanto, não dependia exclusivamente da carne verde para sua dieta alimentar. Em geral, a sua falta era compensada com a compra da carne de charque, bacalhau, peixes e aves⁸³. O gado que abastecia a capital da província não era, também, exclusivamente oriundo do Sertão pernambucano, mas de outros sertões como do Ceará e Piauí que, provavelmente, enfrentavam dificuldades similares para chegarem a essa cidade⁸⁴.

A formação sócio-econômica do Sertão de Pernambuco pode ser compreendida, portanto, a partir da pecuária bovina. Ela foi, mesmo com os crescimentos esporádicos da lavoura algodoeira ao longo dos séculos XVIII e XIX, a força geradora das maiores fortunas dessas terras. A exportação de bois para o litoral tinha como suporte a produção de farinha, macaxeira, feijão, rapadura e pratos derivados de milho, carne de bode, de boi e porcos. Em grosso modo, essa dinâmica gerou uma divisão social entre

⁸⁰ Isso pode ser notado na proposta de cota de bois que a companhia sugeriu ao Presidente da Província, dividindo os períodos dos anos entre o Inverno, a fase inicial da seca e a fase final da seca como a mais grave. Ela dividiu o período do ano em 3 estações: 1ª. Janeiro a Abril: 60 bois (cota de bois mortos por estação). 2ª. Maio a Agosto: 80 bois. 3ª. Setembro a Dezembro: 70 bois. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1854.

Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. pg. S1-9

⁸² Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. S1-10

⁸³ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1854. pg. 117.

⁸⁴ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1854. Pg. 115

os grandes proprietários de terras e gado bovino, e os pequenos agricultores e criadores, camponeses e vaqueiros.

3. A LAVOURA ALGODOEIRA

A fácil adaptação ao clima quente e seco do interior da província de Pernambuco, aliada aos períodos em que o mercado internacional era favorável, transformou o algodão numa das principais mercadorias de exportação dessa região. Vale lembrar que o clima irregular do litoral não era muito propício para o cultivo algodoeiro, visto que uma chuva forte poderia ocasionar a perda de boa parte da plantação.

O avanço da lavoura de algodão sobre as terras sertanejas representou uma mudança significativa na sua produção agrícola. Antes voltada à subsistência e ao comércio interno de rapaduras e farinha de mandioca, a região passou a conviver com uma produção agro-exportadora tipicamente direcionada ao comércio internacional. Manuel Arruda Câmara, um paraibano especialista em botânica e formado em medicina em Montpellier no ano de 1791, fez um relatório sobre a lavoura algodoeira em Pernambuco juntando seus conhecimentos acadêmicos com a prática real de plantador de algodão em uma fazenda em Piancó, na Paraíba⁸⁵. Sobre a mudança proporcionada pelo cultivo do algodão na paisagem sertaneja em Pernambuco, ele relata que *“a notícia do grande lucro que podia dar o algodão, a quem o cultivasse foi penetrando pouco a pouco os matos e despertando os agricultores. Nos anos de 1777 até 1781 animaram-se os povos de uma nova força, então é que se viram os interiores dos Sertões mais habitados e cultivados [...]”*⁸⁶.

Plantar o algodão para exportar significava, sobretudo, agregar valores tipicamente capitalistas aos hábitos produtivos daquele povo. O tempo do plantio deixou de ser controlado pelas necessidades diárias de alimentação, para ser mais regulado a partir da quantidade necessária para se produzir num determinado espaço de tempo visando o máximo de lucro. Câmara Arruda percebeu essa mudança;

⁸⁵ Manuel Arruda Câmara vivenciou o primeiro grande surto do algodão sertanejo, no final do século XVIII, época em que as relações entre Estados Unidos (principal fornecedor de algodão à Inglaterra) e Inglaterra (principal comprador de algodão do mundo) estavam estremecidas.

⁸⁶ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg, 117.

é importante a cultura do algodão em Pernambuco, pois o grande lucro que promete, impele a todos o trabalho, tirando-os da ociosidade, dá valor às terras que dantes o não tinham, com sumo proveito do proprietário; anima o negociante ao mais vivo tráfico, fazendo mais importante o nosso porto⁸⁷.

O botânico procurou estabelecer um manual agrícola sobre o plantio do algodão, verificando quais seriam as técnicas mais eficientes e mais propícias a essa lavoura. Segundo ele, depois de plantado, o algodão teria que, supostamente, passar por mais três processos agrícolas antes de ser desencarçado e ensacado: a capação, a poda e a decotação⁸⁸. A capação era o ato de cortar o olho, a sumidade das vergotas e principalmente as perpendiculares do pé de algodão quando o mesmo atingisse a altura de 2,5 pés, objetivando-se formosear essa planta para ceder mais frutos e facilitar as colheitas. Câmara observava que os plantadores de algodão só capavam quando o pé atingia 5 pés, e outros nem capavam. Além disso, ele afirma que os escravos empregados nessa tarefa “*ou por descuido ou porque finalmente os interesses de seu senhor pouco ou nenhum cuidado lhe dão*” deixam a maior parte por capar. O botânico paraibano prega o método adequado para usar o escravo nesse serviço: “*cada escravo deve-se encarregar de uma fileira de algodoeiros, acabada aquela principiar outra*

⁸⁷ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg, 117-118

⁸⁸ Manuel Câmara Arruda assim descreve o meio em que ele achava ideal para o plantio do algodão. “*A melhor ordem de formosear o algodão, o feitor com pouco trabalho põe debaixo da vista os escravos que colhem e que mondão [...] O único instrumento agrônomo que deve servir na plantação dos algodoeiros é a enxada, e quatro pessoas armadas desse instrumento bastam para plantar o maior campo de algodão; eu tenho simplesmente com este número em poucos dias plantado o campo que prepararam 50 trabalhadores em um mês, e nem deve consentir maior número, quem não quiser introduzir aí a confusão e a desordem [...] deve-se principiar por lhe fincar estacas distantes, uma defronte da outras, naquela direção em que se quiser as ruas dos algodoeiros; de uma estaca a outra se estenda uma corda bastante comprida, e hajam tantas quantas são as enxadas; depois de estarem as cordas assim estendidas, devem principiar os das enxadas a abrir as suas covas, que não devem ser mais profundas do que quatro polegadas, indo caminhando todos em direção das cordas, cada um guiando-se pelas suas, que escolheu; logo sobre os seus passos devem seguir outros tantos plantadores ou semeadores, com uma vasilha ou escudela na mão, cheia de semente de algodoeiro, e à proporção que os das enxadas forem abrindo as covas, estes devem ir deitando dentro os caroços e cobrindo de terra com o pé, só quanta baste para cobrir suficientemente; quando os das enxadas tiverem chegando ao fim suas cordas que os guiavam, devem parar e largando nesse lugar os seus instrumentos devem voltar para trás para arrancar cada um a estaca onde principiam, e leva-lo com a ponta da corda, que nela estava amarrada, para adiante, na mesma direção em que vieram e depois de porem as cordas na ordem e modo que estavam tornarão dos seus instrumentos e continuaram sempre o mesmo trabalho, com este mesmo método [...] Quem mete nos buracos as sementes comentes são os negros, por isso mais ligeiros que aquelas, qualidade que se requer para não padecer demasiada demora [...] muitos não trabalham com cordas para não empregarem uns minutos de mais na mudança das estacas. Plantam o algodão antes de chover para a semente nascer no dia que se chove*” ver: . CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. Pg. 130-132.

*para evitar confusões; o ano passado só com 30 escravos fiz capar em 4 dias um algodão avaluado em 1000 arrobas de algodão em primeira colheita”*⁸⁹.

A segunda e a terceira operações sugeridas por Arruda Câmara eram, respectivamente, a poda (ato de cortar os galhos que nutriam frutos para eles brotarem novamente na estação chuvosa seguinte) e a decotação (o ato de cortar o tronco do algodoeiro a cada quatro anos). Ambas as práticas foram pouco utilizadas pelos agricultores pernambucanos. As razões desse contraste entre o plantio ideal desenvolvido por Câmara em seu manual e o plantio real desempenhado pelos agricultores, devia-se pelo fato de ele ser um botânico especializado na academia francesa e a maior parte dos sertanejos ser recém-ingressa na lavoura capitalista, além de iletrada.

Não se tem evidência de como se desenvolveu a agricultura do algodão nos anos que se sucederam no século XIX. Muito provavelmente, poucas melhorias foram adaptadas maciçamente nessa agricultura. Uma prova disso é que, na década de 1850, um relatório do presidente da província cita que o cultivo do algodão se tornava menos rendoso e, pouco a pouco, ia sendo abandonado por razões que não se sabia explicar. Esse relatório fala de “*causas físicas que se não tem sabido não se tem podido combater*”, ou de “*um germen de destruição que talvez esteja na terra, talvez na semente*”⁹⁰. É possível que essa queda de rendimento na produção do algodão fosse decorrência do não desenvolvimento de práticas como essas citadas por Arruda Câmara, o que atenta para a possibilidade de pouco progresso das técnicas agrícolas na lavoura algodoeira sertaneja em Pernambuco⁹¹.

A agricultura algodoeira nesses sertões era totalmente dependente do mercado externo, uma vez que o uso do algodão em rama nessa província era basicamente voltado para exportação⁹². O processo de desencarçamento do algodão indica essa dependência, já que se enquadrava numa exigência das indústrias de tecelagem em comprar, unicamente, o algodão sem caroço. Segundo Câmara, esse processo era

⁸⁹ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 134.

⁹⁰ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1857. pg 80

⁹¹ Na agricultura sertaneja, algumas técnicas agrícolas eram aplicadas de maneira eficaz, como a Monda. Tal técnica consistia em eliminar as ervas más que nascem entre os algodoeiros, as quais usurpando a substância da terra, não só os fazem emagrecer, mas os abafam com sua folhagem. O próprio Arruda Câmara reconhece que “não há quem deixe de conhecer suas vantagens” CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 144.

⁹² “Do algodão em rama nenhum uso se faz no país. Todo ele é exportado” Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...]1857.pg 80.

realizado ou pelo método manual - mais lento e rústico, utilizado por pequenos agricultores – ou através das máquinas. A mais comum delas era conhecida como “a roda”, que aparentemente requisitava o trabalho de duas pessoas e chegava a ter uma produção em média de 6 a 8 arrobas por dia de algodão em caroço, ou duas arrobas de lã de algodão (ver figura 1). Há indícios de que alguns grandes proprietários utilizavam uma máquina mais sofisticada, que podiam trabalhar 8 pessoas e chegava a desencaroçar mais ou menos 128 arrobas em um dia de algodão de caroço, o que rendia 31 arrobas de lã (ver figura 2)⁹³.

Os relatos de Ulisses Lins de Albuquerque corroboram com essa descrição do botânico paraibano. Segundo o memorialista sertanejo, no processo de desencaroçar algodão:

“primitivamente era usado um engenho de madeira, no qual um veio era puxado por duas pessoas, uma prensa, deixando de um lado o caroço [...] Mais tarde, surgiam as bolandeiras, puxadas a bois [...] As almanjarras davam impulso a uma correia grossa, de sola, ligada à polia, a qual fazia girar a serra onde era jogado o algodão e ali era separado o caroço da lã⁹⁴”.

⁹³ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 151

⁹⁴ ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. Um sertanejo e o sertão. pg 234

FIGURA 1: A RODA

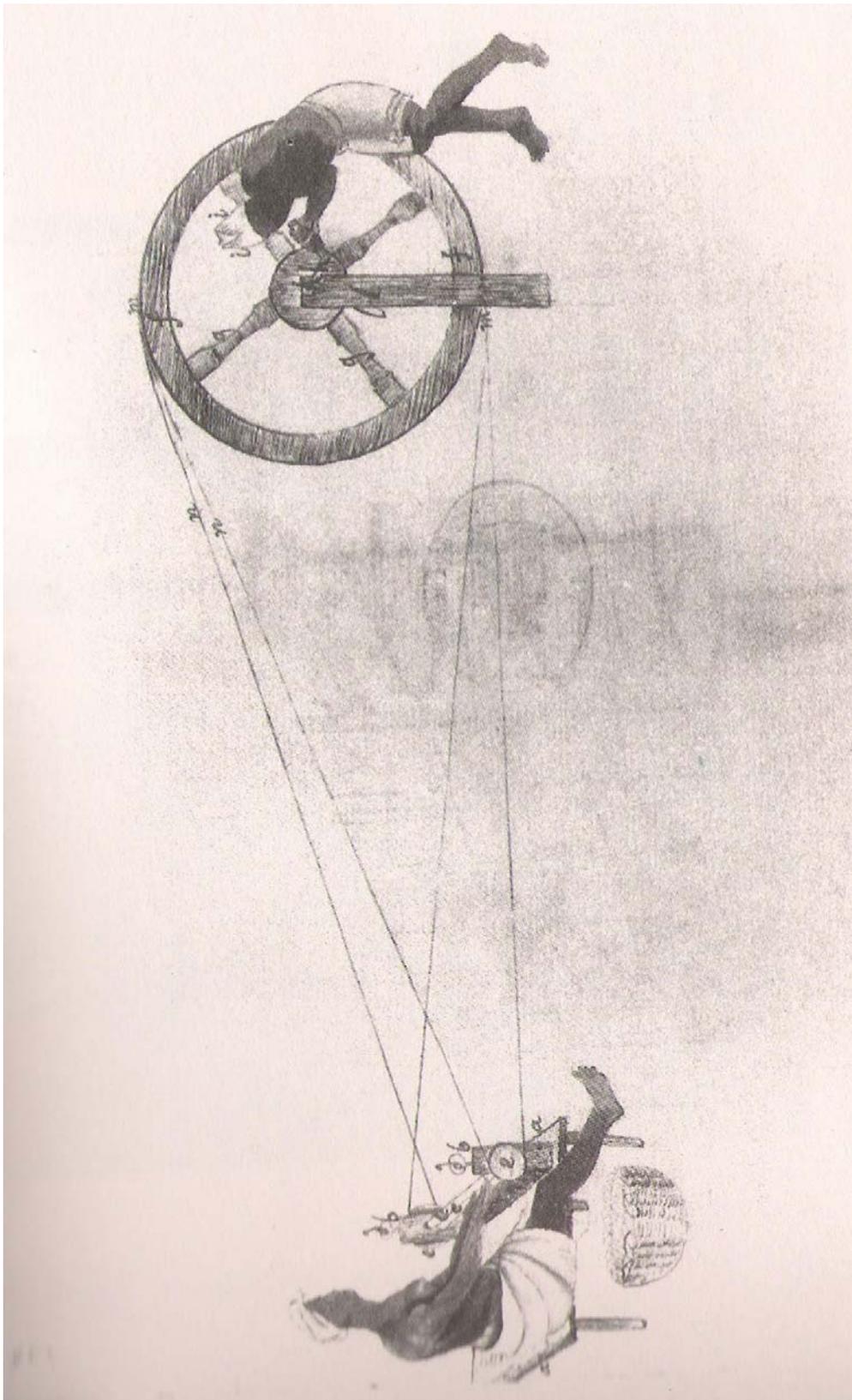
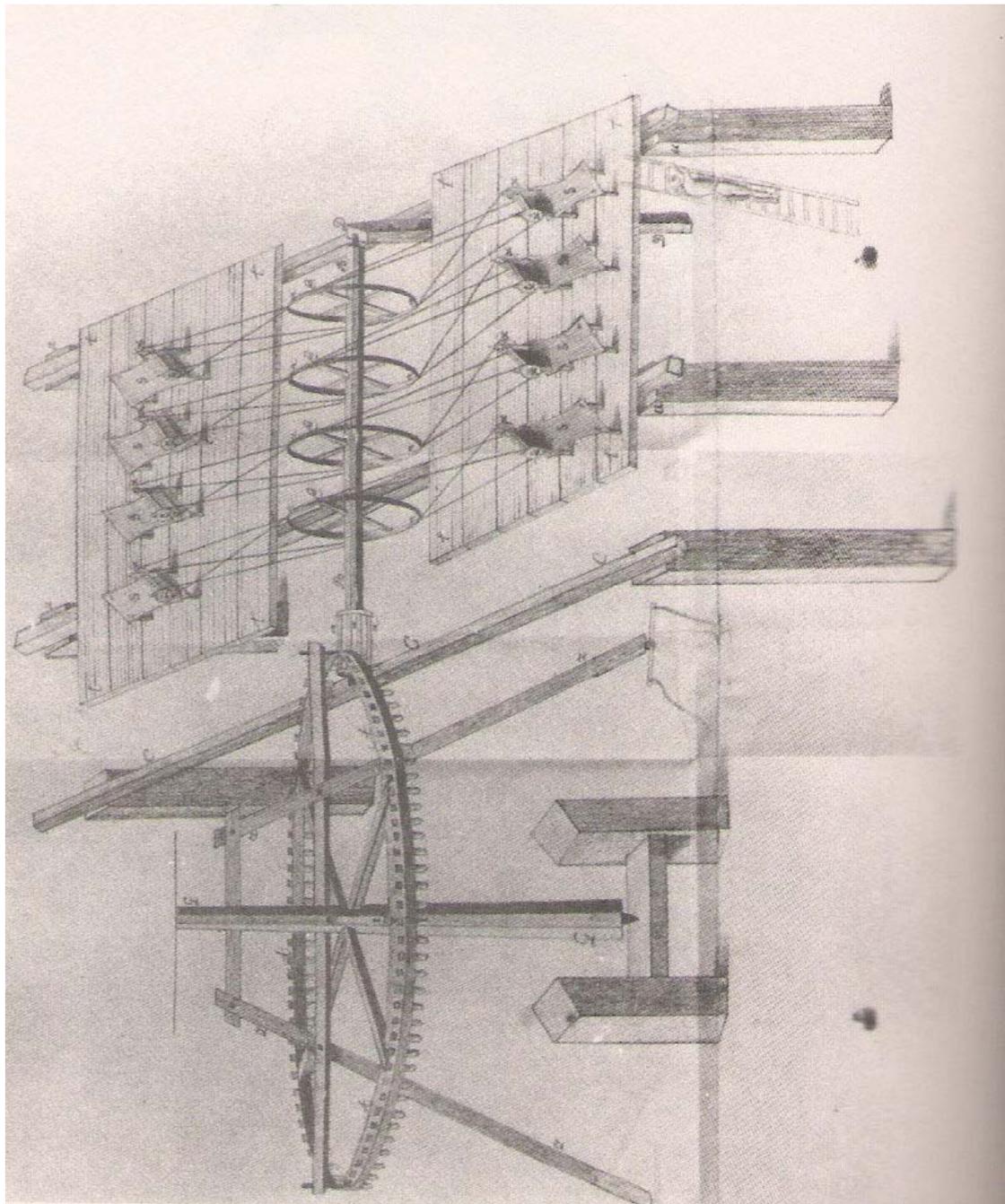
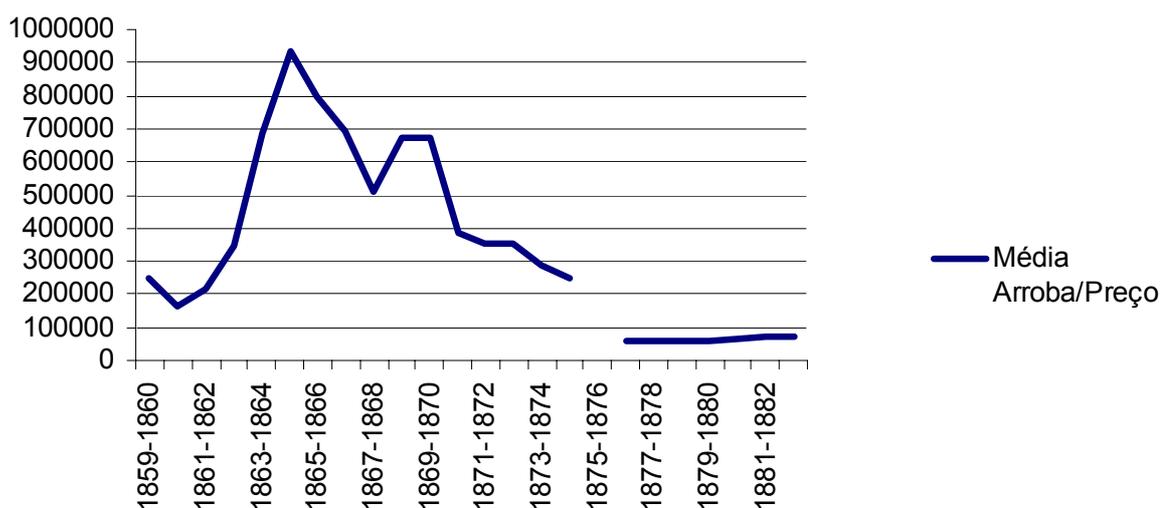


FIGURA 2: MÁQUINA DE DESENCAROÇAR ALGODÃO



Na segunda metade do século XIX, a cultura algodoeira no Sertão pernambucano teve, durante a Guerra Civil Americana, o seu momento mais lucrativo. Como se observa no Gráfico 2, os valores exportados de algodão que em 1860 eram bem menores de 100:000\$000 passaram para quase 600:000\$000 em 1865-66. Após a década de 1860, entretanto, a produção algodoeira em Pernambuco ainda teve uma considerável sobrevida. Isso pode ser notado no Gráfico 3, onde durante o início da década de 1870, observa-se que a produção algodoeira possuía patamares equivalentes aos do período da Guerra de Secessão estadunidense. O declínio da produção algodoeira ocorre somente durante a Grande Seca de 1877-79 mas, mesmo após esse período, ela retoma, em certa medida, a sua produtividade.

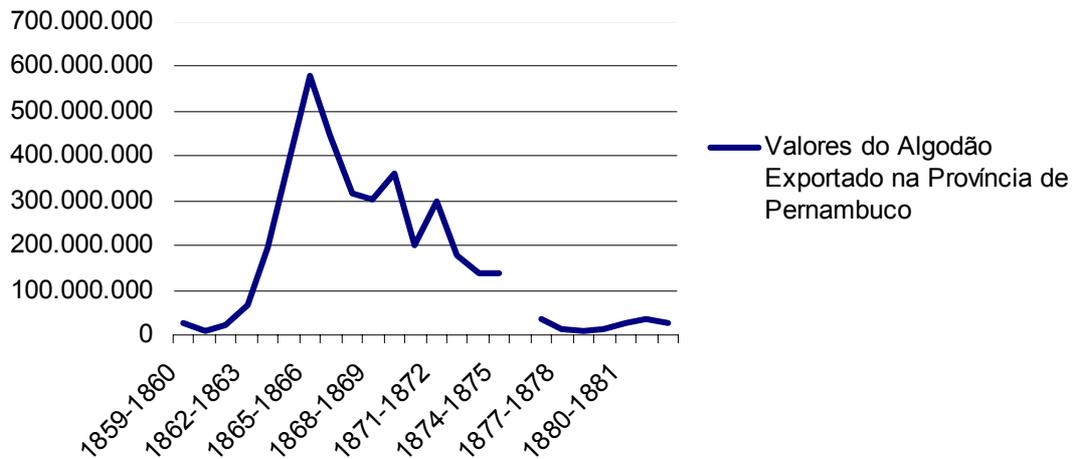
GRÁFICO 1
Média de Arroba por Preço do Algodão Exportado na Província de Pernambuco(1859-1883)



Fonte: Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1883

GRÁFICO 2

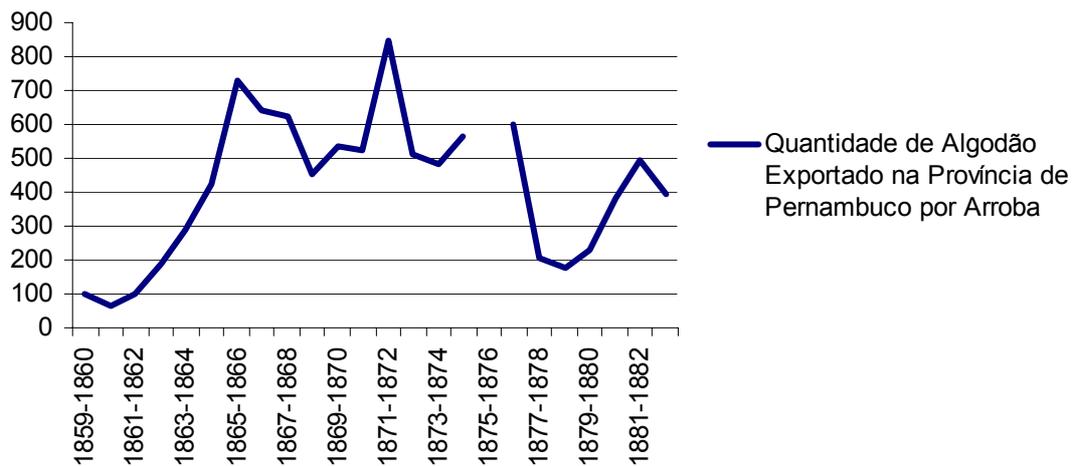
Valores do Algodão Exportado na Província de Pernambuco (1859-1883)



Fonte: Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1883

GRÁFICO 3

Quantidade de Algodão Exportado na Província de Pernambuco por Arroba (1859-1883)



Fonte: Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1883

Possivelmente, nas fazendas sertanejas que mais lucravam com o algodão, a força de trabalho empregada advinha dos escravos. No período da colheita, todo o tempo útil do cativo era intensamente aproveitado. Em sua fazenda-modelo, o botânico Manuel Arruda Câmara dividia o período do trabalho cativo em rigorosos horários, com intervalos de almoço, entre 12h e 14h, e finalizando somente quando começava a escurecer. No período do almoço e após o expediente, os escravos seguiam em fileira para pesar o seu cesto, e cada um deles era obrigado a cumprir uma cota de colheita estabelecida pelo seu senhor. Se não a cumprisse, o cativo era castigado; atingindo a

meta, ele ganhava \$100 por arroba. Sua crença era que “*quase sempre produz bom efeito a combinação do castigo com o prêmio e emulação, maneados com destreza*”⁹⁵. O botânico paraibano ordenava, ainda, um rigoroso controle do feitor sobre os seus cativos, que deveria fiscalizar se eles colocavam nos cestos, de fato, o máximo de algodão possível⁹⁶.

Nas outras fazendas produtoras de algodão, esse incentivo capitalista-escravista não era observado em grande escala, principalmente naquelas que não possuíam um número razoável de escravos. A implementação desse método rigoroso por Câmara derivava do fato de os escravos desenvolverem inúmeras estratégias para tornar seu trabalho menos árduo. Arruda relata que os senhores que mandavam seus cativos colherem algodão sem uma rigorosa fiscalização viam os mesmos se escondendo nos matos para dormir; ou então escondiam em algum arbusto porções de algodão “*até acharem ocasião de o desencaminhar [...] (os escravos) fazem o seu contrabando com tanta sagacidade que raras vezes se sabe*”.

Mesmo com tanta preocupação em fiscalização do trabalho escravo, ele mesmo dava indícios de que os cativos usavam “*de mil modos para enganar*”. Quando se exigia uma cota de peso, alguns colocavam, entre o algodão, pedras para pesar mais e atingir a cota indicada. Quando no lugar de um peso fixo, era exigido um cesto cheio, eles também emborcavam o cesto no chão para a parte de baixo ficar empenada, diminuindo o volume do mesmo⁹⁷.

Muitos escravos se negavam também a realizar determinados serviços, como o trabalho no processo de ensacamento do algodão. De tão rudimentar⁹⁸, os fazendeiros contratavam terceiros para realizarem tal tarefa visto que “*o trabalho fatigado dessa*

⁹⁵ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 148

⁹⁶ “*O feitor seguindo os cativos, cada um deles armado de um cesto, irá ao lugar determinado, onde deve principiar o serviço naquele dia; ai cada escravo toma à sua conta uma fileiras de algodoiros, que a não deve deixar até o fim colhendo não só o que se achar por cima, senão ainda pelo chão, no que deve o feitor por um extremo cuidado, para cujo efeito os devem ter sempre debaixo de vista [...] ele (o feitor) deve repreender qualquer negligência da parte dos escravos*” CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 147

⁹⁷ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 148

⁹⁸ Arruda Câmara destaca dois métodos de ensacamento: Modo mais simples: “*deita-se uma porção de algodão no fundo do saco, e se vai depois metendo a pequenas porções com uma palheta, e vão enchendo pelos interstícios, e assim até o fim, ou até fechar em cima*” *mete-se 4 arrobas dependendo da habilidade do ensacador*”. Outro modo de se ensacar : ensacar no ar ; “*toma-se num saco ordinário, alinhava-se em a boca um arco de uma verga de um pau flexível, de corte que fique bem seguro com aourela de pano, suspende-se por 4 cordas fortes ao ar, atando-se as cordas nos caibros da casa; o ensacador mete-se dentro do saco é com uma longa palheta na mão vai socando por todas as partes, até acabar de se ensacar todo*” em CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 154

*operação faz (com que alguns) negros se neguem a este trabalho*⁹⁹”. Vale ressaltar que o ensacamento era essencial para o transporte da mercadoria do Sertão pernambucano para o porto do Recife.

Aquilo a que o botânico Arruda Câmara se refere como *preguiça* ou então *mil modos de enganar* dos escravos, também pode ser compreendido como formas de resistência. Geralmente, essas atitudes devem ser percebidas como estratégias que os cativos encontravam para burlar um padrão extensivo de trabalho. A preguiça era, para esse trabalhador, uma maneira de garantir uma vida menos árdua¹⁰⁰.

4. MERCADO INTERNO SERTANEJO

Pelas dificuldades de transporte entre o Sertão e o litoral, desenvolveu-se na economia sertaneja uma necessidade de alocar parte de sua produção agrícola, criatória e artesanal para o auto-sustento das fazendas e o comércio local¹⁰¹. Fernando Patriota atenta para essa dinâmica, afirmando que

Além das essenciais ligações com o mercado externo, como produtores diretos da economia algodoeiro-pecuária, constituíam uma economia paralela, subsidiária, caracterizada pela pequena produção de artigos de uso e de trocas do excedente. Para essa população, a circulação da vida consumava-se nas feiras espalhadas pelos sertões”. Vaqueiros-camponeses-artesãos, produzindo valores de uso, davam uma vitalidade própria à economia sertaneja, com uma variada afluência de artigos artesanais oriundos da flora nativa¹⁰².

A produção agrícola do Sertão pernambucano, com exceção do algodão, foi voltada para esse mercado interno. Era comum, em cada fazenda sertaneja, fosse ela de grande, médio ou pequeno porte, a presença dos roçados de feijão, mandioca e milho. Em menor escala, nas áreas ribeirinhas ao Rio São Francisco, plantava-se também batata, café, abóbora, banana, fumo e cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura¹⁰³.

⁹⁹ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg, 154

¹⁰⁰ Conceito de preguiça enquanto resistência escrava em CARVALHO, Marcus. ob. cit.

¹⁰¹ BARBOSA, Tanya Maria Brandão. **O escravo na formação social do Piauí perspectiva histórica do século XVIII**. Recife, 1984. GENOVESE, Eugene. ob. cit.

¹⁰² PATRIOTA, Fernando. ob. cit. pg,15.

¹⁰³ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

Como evidencia um relatório de presidente da província sobre essa região, esses produtos eram os “*gêneros com que se alimenta a grande massa dos habitantes*”¹⁰⁴.

Não se tem evidências de que o cultivo desses produtos ocupava grandes espaços de terras nas fazendas sertanejas. Teodoro Sampaio, em seu diário de viagem ao Rio São Francisco, relata que

Nas povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo. Vive-se ai sem saber de que. Não se vê agricultura alguma, nem trabalho permanente. Na beira do rio [...] descobrem-se as vezes os restos de uma plantação de milho, abóboras, de batatas-doces e mandioca, mas tudo em proporção minúsculas e poucos cuidadas [...]Daqui para cima em ambas as margens do Rio São Francisco, não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, bem que pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar nem troca ou permuta porque não tem mercado onde faze-lo”
105

Aparentemente, Teodoro Sampaio pensava que iria encontrar nesses sertões grandes plantações agrícolas ou movimentados centros comerciais, como ele observava nas zonas açucareiras ou em Minas Gerais. No entanto, só localizou plantações residuais – formato típico de fazendas que cultivavam agricultura somente para consumo próprio ou voltada ao pequeno comércio local.

Outra documentação que indica que esses gêneros alimentícios eram produzidos majoritariamente para subsistência ou economia interna dos sertões foi o Relatório de Presidente da Província de 1858, que trata da situação econômica da Comarca de Flores. Segundo essa documentação, os sertanejos que ali moravam eram “*presos pela ignorância, não aproveitam convenientemente os elementos de riqueza que possuem, e produzi-lo somente quando basta para satisfazer as necessidades actuais*”.

O café, por exemplo, era produzido de maneira muito escassa, e quando plantado era consumido internamente na fazenda. “*Raras são as pessoas que se empregam no plantio do café, cujo consumo só chega para o consumo das pessoas que se dão a semelhante cultura*”.¹⁰⁶ Alguns fazendeiros também cultivavam fumo. Segundo esse

¹⁰⁴ “Da canna só se aproveita a rapadura, que, no entanto são de grande consumo, raras vezes abastece os mercados, acontecendo o mesmo com o feijão, a farinha de mandioca e o milho, gêneros com que se alimenta a grande massa dos habitantes”. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

¹⁰⁵ SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco trechos de um Diário de Viagem**. Rio de Janeiro: J. Leite, 1936. pg. 97.

¹⁰⁶ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

relatório, o Sertão pernambucano possuía um solo favorável ao seu plantio, o que incentivava essa experiência por uma porção de agricultores. O uso de tal agricultura, no entanto, acabou sendo aplicado na fabricação do “*fumo de corda para o uso do fabricante*”, até mesmo porque não havia nessas terras fábricas de rapé ou charutos¹⁰⁷.

Um dos fatores que certamente contribuiu para a não comercialização desses produtos ao litoral foi o alto custo de transporte. O algodão, que era uma mercadoria de exportação com um preço muito mais elevado do que feijão, mandioca e milho, possuía um custo de transporte que chegava a ser calculado entre 25% a 30% do seu preço bruto. Deve se imaginar, então, que se o custo para o transporte de algodão consumia quase um terço de seu valor, para se transportar farinha, feijão ou milho para o litoral se pagaria muito mais do que o arrecadado na sua comercialização.

Além desses roçados, outros produtos importantes para a dieta alimentar do sertanejo eram a pecuária caprina, suína e ovina. A criação de porcos, bodes, ovelhas e cabras era abundante entre os pequenos proprietários e camponeses pela sua facilidade em reprodução, principalmente das duas últimas espécies. O bode ainda possuía uma vantagem de melhor se adaptar à estação seca¹⁰⁸. O porco, pelos estragos que causava, não era criado na maior parte das grandes fazendas e, em alguns períodos do ano, algumas Câmaras Municipais no Sertão de Pernambuco baixavam decretos proibindo esse animal de andar livremente nas ruas¹⁰⁹.

As cabras, assim como as vacas, também desempenhavam um papel crucial no abastecimento alimentício do Sertão. Delas se extraía o leite, produto base de vários alimentos sertanejos – entre eles o queijo coalho, o mungunzá, a cangica e a coalhada¹¹⁰. Alguns outros animais, como cavalos, jumentos e mulas, eram criados para serem utilizados como meios de transportes e força motriz na lavoura. Segundo os relatos dessa época, esses animais trabalhavam “*quase como camelos*” suportando “*tantas fadigas e privações como eles*”¹¹¹.

¹⁰⁷ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

¹⁰⁸ GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

¹⁰⁹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. pg S1-9.

¹¹⁰ “*No Leito das Vacas fabricavam-se queijos, que são de inferior qualidade aos que fazem em alguns lugares da Parayba, Rio Grande do Norte e Ceará. Não se fabrica manteiga*”. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858 pg S1-9.

¹¹¹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1857. pg. 83.

A economia interna do Sertão de Pernambuco também era composta pela produção de alguns utensílios domésticos, vestimentas, mobiliário e ferramentas. Do algodão de caroá – planta nativa bastante abundante nessa localidade – era extraído um linho que servia para fabricação de redes para pescar, redes para dormir, panos de mesas, cordas, sacos e o pano grosso que vestiam a maior parte dos sertanejos¹¹². Esses produtos eram típicos de um comércio local; por vezes vendidos em feiras, por vezes fabricados para consumo próprio¹¹³. Pela sua abundância, ele era extremamente barato. No início do século XIX, o linho do Caroá chegava a custar entre 1\$000 e 1\$200 a arroba¹¹⁴. Não é a toa que relatórios provinciais indicavam que havia “*por toda parte teares de algodão grosso e de redes, de muito uso no Sertão*”¹¹⁵. Em sua viagem pelo Rio São Francisco, Teodoro Sampaio também notara a abundância dessa tecelagem rústica. Ele afirma que

“as mulheres vinham trazer as suas rendas para vender e lhes comprávamos algumas peças por um bom preço [...] Notávamos pelo chão as esteiras em que as moças costumam assentar-se para fazer rendas em almofadas [...] víamos as redes que, logo que entrávamos eram estendidas ou armadas para nos receberem, algumas feitas de algodão e guarnecidas de rendas, outras mais singelas feitas de palha macia do buriti”¹¹⁶.

Havia ainda, nas comarcas sertanejas, alguns curtumes e pequenos estabelecimentos de ferreiros, ouvires e carpinteiros onde se fabricavam os instrumentos e mobílias rústicas que se encontravam nas casas e fazendas dos sertanejos¹¹⁷. O couro

¹¹² “Se extrai um linho grande e forte o qual serve para fazer cordas e pano grosso, pela sua abundancia ele é extremamente barato, e não necessita ser plantado [...] os habitantes do Rio São Francisco tecem suas redes de pescar com o fio desse linho” 168. Modo de extração: 1) arrancada a folha do tronco, o que se executa com muita facilidade [...] cercia-se a lâmina ou página convexa com a face na base, e com a outra mão puxa-o com força o ouro linho [...] verde; para limpar é necessário lava-lo [...] 2) Arrancam as folhas e amarram em feixes, lançam-se na água onde se deixa macerar por quatro ou cinco dias, ao cabo dos quais batem-se aos molhos, para o maceta não cortar o linho. Amarra-se o linho em feixes e o deixa macevar por 2 dias repetir a operação da batedura; a qual se retira ainda, dando-se-lhes outros dois dias mais de maceração; então sai comumente o linho limpo, e se entrança para se não embarçar e poder correr no comércio”. CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. pg. 108

¹¹³ PATRIOTA, pg 25.

¹¹⁴ CÂMARA, Manuel. A. ob. cit. Sobre o processo de produção do algodão de Caroá, Patriota também coloca que a “*Ocupação do Algodão de Caroá se deu em terras secas, e inóspitas. Gerou, ao longo do seu processo produtivo, dois ciclos econômicos distintos na agricultura sertaneja. Nas estações chuvosas, a produção se voltava para a agricultura de subsistência; nas estações secas, esses homens que formavam o grosso da mão-de-obra agrícola sertaneja, se voltava para a produção ou extração do algodão de Caroá*” ver em PATRIOTA, Fernando. ob. cit. pg, 9.

¹¹⁵ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

¹¹⁶ SAMPAIO, Teodoro. ob. cit. pg, 98, 99.

¹¹⁷ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858.

foi utilizado largamente nessas terras para fabricação de solas, selas, botas, sapatos, camas, chapéus, cabos de faca e cordas¹¹⁸. A maior parte do couro, no entanto, não era cortada com nenhuma sofisticação. Segundo Ulisses Lins de Albuquerque, “*o sertanejo cavava um quadrado no chão, pondo ali a casca do angico dentro de um pouco d’água e, naquela golda, eram postos os couros de molho, a fim de serem curtidos, com ou sem cabelo.*”¹¹⁹.

A economia interna sertaneja acabou gerando uma cultura material que foi característica dessas terras ao longo do tempo. Painéis de barro, colheres de pau e fogão a lenha eram utensílios que compunham qualquer cozinha sertaneja. Tecidos rústicos e peles de bois e de bodes eram usados pelos mais humildes como peça de vestimenta. A imagem típica do vaqueiro sertanejo, que mais parece uma figura atemporal, ainda é a de um homem simples trajado de chapéus e roupas de couro. A dieta do sertanejo, baseada nos produtos que ali eram cultivados, era composta de pratos que ainda hoje são típicos dessa região, como o bode assado ou guizado, a buchada, o xambariu, o queijo coalho, a farinha, a farofa, o milho cozido ou assado, o mungunzá, a canjica, a coalhada e a macaxeira. Atualmente, encontram-se muitos vestígios da cultura material do Sertão pernambucano advinda desde os primórdios de sua colonização, principalmente nos distritos e terras mais afastadas dos centros urbanos que por lá se desenvolveram ao longo desse tempo¹²⁰.

5. AS FAZENDAS E AS VILAS SERTANEJAS

Em meio à paisagem das matas secas sertanejas, dos rebanhos de bois ou dos currais de bodes, plantações de mandioca, feijão, milho e algodão, pairavam sobre essa região os casebres e as casas dos homens e mulheres que ali viviam.

¹¹⁸ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. O couro do boi era muito utilizado para a fabricação de solados de sapatos, enquanto o couro de bode e de carneiro, utilizado para a vestimenta do vaqueiro e para fabricação de celas. Ver em ALBUQUERQUE, Ulisses Lins. Ob. cit. pgs. 231, 233.

¹¹⁹ ALBUQUERQUE, Ulisses Lins. Ob. cit. 231.

¹²⁰ O Sertão, no entanto, não era simplesmente uma terra comercialmente isolada dos grandes centros comerciais da província de Pernambuco. Ainda se achava por essas terras pequenos estabelecimentos comerciais que vendiam produtos como baralhos franceses, manteiga em lata, cravo da índia, água de colônia, pentes para piolho, baús de folha de flandres, tesouras, espelhos, pratos e tigelas das mais variadas, xícaras de louça, talheres, além de uma variedade considerável de tecidos, fumos e bebidas alcoólicas. Inventário de Maria (sobrenome ilegível) esposa de Custódio Xavier de Sá dono de um Mercadinho na localidade de Tacaratu. Inventários Post Mortem do Acervo Orlando Cavalcanti do IAHGPE. 1875.

Aparentemente, a típica fazenda pecuarista sertaneja era composta de uma casa senhorial, simples, de taipa, rodeada de currais, roçados e casebres de agregados e escravos. Os senhores de terras e escravos sertanejos viviam, geralmente, em casas de taipa, sem os luxos de uma casa grande da zona açucareira. As fazendas mais ricas ficavam próximas às vilas, onde alguns proprietários realizavam o papel de comerciantes¹²¹. Vale ressaltar que a ausência de luxo não significa, necessariamente, ausência de riqueza, visto que havia muitos senhores abastados de animais e cativos nessas terras.

Teodoro Sampaio oferece uma visão geral sobre a moradia dos habitantes sertanejos em Pernambuco;

“as habitações constroem-se aqui pequenas e baixas, à falta de madeira, empregando-se por essa razão até mandacaru, cujo tronco mais grosso fornece um tabuado branco, aproveitando para portas e para o pobre mobiliamento que se usa [...] No interior das casas não havia mais que sala, quarto, corredor e cozinha; o chão duro, mas escavados pelo transitar e varrer; as paredes barreadas e enegrecidas pela fumaça; o teto de palha não tinha o menor aspecto¹²²”.

O relato nos indica que essas casas tinham aspectos de casebres, pouco mobiliados e de aparência rústica, muito semelhante ao que se chama hoje de casas de pau-a-pique. Nos inventários post mortem do Sertão pernambucano no século XIX, os preços das casas e das mobílias atingiam valores quase insignificantes, o que reitera o relato do viajante¹²³. Essa descrição de Teodoro Sampaio, no entanto, é muito generalizada, e a impressão que ela passa é de que não havia grandes diferenças entre as casas pobres e ricas.

Na obra de memórias de Ulisses Lins de Albuquerque, no entanto, tem-se uma descrição de uma antiga casa senhorial sertaneja e dos casebres das populações mais humildes na fazenda Pantaleão, próxima ao Município de Alagoa de Baixo, atual Sertânia. Esse memorialista descreve a casa de sua família como sendo

um casarão de taipa, com oito quartos [...] cercada por umas casinhas rústicas no fundo e a direita, cujo conjunto dava uns ares de arraial à velha fazenda [...] entre a casa grande e as diversas casinhas

¹²¹ PATRIOTA, Fernando. ob. cit. pg. 15.

¹²² SAMPAIO, Teodoro F. ob. cit. pg 98.

¹²³ O baixo preço das casas e terras é uma regra geral para os inventários de Pernambuco.

dos moradores, que se divertiam com as minhas travessuras – gente humilde, antigos escravos e seus descendentes; caboclos bons, leais, que ali mourejavam no campo, como vaqueiros e trabalhando em seus roçados, criando as suas cabras¹²⁴.

O relato de memória de Ulisses Lins de Albuquerque nos remete a uma diferenciação entre a casa senhorial, maior e com vários quartos, e os casebres dos camponeses, escravos e vaqueiros, aparentemente mais simples, pequenos e rústicos, como os relatados por Teodoro Sampaio. O modelo da Fazenda Pantaleão sugere também que os cativos viviam nos casebres que cercavam a casa grande sertaneja e que sua morada não era diferente da população livre agregada à terra senhorial, como camponeses e vaqueiros. Sendo assim, esses homens não viviam em senzalas, como no modelo da *plantation* pernambucana, mas em casebres – onde teriam melhores condições de desenvolver uma vida familiar estável.

Também faziam parte da paisagem sertaneja os vilarejos, que se constituíam como pólos do comércio local dessa região, onde eram realizadas as feiras e por onde passavam os tropeiros e os vaqueiros ao longo do caminho das boiadas. Teodoro Sampaio, talvez surpreendido com a simplicidade dessas localidades, descrevia a vila de Cabrobó como “*insignificante e sem vida*”. Segundo ele, lá habitavam cerca de mil e quinhentas almas, que viviam em meio a “*uma pequena matriz, uma capela, um pobre edifício para a cadeia e umas duzentas casas, no geral, mal construídas*”¹²⁵.

Os relatórios de presidente da província, entretanto, indicam que alguns vilarejos conseguiam se transformar em importantes centros comerciais da região sertaneja. Baixa Verde, por exemplo, é descrita em 1858 como “*o mercado mais concorrido pelos habitantes dos Sertões de Pernambuco, Parahyba e Ceará [...] Nem em relação à affluência dos concorrentes, nem à abundância e consumo dos gêneros de produção interna e externa, esse mercado se pode considerar inferior aos de Caruaru, Limoeiro e Narareth e outros importantes da província*”¹²⁶. Mesmo sob um aspecto que em nada lembrava um ambiente urbano seguindo os padrões de modernidade do século XIX, havia nessas localidades significativa vida comercial¹²⁷.

¹²⁴ ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Moxotó brabo aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja*: Pernambuco. 2ª ed. - Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979.

¹²⁵ SAMPAIO, Teodoro. pg, 100.

¹²⁶ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1858. pg, S1-10.

¹²⁷ Isso contradiz a visão de Teodoro Sampaio, provavelmente, recheada de ideais progressistas acerca da civilização. Talvez o viajante não tenha passado nessas vilas em dias de feiras, onde certamente teria uma melhor impressão.

6. OS SERTANEJOS

É muito freqüente a associação do Sertão de Pernambuco a um lugar ermo, quase despovoado, habitado por homens e mulheres rústicos que ali desenvolveram, ao longo da História, uma civilização isolada. No campo historiográfico, Frederico Pernambucano de Mello ressaltou a idéia de que, até o advento das estradas asfaltadas e das ferrovias, essa região padeceu por um “*isolamento a que esteve relegado secularmente*”, fazendo com que “*nele se conservassem e mantivessem vivas certas formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e aqui mescladas ao padrão nativo*”. O sertanejo, para esse autor, era “*envolto por toda uma estrutura familiar, política, econômica, moral e religiosa arcaica e arcaizante, fruto de isolamento de séculos*”. Essa foi em parte a visão de Euclides da Cunha – para quem o sertanejo era, primordialmente, um *retrógrado*¹²⁸.

Parece um pouco complicado, entretanto, aceitar, que, no Sertão pernambucano do século XIX, se desenvolveu uma civilização isolada culturalmente. O próprio conceito de isolamento cultural é, por si só, bastante limitado, e talvez só se aplique a alguns casos específicos, como tribos ou povoações que se desenvolveram sem nenhum contato com outras culturas. Isso não ocorre, entretanto, nessa região, onde necessidades econômicas e políticas obrigavam-na a ter, pelo menos, um mínimo contato com o litoral da província. O gado cultivado nessas terras, por exemplo, não era para uso exclusivo do mercado local e, como foi argumentado antes, atendia aos mercados de Recife e da Zona Açucareira. Isso implicava um tráfego de pessoas entre essas localidades gerando, em certa medida, uma interação cultural e econômica. Além disso, o corpo burocrático do Estado brasileiro atuava, mesmo que de forma discreta, nas vilas sertanejas. A Igreja Católica também representava um agente de interação cultural que se fazia firmemente presente na vida cotidiana desse povo. Um exemplo disso pode ser visto nas inúmeras descrições de imagens de santos e oratórios nos inventários *post mortem*.

É evidente que essa interação cultural entre o interior e o litoral da província foi bastante dificultada pelas condições de transporte da época. No entanto, pode-se

¹²⁸ MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol-Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil**. Pernambuco: Editora A Girafa, 2004. Pg.47

afirmar, ainda, que as vilas que margeavam o Rio São Francisco interagiam constantemente com sertanejos oriundos de outras províncias. O Sertão pernambucano no século XIX, no entanto, era de fato uma região que desenvolveu muitas especificidades culturais derivadas da distância com o litoral e das dificuldades do trânsito terrestre; como a cultura material baseada no couro e no barro, uma alta impunidade em crime de homicídios, uma elite iletrada e um sistema escravista baseado na reprodutividade escrava.

Ao longo do século XX, a imagem do sertanejo foi evocada como símbolo do Movimento Regionalista de Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, e do Movimento Armorial de Ariano Suassuna. Ela esteve estampada como um dos grandes palcos do cinema novo de Glauber Rocha e do novo cinema brasileiro de Walter Sales. Seu cenário foi caricaturado por inúmeras novelas de época da Rede Globo e, a miséria de sua gente, estampada em vários telejornais e pela imprensa escrita. Tudo isso transformou o Sertão num elemento primordial da invenção imagético-discursiva intitulada Nordeste¹²⁹. Antes da Grande Seca de 1877-79, no entanto, quando se falava em Sertão, a imagem mais comum que as pessoas do litoral projetavam era de uma região sem-lei, composta de homens rústicos. Lugar *não-civilizado*, onde a vida humana não tinha quase nenhum valor frente às inúmeras matanças que lá ocorriam. Terra em que se fazia justiça ou política na ponta de uma faca ou na mira de uma arma.

As documentações do século XIX se referem constantemente ao Sertão pernambucano dessa maneira. Os assassinatos que mais chocavam os presidentes da província e os habitantes do litoral eram os de figuras importantes como juízes, delegados e fazendeiros abastados. O presidente da província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, conta alarmado a história de João Alves Barreto:

um dos mais abastados da região [...] foi atacado de dia dentro de sua própria casa por um bando de facínoras [...] depois de o matarem, arrastaram o cadáver até a rua e sentado sobre ele, o chefe dessa quadrilha fez a barba, que tinha jurado não tornar a fazer enquanto não tomasse aquela vingança¹³⁰.

¹²⁹ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana/Cortez, 1999.

¹³⁰ BARBALHO, Néelson. ob. cit. pg. 180.

Em outro relatório, se faz notícia de um criminoso chamado José Antônio Pereira, conhecido na região de Pajeú de Flores por ter assassinado um clérigo, o padre Veras¹³¹.

Até mesmo destacamentos militares, que supostamente foram invocados para resolver o problema da violência, eram atacados nessas terras:

em Pajeú o destacamento , em marcha para o lugar do seu destino , sofreu fogo de dentro de uma mata, e perdeu um soldado. Ainda não se tem sido possível descobrir o assassino, o qual para perpetuar o crime em segurança de impunidade, procurou um lugar ermo apropriado para sua ocultação¹³².

Os relatórios provinciais enumeravam várias dificuldades que contribuía com o aumento da criminalidade sertaneja. Uma das mais decorrentes era a facilidade que o criminoso tinha de emboscar-se em um território vasto e despovoado o que, por consequência, facilitaria a ocultação de seu crime. Além disso, mesmo descoberto, ele poderia também ameaçar testemunhas, juízes e jurados de cometer qualquer emboscada se agissem contra a sua vontade¹³³.

As condições das cadeias do interior também eram um agravante a essa criminalidade. São descritas na documentação, muitas vezes, como casas particulares com um ou dois quartos improvisados de celas. As três prisões que existiam na Comarca de Flores, por exemplo, eram “*casas ou parte de casas particulares allgadas para este mister*”. Já a prisão de Villa-Bella consistia “*em dous quartos com uma porta de entrada cada um. O primeiro coberto de taboas, contém criminosos que exigem maior cuidado e segurança; no segundo são recolhidos os outros presos menos importantes*”¹³⁴. Segundo o próprio relatório, esses quartos não ofereciam condições nem para segurança nem para comodidade e saúde dos presos, por serem pequenos e sem ventilação alguma. Um dos pedidos mais freqüentes das Câmaras Municipais do interior ao poder provincial eram reformas desses prédios.

Outra dificuldade advinha dos riscos que a transferência de um preso para Recife ocasionava. Não é a toa que, certa vez, um presidente da província afirmou que

¹³¹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1854. pg 7.

¹³² Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1853. pg S1-2.

¹³³ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] [...] 1853. pgS1-1.

¹³⁴ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1857. pg, S1-6

mandar um preso para Ouricury para a cadeia desta Cidade (Recife) até ser ocasião de chamar-lhe um júri, e depois para Ouricury para ser julgado, percorrendo-se uma extensão de 180 léguas, pela mor parte deserta é como um absurdo; e admira que não tenham todos fugidos no caminho¹³⁵.

Alguma melhora houve no policiamento do interior, graças à implementação dos destacamentos volantes, batalhões que serviam ordem direta a um comandante não-natural do lugar, que poderiam percorrer vários municípios atrás de um criminoso, sem problemas de jurisdição. “*A verdade he, e cumpre não nega-la que depois que foram levantadas os destacamentos volantes, o interior da província mudou de face, e já muitos dias se passam, em que deixo de receber officios trazendo a mais nova de assassinatos*”. Isso porque os antigos delegados de polícia muitas vezes eram completamente subordinados a interesses de chefes políticos locais, o que interferia nas condenações ou absolvições de determinado criminoso de acordo com seu interesse. Ulisses Lins de Albuquerque conta a história de Manuel Inácio, delegado de polícia que em meados do século XIX ficou conhecido por proteger bandidos e assassinos para utilizar-se do serviço dessa gente. Uma frase que o memorialista sertanejo atribuiu a ele foi: “*os bons já são protegidos por natureza. Os maus é que precisam de proteção*”¹³⁶. A incorporação de outros comandantes na figura de delegados de polícia, amenizou, portanto, aparentemente, a situação da criminalidade nesses sertões¹³⁷.

Tal criminalidade, no entanto, não foi sinônimo de falta de ordem no interior da província. Ocorria que grupos políticos locais disputavam e exerciam o seu poder através da ação desses criminosos. A presença do corpo burocrático estatal não conseguiu regulamentar eficientemente as leis imperiais nessas localidades, e a jurisdição legal, na maioria das vezes, corrompeu-se no intuito de atender aos interesses particulares. Um relato sobre como a influência desses grupos políticos afetava a burocracia estatal pode ser observada nessa seguinte colocação de um presidente da província

no Interior [...] Os homens mais consideráveis vivem em suas propriedades a mor parte das vezes longe de seus povoados. Cada um deles tem considerável número de parentes, adherentes e amigos, e estes tem também seus parentes e amigos. Nos lugares pequenos

¹³⁵ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...]1853. pg, S1-2.

¹³⁶ ALBUQUERQUE, Ulisses Lins. Moxotó Brabo.

¹³⁷ “*A Comarca de Boa Vista recentia-se dos mãos effeitos da impunidade; os criminosos a percorriam sem o menos assombramento. Mandei para alli um destacamento volante , cujo comandante foi nomeado também delegado*”. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1857, pg 8

reinam sempre muitas intrigas e inimizades tanto mais encarniçadas, quanto mais próximo e contínuo é o contato. Quando se acha ilustração, Independência e Boa Vontade, he rarissimo achar imparcialidade, he rarissimo que tais circunstâncias o homem que queira ser imparcial possa ser. As inimizades as vezes são causas e outras são efeitos das dissensões políticas, mas sempre são delas inseparáveis. D'ahi vem que cada termo, cada comarca, cada parochia, está dividida em dois grupos, em dous campos inimigos, e as vezes em mais, todos tomam parte em todas as dissensões. Nomeado o delegado ou o subdelegado em um dos grupos, todos os adherentes deles se tornam altivos, ameaçadores, opressores e contam com a impunidade, todos os adherentes de outro grupo se consideram perdidos, perseguidos, esmagados debaixo das violências, oprimidos pelos processos, recrutamentos e perseguições do poder.¹³⁸

A elite política local era composta basicamente por grupos familiares, às vezes famílias rivais, às vezes uma mesma família dividida nessas disputas¹³⁹. Essa relação de poder girava, num plano mais central, ao redor do corpo de parentes mais próximos aos chefes desses grupos familiares. Numa esfera mais periférica, abrangia os agregados, camponeses e escravos.

No século XVIII, a propriedade de terras no Sertão pernambucano era dividida em latifúndios que chegavam a ocupar uma área territorial que hoje equivale à extensão de dois ou três municípios. No século XIX, principalmente na segunda metade, essas propriedades foram ficando cada vez menores, em decorrência da divisão entre os herdeiros. Para evitar uma maior fragmentação do latifúndio, eram comuns os casamentos entre primos. Como relata Socorro Ferraz,

a repartição de terras, a divisão das heranças nem sempre determinaram a definitiva fragmentação das terras. As fortunas cresciam e diminuían, mas não parecem ter modificado a natureza do latifúndio. Esta estabilidade deve-se, ao que tudo indica, aos casamentos entre as mesmas famílias [...]. Apesar de seu menor valor econômico em relação ao escravo e ao gado, essas terras foram a base territorial, na qual se amparou um poder político¹⁴⁰.

O poder desses chefes familiares, que por vezes se confrontava com a jurisdição do Império, podia, entre outras coisas, garantir aos mesmos formas não-institucionais de exercer seu controle escravocrata. Alguns relatos provinciais falam de tentativas,

¹³⁸ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1857. Pg. 15, 16.

¹³⁹ Algumas dessas famílias eram: Sá Barreto, Maciel, Lins de Albuquerque, Siqueira, Novaes e Ferraz. Ver: BARBALHO, Nélson. ob. cit.

¹⁴⁰ FERRAZ, Socorro. BARBOSA, Bartira. ob. cit. pg 38, 39.

relativamente bem sucedidas, de alguns proprietários de reduzirem à escravidão libertos por lei. No ano de 1865, os irmãos Anastácio José Nogueira, Meno Francisco Nogueira e Manuel da Costa Nogueira venderam Angélica, livre desde seu nascimento, como escrava para proprietários no norte da Parahyba¹⁴¹. Nesse mesmo ano, foi denunciado que em Ouricury cinco libertos foram reduzidos à escravidão por decisão do juiz municipal. Alegou-se que a alforria concedida a eles não era válida, pois fora dada pela avó dos “proprietários”, senhora de 90 anos, que tinha somente direito a parte dos escravos¹⁴². Em outro caso, no município de Ingazeira, a menor Maria, “*que se achava no gozo de sua liberdade desde seu nascimento [...] foi reduzida à escravidão, por herdeiros do casal a que pertencera sua mãe, consentindo nisso o Juiz Municipal de Ingazeira, Bacharel Joaquim Ferreira Chaves*”¹⁴³.

Provavelmente, se esses processos tivessem tido a chance de chegar a um tribunal de apelação, os escravos poderiam ter alguma oportunidade de escaparem da re-escravização. Infelizmente, as fontes não transpareceram mais detalhes sobre os seus destinos. O que se pode concluir, em relação a isso, é que o limite quase indivisível entre o poder do Estado e as vontades particulares da elite local culminou, em alguns casos, na perda de referências entre o que era legal e o que era legítimo.

Por outro lado, vários escravos conseguiram, por bons relacionamentos com seus senhores, se enquadrar socialmente nessa grande teia de poder do Sertão, onde os laços de parentesco e as relações pessoais de hierarquia se confundiam. Ulisses Lins de Albuquerque cita alguns casos de escravos ou ex-escravos que acompanhavam seus senhores em tocaias ou tiroteios. Homens que foram usados pelos seus senhores em decorrência do sistema institucional e sócio-econômico da escravidão e, mesmo assim, foram de armas em punho libertar algum preso ou matar algum rival acompanhado de seu senhor.

O conflito entre senhores e escravos, no entanto, não deixava de operacionalizar-se. Uma cativa na Comarca de Boa Vista, por exemplo, “*propinou veneno, de que vieram a morrer 4 pessoas de sua casa; pelo que fora queimada em vida pelos parentes dos mortos*”¹⁴⁴. Nos inventários, há relatos de cativos com doenças ou deficiências que podem também indicar maus-tratos. Na amostragem de

¹⁴¹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1865. pg. 22.

¹⁴² Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1865 pg. 23.

¹⁴³ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1865. Pg. 23.

¹⁴⁴ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco [...] 1854. Pg. 9

aproximadamente 1903 escravos, há pelo menos 176 descritos com alguma moléstia. Às vezes, elas indicam danos que podem não decorrer do mau trato, como no caso de Francisco, que em 1856 foi descrito tendo 54 anos e *achacado por mordida de cobra*, ou de Matias de apenas 8 anos, que possuía um *aleijamento na mão*, em decorrência de um ataque de piranhas. Outros achaques indicam, pelo menos, uma conseqüência de ações intensivas em esforço; quando não, podem ser consideradas como puro mau trato. Esse é o caso de cativos apresentados com pernas quebradas, paralíticos ou cegos. Gente como Antônio, angolano, que em 1836 era aleijado de uma perna; Francisco, que em 1843 era *doente e quebrado; todo achacado*; ou Pedro, de 35 anos, que possuía um *olho furado*¹⁴⁵.

As formas como os sertanejos resolviam suas desavenças políticas e pessoais, e a maneira sobre a qual a elite sertaneja exercia seu domínio faziam, por fim, que os habitantes das terras mais próximas ao litoral os descrevessem como rústicos. A comparar o povo sertanejo com o da zona açucareira, o presidente da província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, retrata que "*os povos pastores sempre foram mais ferozes que os povos cultivadores. [...] se o contínuo trato com os bruto fez contrair uma certa rudeza e bruteza irracional*". Mesmo em Pesqueira, cidade agrestina, bem próxima da zona sertaneja, os seus habitantes se referiam sarcasticamente aos moradores de Alagoa de Baixo, cidade mais adentro do Sertão, como incultos, afirmando que "*no Moxotó só dá Boi*". Outros contemporâneos, por outro lado, destacavam as qualidades desse povo. Teodoro Sampaio escreve que "*tal é o cabra do Sertão a quem não falta palavra fácil, a rapidez da réplica, a vivacidade, a imaginação e a poesia*¹⁴⁶". Algumas obras posteriores ao século XIX, projetaram um novo contorno às características de rudes, ríspidos e violentos do povo sertanejo, enaltecendo sua virilidade, honradez e simplicidade. Ulisses Lins de Albuquerque, por exemplo, projeta os sertanejos como honrados, valentes e com uma grande sabedoria advinda da esperteza. Homens de frases curtas, mas com grande ironia e sagacidade¹⁴⁷.

Pelas características demográficas do escravismo sertanejo que serão citadas no capítulo a seguir, não é impreciso afirmar que o modo de vida escravo era também o

¹⁴⁵ Inventários do Arquivo Orlando Cavalcanti. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

¹⁴⁶ SAMPAIO, Teodoro. ob. cit. pg, 95.

¹⁴⁷ Essa projeção sobre o sertanejo, acabou prevalecendo ao longo do tempo na cultura popular pernambucana; nos cordéis, nas letras do forró de Luis Gonzaga, Zé Dantas, Jackson do Pandeiro e nas anedotas e causos dessa terra – quase sempre melhores contados pelas pessoas que lá fincaram algum tipo de raiz.

modo de vida de um sertanejo. O cativo estava inserido na cultura daquela região quase como um nativo – o que torna o sistema escravista sertanejo oitocentista algo bastante peculiar, se compararmos com as zonas de *plantation* em Pernambuco. Enquanto havia grandes diferenças nos costumes de um senhor de engenho e de seu cativo, talvez entre o senhor de uma fazenda pecuarista e seu escravo elas não fossem tão gritantes. Provavelmente, ambos comiam buchada, tripa de bode, cusuz e macaxeira; eram iletrados; e atuavam, mesmo em diferentes posições, no jogo da violência para atender a interesses particulares¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Isso se valia para a grande maioria crioula, que dentro de um sistema escravista que se abastecia via reprodutividade escrava, era composta, na segunda metade do século XIX, por uma maioria de descendentes de africanos de, pelo menos, mais de 3 gerações.

CAPÍTULO 3: O SISTEMA ESCRAVISTA SERTANEJO EM PERNAMBUCO

A escravidão, ao lado da monocultura e do latifúndio, foi projetada enquanto um elemento de um tripé que regeu a formação sócio-econômica brasileira. A partir desse raciocínio, a associação direta que a historiografia clássica operou em relação ao uso da mão-de-obra escrava fazia referência à agricultura da cana de açúcar e do café, além da mineração. O sistema escravista brasileiro, no entanto, foi mais diversificado. A partir da década de 1960, algumas pesquisas perspectivadas no paradigma da História Demográfica e da História Social evidenciaram que em áreas não-exportadoras, a escravidão também representava um forte pilar social e produtivo.

Robert Conrad explica que “*uma das características importantes da escravatura brasileira, durante grande parte do séc. XIX, foi sua onipresença*”. O trabalho escravo era encontrado tanto em grandes municípios quanto em pequenos vilarejos. Ele era utilizado na agricultura de exportação em larga escala, cujos proprietários eram ricos e poderosos, mas também era encontrado numa economia de subsistência por pessoas de riquezas modestas, que se sustentavam do trabalho de um ou dois escravos.

Bert Barickman também contrapõe a visão de que a formação econômica e social do Brasil foi regida pelo latifúndio, monocultura e escravidão, afirmando que, no caso do Recôncavo Baiano, a produção de fumo e de farinha foi tão importante para a constituição da sociedade baiana quanto o açúcar. Ele propõe uma relação entre as economias de exportação e as de abastecimento interno, e aponta que a mera visão “plantationista” é insuficiente para responder determinadas problemáticas sobre a formação sócio-econômica brasileira. O autor evidencia, também, uma forte agricultura escravista em fazendas produtoras de fumo e farinha no Recôncavo para argumentar que o sistema escravista brasileiro não se restringiu à *plantation*¹⁴⁹. Nessas perspectivas, pode-se pensar em um escravismo mais dinâmico e não voltado unicamente às *grandes riquezas nacionais*¹⁵⁰.

Flávio R. Versiani e José R. Vergolino apontam três explicações gerais ao longo da literatura de viagem e da historiografia acerca do uso da mão-de-obra escrava nas

¹⁴⁹ BARICKMAN, Bert J. ob. cit.

¹⁵⁰ CONRAD, Robert. ob. cit.

economias pecuaristas. Segundo esses autores, há três teses clássicas a respeito da participação do trabalho escravo na atividade de criatório: 1) a de cunho racista; que argumenta que a indolência da raça negra não atendia aos anseios da atividade de vaqueiro¹⁵¹; 2) a de Saint-Hilaire, para quem a distância do olhar senhorial proporcionada pela atividade de vaqueiro tornava o uso da mão-de-obra escrava inviável¹⁵²; 3) a de Furtado, que lança o teorema de que a baixa produtividade exigida para o criatório tornava desvantajoso o uso da mão-de-obra cativa¹⁵³.

Para Versiani e Vergolino, a convenção dessas teses acima citadas acabou gerando, na historiografia clássica, um mito de que a escravidão em áreas pecuaristas não possuía lógica econômica. Tanto Capistrano de Abreu quanto Manuel Correia de Andrade tentam compreender, por exemplo, o funcionamento do escravismo sertanejo com o olhar voltado para a atividade que, supostamente, gerava mais lucro àquela região: a do vaqueiro. Eles afirmam que tal serviço é incompatível com a escravidão, argumentando que a independência dada ao vaqueiro jamais poderia ser dada a um escravo. Justifica-se, portanto, que a posse de escravos no Sertão foi uma questão de ostentação, pois eles não encontraram viabilidade econômica que racionalizasse o investimento de sua compra¹⁵⁴.

Pesquisas recentes, por outro lado, começaram a verificar que o semi-árido nordestino foi uma área propícia ao desenvolvimento do escravismo – mesmo que de maneira não tão representativa quanto em áreas de *plantation*. Diana Gallisa, por exemplo, desmistifica o argumento da funcionalidade da escravidão somente pelo luxo, ressaltando que grande parte dos proprietários escravistas no Sertão da Paraíba possuía um mobiliário simples, composto de móveis produzidos a partir de madeira rústica e couro, além de terem, em boa parte dos casos, uma morada de taipa. Para ela, essa classe não era abastada o suficiente para se dar ao luxo de possuir escravos somente para ostentar alguma coisa¹⁵⁵.

Tanya Brandão, analisando a escravidão no Sertão do Piauí na época colonial, também percebe que havia uma necessidade do proprietário em direcionar seus

¹⁵¹ Essa tese foi elaborada por Tollerane e Ferdinand Denis. Ver: VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. O. **Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887**. Estudos Econômicos. São Paulo. 33(2):3353-3393, abr/jun, 2003.

¹⁵² Essa tese foi reiterada por Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré. Ver VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. op. cit.

¹⁵³ VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. op. cit.

¹⁵⁴ VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. op. cit.

¹⁵⁵ GALLIZA, Diana Soares de. ob. cit.

trabalhadores para atividades que não necessariamente se voltassem para o comércio. Portanto, o trabalho escravo no Piauí, durante o século XVIII, foi voltado para atividades como a agricultura de subsistência, a fabricação de utensílios rústicos, os cuidados com a infra-estrutura e o serviço doméstico¹⁵⁶. Versiani e Vergolino ressaltam, também, que o trabalho escravo era utilizado no Sertão de Pernambuco em “*todo um conjunto de tarefas ligadas, direta ou indiretamente, à criação de gado – sem exclusão do ofício de vaqueiro*”¹⁵⁷.

A escravidão foi, portanto, uma instituição presente na sociedade, na economia e na vida cultural do Sertão nordestino desde os primórdios de sua colonização até a assinatura da Lei Áurea em 1888. Nesse capítulo, serão abordadas algumas características peculiares do sistema escravista sertanejo em Pernambuco, onde os proprietários de escravos adotaram meios diferenciados de mantê-lo em funcionamento até os últimos anos da escravatura no Brasil.

1. DEMOGRAFIA ESCRAVA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO (1850-1888)

Aparentemente, já durante as primeiras décadas do século XIX, se desenvolveu no Sertão pernambucano um escravismo que se abasteceu da reprodutividade escrava. O alto índice de escravos crioulos, a relativa paridade entre escravos homens e mulheres e um considerável número de crianças no total da população cativa são fatores que indicam essa tese.

O escravismo sertanejo foi, em boa parte do século XIX, majoritariamente crioulo. Em 1842, a população africana nessa localidade correspondia a 33,8% do total de cativos. Possivelmente, esses africanos constituíam uma população em estágio de envelhecimento, visto que a porcentagem da população crioula em 1855-59 e em 1872 correspondeu, respectivamente, a 90,3% e 98,4% (ver tabela 1). Os escravos africanos representavam uma minoria nessa localidade, o que reitera a tese de independência do abastecimento do escravismo dessa região ao tráfico intercontinental de escravos. Diante disso, é provável que a Lei Euzébio Queiroz de 1850 não tenha prejudicado o abastecimento de escravos dessas terras. A partir desta data, no entanto, os preços dos escravos sertanejos – assim como em todo o Império brasileiro – subiram

¹⁵⁶ BARBOSA, Tanya Maria Brandão. ob. cit.

¹⁵⁷ VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. op. cit.

consideravelmente, e por conseqüência, houve também uma maior valorização dos cativos no patrimônio geral dos senhores escravistas.

Outra evidência que esses dados apontam é que a rede de sociabilidade mais básica que a maior parte desses cativos teve se constituía de laços familiares. Pelo menos, em sua estrutura mais elementar – mãe, filho e filhas – os escravos sertanejos desenvolveram famílias como a sua rede fundamental de proteção social e solidariedade. É provável que os proprietários de escravos dependessem de que seus cativos a desenvolvessem, uma vez que por mais opulento e opressor que fossem as suas relações, os senhores necessitavam da reprodutividade e da formação familiar entre seu plantel para melhor desenvolver o abastecimento de sua mão-de-obra cativa. Por serem crioulos, possivelmente esses escravos tinham na língua nativa o seu primeiro idioma – o que, em tese, facilitava a sociabilidade com a população não-escrava¹⁵⁸.

O abastecimento interno via reprodutividade só foi possível devido à relativa paridade existente entre a população escrava masculina e feminina. Observa-se nos levantamentos populacionais de 1842, de 1858-59 e no censo de 1872 que a proporção entre escravos e escravas é, em certa medida, mais ou menos parecida. Para os cativos, essa porcentagem varia entre 50,3% em 1842, 51,9% em 1855-59 e 54,3% em 1872. Para as cativas, o índice também pouco se altera, ficando em cerca de 49,7% em 1842, 48,1% em 1855-59 e 45,7% em 1872 (ver tabela 1). Isso sugere a existência de uma estrutura que tornava mais possível o relacionamento de um escravo com os seus pares, em comparação a outras regiões onde havia maior diferença entre o número de cativos e de cativas (como é o caso das zonas açucareiras em Pernambuco¹⁵⁹). Uma alta concentração de escravos masculinos supostamente inibiria a reprodutividade dos cativos. Por outro lado, a relativa paridade entre a população masculina e feminina teria provocado uma tendência a conservar o sistema escravista via reprodutividade em detrimento do que se abastecia via tráfico intercontinental. Além disso, vale ressaltar que o desequilíbrio entre a população escrava masculina e feminina é apontado como principal causa da baixa taxa de natalidade entre a população cativa em alguns sistemas escravistas do Novo Mundo¹⁶⁰. Nesse caso, a relativa paridade que existe entre escravo

¹⁵⁸ THORTON, John. ob. cit.

¹⁵⁹ EISENBERG, Peter L.. **Modernização sem mudança a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP.

¹⁶⁰ No caso de Pernambuco no Século XIX ver EISENBERG. ob. cit.. & SLENES, Robert W. **Demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888**. Ann arbor: Univ Microfilms Int, 1976. 2 v.

e escrava no Sertão pernambucano indica uma possibilidade de uma taxa de natalidade maior da população cativa dessa região em comparação com a zona açucareira.

TABELA 1

SERTÃO DE PERNAMBUCO; TABELA DA PROPORÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES E DA POPULAÇÃO CRIOLA E AFRICANA ENTRE 1800-1888.

Anos	1842	1855-59	1872
Escravo	50,3	51,9	54,3
Escrava	49,7	48,1	45,7
Crioulo	66,2	90,3	98,5
Africano	33,8	9,7	1,5
Total N	7019	7329	6276

Fonte: 1842, levantamento populacional publicado por Figueira de Mello; 1855-1859, levantamento populacional realizado pela Polícia Civil de Pernambuco (Arquivo Público de Pernambuco); 1872, Censo de 1872 (Arquivo Nacional).

No tocante à proporção de crianças no total da população cativa, percebe-se uma variação, no decorrer do século XIX, entre 30 a 40% - o que reitera a tese de abastecimento do sistema escravista via reprodução escrava no Sertão de Pernambuco (ver tabela 2). Somando-se os cativos de 0 a 7 anos aos que possuíam entre 8 e 14 anos, tem-se para o período entre 1800-1829 uma porcentagem de 37,3%. Entre 1830 a 1849, essa proporção era de 35,4% , e de 1850 a 1869 ela foi de 35,0%. Nos anos finais do escravismo – entre 1870 a 1888 – as crianças escravas somavam 40,8% do total da população cativa. Essa porcentagem se assemelha à de regiões do Sertão do Piauí, onde a pesquisadora Carla Aparecida da Silva indicou, a partir dos dados colhidos nas listas de Classificações de Escravos, um crescimento vegetativo da população escrava. Em Valença, a porcentagem de crianças (0 a 15 anos) chegava a corresponder a 41,5%, em Oeiras 43,6% e, em Jaicós, 42,2%¹⁶¹. Aparentemente, o período de maior reprodutividade dos cativos ocorreu entre 1830 a 1869, onde se apresentam as maiores taxas de crianças entre 0 e 7 anos. Para o período entre 1830 a 1849, observa-se uma porcentagem de 21,0%, e para o período entre 1850 a 1869, tem-se 22,1%. Numa análise caso a caso verifica-se, ainda, a existência de plantéis de escravos no Sertão de

¹⁶¹ SILVA, Carla Aparecida. **Escravidão na Província do Piauí: As listas de classificação dos escravos (1874- 1876)**. 2003. Monografia de Conclusão de Curso – USP.

Pernambuco onde a proporção de crianças chama a atenção. O plantel de Domingos Pereira Leite, por exemplo, na data de seu falecimento, em 1811, era composto de 19 escravos. Desses cativos, 12 tinham entre 0 a 15 anos. Em 1812, Joana Correia da Silva possuía 11 escravos. Deles, oito com idade entre 0 a 11 anos¹⁶².

TABELA 2

SERTÃO DE PERNAMBUCO; TABELA DE GRUPOS DE IDADE DOS ESCRAVOS ENTRE 1800-1888. FONTE: INVENTÁRIOS POST MORTEM DO ARQUIVO ORLANDO CAVALCANTI; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

	1800	1830	1850	1870
	1829	1849	1869	1888
Idade N				
0 a 7 anos	119	165	67	38
8 a 14 anos	106	113	39	49
15 a 50 anos	250	359	154	89
Mais de 50 anos	23	47	24	25
Indefinidos	105	100	19	12
Total	603	784	303	213
Idade %				
0 a 7 anos	19,7	21,0	22,1	17,8
8 a 14 anos	17,6	14,4	12,9	23,0
15 a 50 anos	41,5	45,8	50,8	41,8
Mais de 50 anos	3,8	6,0	7,9	11,7
Indefinidos	17,4	12,8	6,3	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A alta proporção de crianças escravas no Sertão de Pernambuco pode ter provocado intensa participação da mão-de-obra infantil nas tarefas produtivas. Algumas pesquisas, como a de Miridian Brito para o Sertão do Piauí, indicam que essas crianças aprendiam com os pais as tarefas que realizavam. Não é incoerente especular, por exemplo, que uma escrava com menos de 10 anos pudesse aprender serviços de tecelagem, cozinha e limpeza com sua mãe. Talvez essa relação de aprendizado estivesse presente naquelas atividades onde o esforço não fosse tão intenso, visto que o mau aproveitamento de um escravo enquanto criança poderia comprometer a sua produtividade a partir dos 13 anos, quando ele já era alocado para qualquer tipo de serviço. Para uma criança, seja homem ou mulher, era mais fácil aprender atividades como de cozinha, limpeza e costura do que cortar couro, ou fazer serviço de enxada – já que a fraqueza das suas mãos provocaria um desgaste físico considerável e o próprio senhor poderia pensar que estaria “gastando” desnecessariamente um cativo que em 3

¹⁶² Inventários Post Mortem do Arquivo Orlando Cavalcanti - Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano.

ou 5 anos estaria bem mais produtivo. No caso da colheita de algodão e na agricultura de abastecimento interno, possivelmente as crianças foram aproveitadas, dada a menor intensidade da atividade agrícola em relação às áreas de *plantation*¹⁶³.

Vários plantéis no Sertão pernambucano, por possuírem menos de 10 escravos, provavelmente muito dependiam do serviço desempenhado por essas crianças. Os pequenos plantéis de escravo aparentemente se constituíam em uma ou duas famílias - algumas delas poderiam ter um pai-marido presente, outras com esse agente social ausente. Na tabela 3, observa-se que na primeira metade do século XIX os pequenos plantéis compunham entre 65,4% (de 1800 a 1830) e 61,8% (de 1831 a 1850). Os plantéis com mais de 10 escravos representavam cerca de 20,6% (de 1800 a 1830) e 17,6% (de 1831 a 1850). Na segunda metade do século XIX, a proporção de pequenos plantéis aumentou em comparação aos anos anteriores, sendo de 71,8% entre os anos de 1851 a 1870 e de 71,4% entre os anos de 1871 a 1887. Concomitantemente a isso, a representatividade dos grandes plantéis nesses anos finais da escravatura sertaneja diminuiu para 8,5% entre 1851 a 1870 e 9,5% entre 1871 a 1887. Entre os plantéis que não possuíam cativos, houve uma variação mínima em sua representatividade total no decorrer do século XIX. Com exceção das três primeiras décadas desse período, a porcentagem oscilou entre 19% a 20,6%. O que os dados indicam é que havia, nessa amostragem, um número considerável de proprietários de escravos entre os sertanejos minimamente abastados. Eles demonstram também que na segunda metade do século XIX, o padrão de plantéis escravistas era aquele com até 10 cativos. Conseqüentemente, tal constatação sugere que a exploração da mão-de-obra cativa muitas vezes se utilizou da exploração da família escrava, mesmo que essas fossem compostas somente por mães e filhos e/ou filhas.

¹⁶³ Sobre o uso de crianças escravas na lavoura algodoeira ver ANDRADE, Manuel Correia de. ob. cit. GOLDIN, Claudia; SOKOLOFF, Kenneth **The Relative Productivity Hypothesis of Industrialization**. Quarterly Journal of Economics 1984.

TABELA 3

SERTÃO DE PERNAMBUCO; TABELA DE TIPO DE PLANTÉIS DE ESCRAVOS. FONTE: INVENTÁRIOS POST MORTEM DO ARQUIVO ORLANDO CAVALCANTI; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. (1800-1888).

Plantel	1800-1830		1831-1850		1851-1870		1871-1887	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 escravos	15	14,0	27	20,6	14	19,7	8	19,0
1 a 10 escravos	70	65,4	81	61,8	51	71,8	30	71,4
mais de 10 escravos	22	20,6	23	17,6	6	8,5	4	9,5
Total	107	100,0	131	100,0	71	100,0	42	100,0

Os índices de reprodutividade baseados no levantamento populacional de 1842 publicado por Figueira de Mello revelam que houve uma disparidade razoável entre a capacidade de reprodutividade da zona açucareira pernambucana e o Sertão (ver tabela 4). Se compararmos esses dados com os da população escrava nos Estados Unidos, onde havia 1484 crianças com menos de 10 anos para cada 1.000 mulheres entre 15 e 59 anos, percebe-se que o Sertão pernambucano não tinha condições para operar um grande crescimento vegetativo da população escrava nos moldes norte-americanos¹⁶⁴. O índice de reprodutividade escrava dessa localidade, entretanto, foi maior do que na área açucareira da província. Em 1849, a Zona da Mata pernambucana possuía um índice de reprodutividade equivalente a 389, enquanto no Sertão essa proporção foi de 549.

TABELA 4

ÍNDICE DE REPRODUTIVIDADE DO SERTÃO PERNAMBUCANO EM COMPARAÇÃO COM A ZONA AÇUCAREIRA. FONTE: LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DE 1842 PUBLICADO POR FIGUEIRA DE MELLO.

localidades	crianças	mulheres	Índice de Reprodutividade (crianças,1-10/mulheres,11-50)x1000
	1 a 10 anos	11 a 50	
Zona Açucareira	1350	3467	389
Sertão	1693	3081	549

¹⁶⁴ Sobre o índice de reprodutividade nos Estados Unidos ver: STECKEL, Richar H. **The Fertility of American Slaves**. Research in Economic History, Greenwich, 7:241 em LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Editora da USP, 2005. pg. 178.

TABELA 5

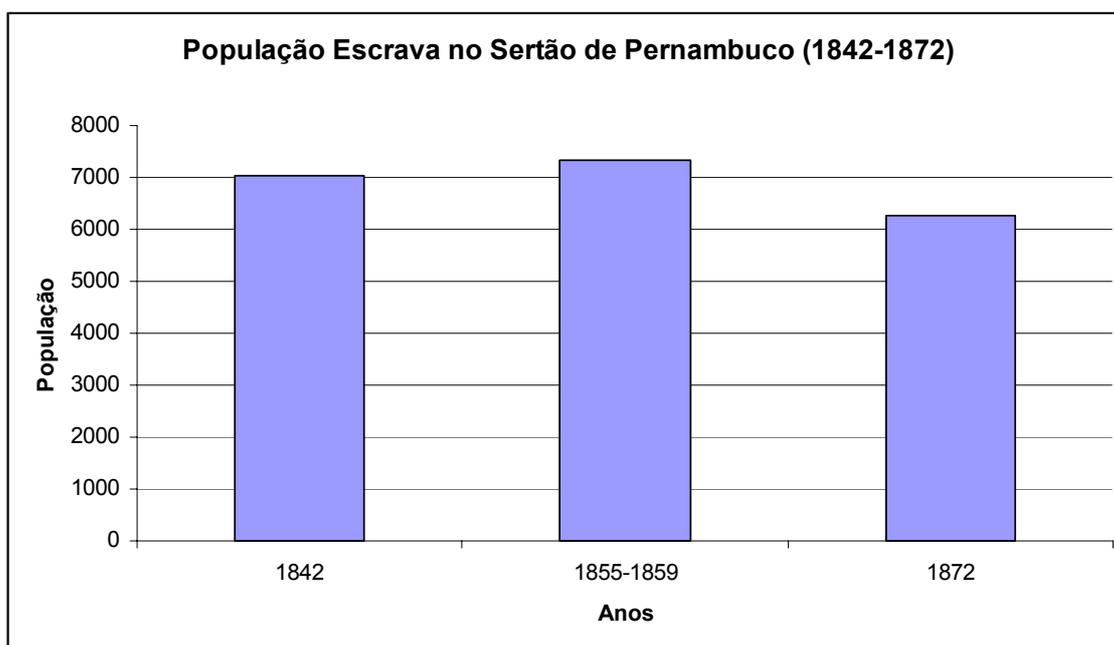
ÍNDICE DE REPRODUTIVIDADE DO SERTÃO PERNAMBUCANO. FONTE: INVENTÁRIOS POST MORTEM DO ARQUIVO ORLANDO CAVALCANTI; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. (1800-1879)

Período	crianças	Mulheres	Índice de Reprodutividade (crianças,0-9/mulheres,15-49)x1000
	0 a 9 anos	15-49 anos	
1800-1849	353	249	1418
1850-1879	133	164	811

Levando em conta os índices de reprodutividade a partir da amostragem dos inventários, percebe-se que houve uma tendência de queda entre a primeira e a segunda metade do século XIX. De 1800 a 1849, a razão entre crianças de 0 a 9 anos para 1.000 mulheres de 15 a 49 anos era de 1418; enquanto entre 1850 a 1879, esse índice correspondia a 811 (ver tabela 5).

A queda no índice de reprodutividade não representou, em médio prazo, um decréscimo brutal da população escrava do Sertão de Pernambuco. Em 1842, o total dos habitantes cativos correspondia a 7019. De acordo com o levantamento populacional de 1855 a 1859, havia 7329 escravos (ver gráfico 4). No censo de 1872, esse número decaiu um pouco para 6276 cativos. Percebe-se, então, que ao longo de 13 anos, a população cativa em Pernambuco pouco decresceu, o que indica uma relativa estabilidade do sistema escravista nessa província entre 1842 a 1872.

GRÁFICO 4



Fonte: 1842, levantamento populacional publicado por Figueira de Mello; 1855-1859, levantamento populacional realizado pela Polícia Civil de Pernambuco (Arquivo Público de Pernambuco); 1872, Censo de 1872 (Arquivo Nacional).

Essa estrutura peculiar da demografia escrava sertaneja em Pernambuco no século XIX indica que qualquer análise sobre o modo de vida escravo nessa região se torna míope sem a inclusão das relações familiares no debate. Estando a reprodutividade inserida significativamente como um dos principais meios de abastecimento do sistema escravista sertanejo, a análise sobre a família escrava se torna um foco essencial para a compreensão do agir desses protagonistas.

2. DECLÍNIO DO ESCRAVISMO SERTANEJO

Além da reprodutividade escrava, outros fatores contribuíram para a sustentação do sistema escravista sertanejo durante boa parte do século XIX: a maior produtividade do trabalho escravo em comparação ao trabalho livre e a importância do valor dos cativos no patrimônio geral dos senhores escravistas sertanejos.

Flávio Versiani e José Raimundo Vergolino, em um artigo intitulado *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1770-1887*, evidenciaram que, no Sertão pernambucano, a posse de cativos representava, ao lado da

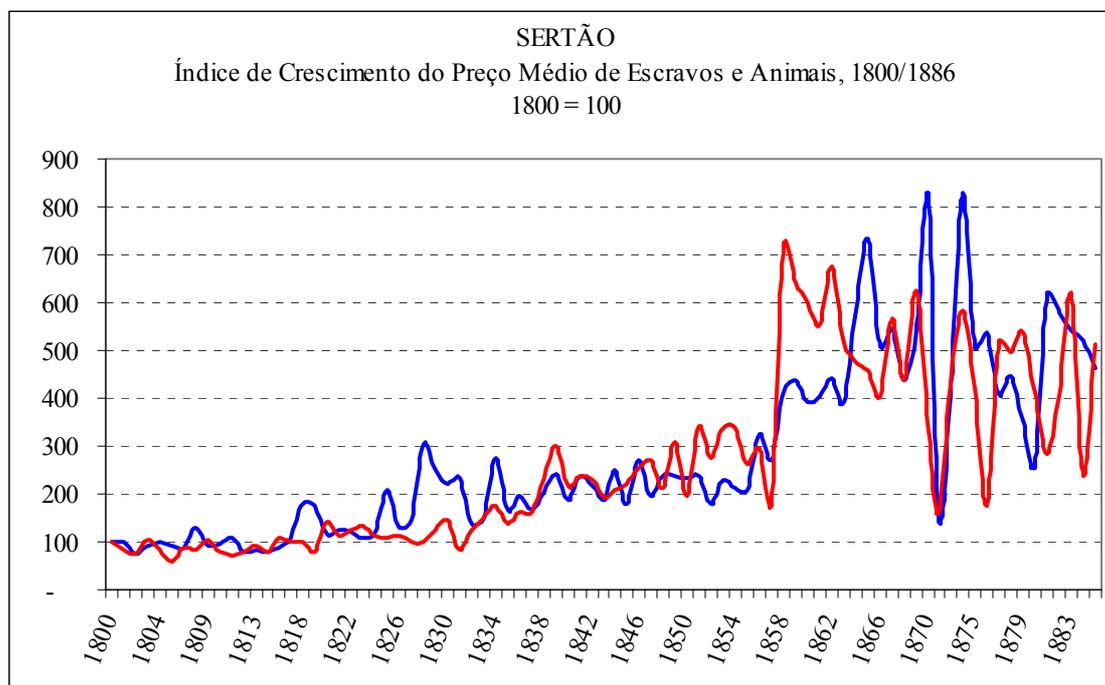
posse de animais, o principal item individual na riqueza dos inventários¹⁶⁵. Baseando-se numa amostra de 203 inventários, num período que corresponde entre 1770 a 1887, esses autores verificaram que a importância dos bens em metais preciosos e mobília era bastante reduzido (mais ou menos 4%), bem como a proporção do valor dos instrumentos ligados a produtividade da fazenda sertaneja (0,2%). Eles comprovam, ainda, que os principais bens dos inventários do Sertão pernambucano correspondiam aos rebanhos de animais e aos escravos. Alguns sertanejos mais abastados ainda tinham posse de bens em atividades comerciais ou viviam de empréstimos interpessoais. Entre os proprietários que possuíam menos de 10 cativos, o valor dos escravos no seu patrimônio era razoavelmente maior do que os animais. Versiani e Vergolino ainda demonstram que, no período supracitado, ocorreu um aumento da proporção do valor dos escravos entre o total dos bens avaliados nos inventários. Entre 1770 e 1819, a porcentagem média do valor do cativo no patrimônio geral dos inventários era em média de 27%; entre 1820 e 1849, essa proporção era de 31%; e nos anos finais da escravatura, entre 1850 e 1887, a porcentagem atingiu cerca de 49%. Os autores concluem, com isso, que os senhores escravistas demonstraram *grande resistência em se desfazer da mão-de-obra cativa, numa situação em que o preço dessa aumentou substancialmente*¹⁶⁶.

No gráfico 5, pode-se observar que o aumento da importância do cativo no patrimônio geral dos senhores escravistas sertanejos não decorreu de uma supervalorização do seu preço em comparação ao dos animais. O que ele expõe, por outro lado, é que o preço de animais e cativos sofreu uma variação similar durante a maior parte do século XIX. Isso significa que, mesmo que houvesse uma demanda muito forte no mercado nacional de escravos do Império brasileiro, a partir da Lei de Tráfico de 1850, os senhores de escravos sertanejos não se desfizeram maciçamente de seus bens humanos. Versiani e Vergolino apontam essa conclusão afirmando que não era a procura que determinava a evasão de cativos do Sertão Pernambucano, mas a oferta.

¹⁶⁵ VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1770-1887. Série Textos Para Discussão. ECO-UNB. No. 231. Brasília, 2002. www.unb.br. pg. 21.

¹⁶⁶ VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo. ob. cit. pg. 18.

GRÁFICO 5



Fonte: Inventários Post Mortem do Acervo Orlando Cavalcanti. IAHGPE.

Em relação à produtividade do trabalho escravo, algumas pesquisas contrariaram a ótica liberal clássica de que a mão-de-obra escrava era improdutivo e se sustentava apenas por circunstâncias casuais de um período transitório para a economia capitalista. Um ponto de referência que contrapõe essa tese é a obra de Robert Fogel e Stanley Engerman, *Time on the Cross*. Segundo esses autores, os proprietários de escravos não agiam com irracionalidade econômica ao preferir a mão-de-obra cativa à livre, uma vez que o trabalhador escravo era mais produtivo do que o assalariado. Mesmo com todas as críticas sofridas por alguns pontos dessa obra, como a afirmação de que o escravo do Velho Sul se alimentava melhor do que o trabalhador livre do Norte, a tese central desses autores permaneceu como um alicerce dos estudos sobre a escravidão moderna. Uma das inúmeras contribuições que esse livro forneceu à historiografia brasileira se encontra na contestação sobre a tese da Escola Sociológica da USP, de que o declínio da escravidão no Império foi decorrente de um processo natural de transição para uma economia capitalista mais diversificada. Nesse sentido, se a

escravidão brasileira não teve uma causa natural para seu declínio, outros fatores teriam ocasionado o seu fim.

Alguns autores, mesmo antes da publicação de *Time on the Cross* apontaram fatores demográficos como a causa principal do declínio da escravidão brasileira. Para Robert Conrad, por exemplo, a Lei Euzébio Queiroz foi o marco principal do fim do escravismo, uma vez que gerou uma crise de abastecimento de escravos num regime que dependia do tráfico intercontinental para a sua sobrevivência. A partir de 1850, o escravismo brasileiro entraria em gradual declínio, que paralelo ao movimento abolicionista e as Leis do Ventre Livre e Sexagenário, teria sido responsável por esse processo. Peter Eisenberg aponta as crises econômicas vivenciadas em 1870 como o principal fator da evasão de escravos na zona açucareira pernambucana¹⁶⁷.

Para Evaldo Cabral de Melo, a partir da Lei Euzébio Queiroz, as regiões brasileiras que estariam passando por uma decadência econômica, como o Norte do Império, vendiam seus cativos para as regiões de economia ascendente, como a lavoura cafeeira das províncias do Sul. Regiões de economias de abastecimento interno – como o Sertão pernambucano – teriam, em tese, rapidamente vendido seus escravos para um mercado ávido pelo tráfico interprovincial de cativos¹⁶⁸.

Tal processo, no entanto, não se desencadeou tão rapidamente, e até os fins da década de 1870 o Sertão pernambucano continuou vivenciando um sistema escravista que conseguiu se sustentar graças a esses três fatores apontados acima. A partir dessa década, no entanto, duas grandes crises atingiram a sociedade sertaneja e aceleraram o processo de declínio. Com o final da Guerra Civil Americana e uma gradual queda do preço do algodão no mercado mundial, a agricultura sertaneja acabou se restringindo à economia interna daquela região. Nos anos iniciais da década de 1870, a lavoura algodoeira americana parecia estar completamente recuperada – o que levou a uma acentuada queda de preço do algodão sertanejo entre os anos de 1874 e 1875 (ver gráfico 2).

Após esse período, o Sertão pernambucano enfrentou, ainda, aquela que foi uma das piores tragédias sócio-econômicas do Nordeste Brasileiro; a Grande Seca de 1877-79, que vitimou entre 200.000 e 500.000 pessoas. Já em 1876, os relatórios de

¹⁶⁷ EISENBERG, Peter. ob. cit.

¹⁶⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

presidente da província evidenciam que “*faltaram inteiramente as chuvas no interior*”. Os anos de seca que sucederam esse período foram suficientes para propagar uma calamidade nessa região. Os alimentos começaram a ser tornar escassos e o gado ia padecendo aos montes. “*A vida tornou-se difícil e cara*”. Grande parte da população sertaneja não teve condições financeiras para pagar o alto preço dos gêneros alimentícios, o que ocasionou um lastimoso processo de migração para zonas mais favoráveis. Recife abrigou, nesse período, vários desses flagelados – que, segundo os relatos oficiais, chegavam em péssimo estado de saúde;

Muitas dessas múmias ambulantes exhalaram o ultimo alento no momento em que chegaram , para bem dizer, ao porto da salvação; outras tendo suportados os rigores dos elementos destruidores quando estendiam a mão para receberem o conforto de seu semelhante ou o óbulo do governo prodigalizado sem reserva, não podiam usufruí-lo e cahiam inanimadas [...] o estomago não podia mais suportar o alimento os intestinos ulcerados dessovaram-se em líquido putrido [...] ¹⁶⁹

Um dos fatores que explicam o quadro acima descrito foram as condições em que se realizavam o processo de migração desses sertanejos. O caminho que atravessavam para chegar à Capital se transformou em uma “*viagem por tranzes dolorosos*”. Diziam esses relatórios que “*os imigrantes atravessam caminhos dezertos abraçados pelo sol, soffrendo fome, e chegam enfraquecidos e nus a ponto de não poderem aparecer*”¹⁷⁰. Sobre a configuração social do próprio Sertão, essa documentação descreve que “*a fome lavrou por alli de maneira incrível; a falta d’agua fez horrores: os campos torrados, os gados desaparecendo e as populações emigrandos para outras passagens*”. Em meio a tal cenário funesto, muitos sertanejos ingeriam carne estragada dos animais mortos, e decorreram-se várias epidemias que assolaram a população migrante. No mesmo documento está exposto que “*a varíola, a beribéri, a desynteria, a anemia e febres de mau caráter grossaram epidemicamente. Com exceção da última, os outros males atingiam somente os retirantes*¹⁷¹”.

A falta de gêneros alimentícios tornou o suprimento do Sertão pernambucano problemático; só os tinham quem se dispusesse a pagar caro. Eles eram, ainda, frequentemente vendidos estragados, cheios de insetos e chegavam para a população em

¹⁶⁹ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877.

¹⁷⁰ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877. pg 3.

¹⁷¹ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877. pg, 70.

tal precariedade que até os “*irracionais os recusavam para sua alimentação, apesar da fome que os devorava*”.

Todo esse quadro de miséria provocado pela Grande Seca de 1877-79 acabou por tirar a alegria e a vivacidade daquele povo. Dizia-se que era deprimente

“o estado moral daqueles infelizes (flagelados que conseguiam chegar a Recife) que se lembravam com profunda magoa do seu tугúrio, dos seus parentes, que consideravam o isolamento em que se achavam, sem seus companheiros de vila [...] a perda de membros da família, a doença de outros¹⁷²”.

Além disso, a fome provocou no Sertão um sucessivo aumento da criminalidade. Animais e alimentos foram furtados aos montes, e grupos de criminosos organizavam-se por toda a província, assaltando sem receio os viajantes e as propriedades, *adicionado por vezes [...] ao assassinato*. Um dos criminosos mais conhecidos nessas terras foi Adolpho Rosa Meia-Noite. Atuando na região da Ingazeira, ele conseguiu *frustar por muito tempo os esforços das autoridades locais, trazendo em constante sobressalto as populações*. Não se teve notícias de sua prisão e as fontes oficiais só se limitam a manifestar que as volantes policiais conseguiram reduzir o seu grupo, enfraquecendo seu poder de atuação¹⁷³.

O governo provincial, com o apoio do Império Brasileiro, atuou em duas frentes de combate a essa calamidade: a primeira se voltou a atender os flagelados que desembarcavam em Recife em aparente estágio de subnutrição, e a segunda se encarregou de doações de alimentos e construções de obras públicas no Sertão pernambucano, principalmente açudes e cemitérios. No ano de 1877, já se encontravam concluídos os açudes de Ouricury, Villa Bela, Flores e o cemitério de Villa Bela¹⁷⁴. Roger Cuniff afirma que, nessa época, começou a vigorar no Brasil a Indústria da Seca. Muitos dos indivíduos nomeados para chefiar as comissões de socorro das vítimas dessa tragédia se apropriavam dos benefícios que em tese deveriam ser repassados aos flagelados. Algumas comissões, localizadas nos municípios mais próximos de Recife, utilizavam, ainda, a mão-de-obra retirante para construções de estradas. Ao todo, foram

¹⁷² Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877.

¹⁷³ Frederico Pernambucano de Mello ressalta que o começo do Cangaço no Sertão do Nordeste advém da época da Grande Seca de 1877-79. MELLO, Frederico Pernambucano. ob. cit.

¹⁷⁴ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877. pg 4, 5, 6.

construídos 20.580 km de estrada, incluindo 67 pontes; 19 estradas de ferro e 48 de madeira¹⁷⁵.

Essas medidas paliativas do poder público do Império brasileiro não conseguiram amenizar o sofrimento e a crise sócio-econômica instalada na sociedade sertaneja. A calamidade social provavelmente influenciou os proprietários escravistas a venderem, pelo menos, parte de seus plantéis. Um sinal disso é que a partir 1876, o porto de Recife se encontrava lotado de atravessadores, senhores escravistas poderosos e falidos, além de traficantes; todos tentando a qualquer custo vender e comprar escravos vindos de todas as regiões do Norte do Império¹⁷⁶.

Diana Gallisa ressalta também que, na Paraíba, alguns escravos aproveitavam a desordem social instaurada pela Grande Seca para se juntar aos bandos de criminosos, abandonando a propriedade senhorial. Esse também pode ser considerado um fator para que alguns senhores escravistas tenham vendido seus cativos às pressas para o litoral.

Numa análise sobre 15 livros de compra e venda de escravos entre 1866 a 1880, se observa que, de fato, a proporção da venda de cativos sertanejos foi bem maior no período posterior a 1877 do que anterior a ele. 78,8% foram vendidos entre 1877 a 1880; sendo a maior parte deles em 1878, 47,8% (ver tabela 6). Essa amostragem possui um vácuo entre 1872 a 1877, e por conta disso não se tem como avaliar, mais precisamente, a saída de cativos sertanejos em decorrência da queda do preço do algodão a partir de 1874. No entanto, os dados reiteram a tese de que até antes da Grande Seca de 1877-79, o sistema escravista sertanejo permaneceu relativamente estável e, somente após 1880, o processo de declínio do escravismo irá ser operacionalizado.

Outra fonte que corrobora com essa tese são as médias de escravo por inventário ao longo do século XIX. De 1800 a 1879, ocorreu uma pequena variação entre 6,4 a 7,6, com exceção do período entre 1860 a 1869. Após 1879, entretanto, a média caiu brucamente, atingindo 2,3.

¹⁷⁵ Relatório de Presidente da Província de Pernambuco [...] 1877. pg 34.

¹⁷⁶ EISENBERG, Peter. ob. cit.

TABELA 6

PERNAMBUCO; TABELA DE ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Ano	N	%
1866	3	2,7
1869	10	8,8
1870	11	9,7
1872	0	0,0
1877	20	17,7
1878	54	47,8
1879	3	2,7
1880	12	10,6
Total	113	100,0

TABELA 7

PERNAMBUCO; TABELA DA MÉDIA DE ESCRAVOS POR INVENTÁRIO. FONTE: INVENTÁRIOS POST MORTEM DO ARQUIVO ORLANDO CAVALCANTI; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. (1800-1888)

	1800	1810	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880
	1809	1819	1829	1839	1849	1859	1869	1879	1888
Sertão	7,6	6,7	7,3	7,3	7,1	6,4	4,2	6,9	2,3

É difícil mensurar se o declínio do escravismo sertanejo provocou uma crise econômica naquela região. No processo produtivo da fazenda sertaneja, tanto o escravo quanto o homem livre trabalhavam nas mais variadas funções. O trabalho livre desempenhado pela população pobre sertaneja se baseou, geralmente, mais no campesinato do que no serviço remunerado. Segundo Manuel Correia de Andrade, nas propriedades de terras da elite sertaneja, várias famílias viviam como agregadas desempenhando uma agricultura de subsistência, onde o excedente de produção era comercializado em feiras ou concedido para a família senhorial. Na pecuária, muitos vaqueiros conseguiam uma troca um pouco melhor, tendo direito a um quarto do rebanho que cuidava. Esses bois geralmente eram comprados pelos próprios senhores, o que naturalmente poderia resultar em uma compra injusta. O escravo, por outro lado, por mais que em certa medida tivesse direito a criar alguns animais e a ter uma roça própria, desempenhava serviços pela sua condição legal instituída na sociedade brasileira, sem a necessidade direta de ter algo em troca. É provável que na época da Grande Seca de 1877-79, muitos trabalhadores vendessem seu trabalho por uma

remuneração ínfima. Ulisses Lins de Albuquerque cita que, nesse período de crise, na Vila de Alagoa de Baixo, um trabalhador, em troca de algumas porções de bolacha, colocou pedregulhos na frente da casa de sua família, fazendo assim um asfaltamento rústico. A mão-de-obra escrava acabou, provavelmente, sendo substituída pelo trabalhador livre, que fosse para recuperar os danos sofridos no período da seca, ou pela própria estrutura produtiva do mundo agrícola brasileiro pós-escravidão, vendia sua força de trabalho a preços módicos.

3. PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS VENDIDOS

Um outro ponto que reitera a tese de que até 1870, havia no Sertão pernambucano um sistema escravista operando de maneira funcional era o perfil demográfico dos escravos sertanejos vendidos em Recife. O que os dados abaixo relacionados demonstram é que esses trabalhadores eram produtivos ou prestes a entrar na idade de ser produtivo.

Deve-se ressaltar que a conclusão acima citada foi baseada nos livros de compra e venda de escravos. A vantagem dessa fonte cartorial é a sua abrangência de caracterização dos cativos. Nela se pode verificar diversas variáveis, como nome do vendedor, origem do vendedor, ano de compra, nome do comprador, origem do comprador, nome, idade, sexo, local de nascimento, cor e preço dos cativos. A principal problemática dessa documentação é a sua relativa imprecisão para definir a origem do escravo, uma vez que ela é pouco específica em relação ao seu local de nascimento. A maior parte da referência documental diz respeito unicamente à província desses cativos. Como se observa na tabela 8, 79,6% dos escravos são referidos como nascidos em Pernambuco; 0,9% na África, 8,8% na Paraíba e 1,8% em Alagoas. Entre os cativos onde a cidade é especificada, 5,3% deles são de Recife, 3,5% deles em demais localidades pernambucanas, Piancó, Ingazeira e Flores.

Para se denominar um escravo como sertanejo, usou-se como metodologia a identificação da origem do vendedor. Esse critério, mesmo não sendo tão preciso, é confiável pela margem de especulação que se tem para indagar que a maior parte dos cativos, tendo no seu proprietário um sertanejo, provavelmente deve ter vivido boa parte de sua vida nessa localidade. Partindo de tal pressuposto, observa-se que essa amostragem também tem o mérito de abranger diferentes localidades do Sertão

pernambucano (ver tabela 9). Cimbres, por exemplo, era uma região algodoeira localizada no Alto Sertão, ponto de interseção entre o Sertão e o Agreste. Sua área compunha as seguintes vilas: Alagoa de Baixo, Baixa Verde e Cimbres. A região de Ingazeira, centrada no Alto Sertão, era próxima das fronteiras do Ceará e da Paraíba. Já Triunfo se localizava numa região fértil, cuja produção se baseava no algodão, rapadura e pequena agricultura. Vila Bela, fixada às Margens do Rio São Francisco, era uma área pecuarista e grande pólo algodoeiro nesses sertões. Mesmo não sendo uma amostragem completamente segura, a partir dessa documentação, especulam-se algumas evidências sobre o tipo de escravo sertanejo que foi vendido entre 1866 a 1880.

TABELA 8

PERNAMBUCO; TABELA DO LOCAL DE NASCIMENTO DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Nascimento	N	%
Pernambuco	90	79,6
Paraíba	10	8,8
Alagoas	2	1,8
África	1	0,9
Recife	6	5,3
Piancó	1	0,9
Ingazeira	2	1,8
Flores	1	0,9
Total	113	100,0

TABELA 9

PERNAMBUCO; TABELA DE ORIGEM DO VENDEDOR DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Origem do Vendedor	N	%
Afogados	4	3,5
B. verde	2	1,8
Cabrobó	7	6,2
Cimbres	21	18,6
Flores	12	10,6
Floresta	3	2,7
Granito	1	0,9
Ingazeira	18	15,9
Ouricuri	1	0,9
Pajeú	1	0,9
Tacaratu	5	4,4
Triunfo	13	11,5
Vila Bela	25	22,1
Total	113	100,0

Uma das conclusões que os livros de compra e venda de escravos apontam é que a maior parte dos cativos sertanejos vendidos para Recife era comprada por residentes dessa capital. 15% dos compradores dos escravos sertanejos advinham da zona açucareira, 72,6% de Recife e 7,1% do Rio de Janeiro (ver tabela 10). É impreciso afirmar se esses compradores eram todos traficantes, mas a amostragem indica que, em alguns casos, parte deles podia ser classificada como tal. Desses cativos vendidos, ao menos 35,4% deles foram comprados por homens identificados como traficantes de escravos. 24,8% deles correspondiam a Joaquim Nicolau Ferreira; 10,6% ao Barão de Nazaré¹⁷⁷.

TABELA 10

PERNAMBUCO; TABELA DE ORIGEM DO COMPRADOR DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Origem do Comprador	N	%
Recife	82	72,6
Rio de Janeiro	8	7,1
Água Preta	3	2,7
Jaboatão	4	3,5
Escada	3	2,7
Rio Formoso	1	0,9
Serinhaém	2	1,8
Palmares	1	0,9
Gameleira	1	0,9
Pesqueira	2	1,8
São Paulo	1	0,9
Bonito	1	0,9
Várzea	1	0,9
Flores	1	0,9
Penidinha	2	1,8
Total	113	100,0

O perfil demográfico dos cativos sertanejos vendidos em Recife foi muito próximo daquele que – segundo os dados dos levantamentos populacionais e dos inventários *post mortem* do Sertão de Pernambuco – foi traçado como característica geral da população sertaneja entre 1850 e 1888. Em relação à proporção homem/mulher entre essa amostragem, observa-se, na Tabela 11, que dos 113 cativos, 48,7% eram

¹⁷⁷ VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. O. **Tráficos e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878**. Revista do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 61, Julho de 2005. Recife. Pg. 265 -284.

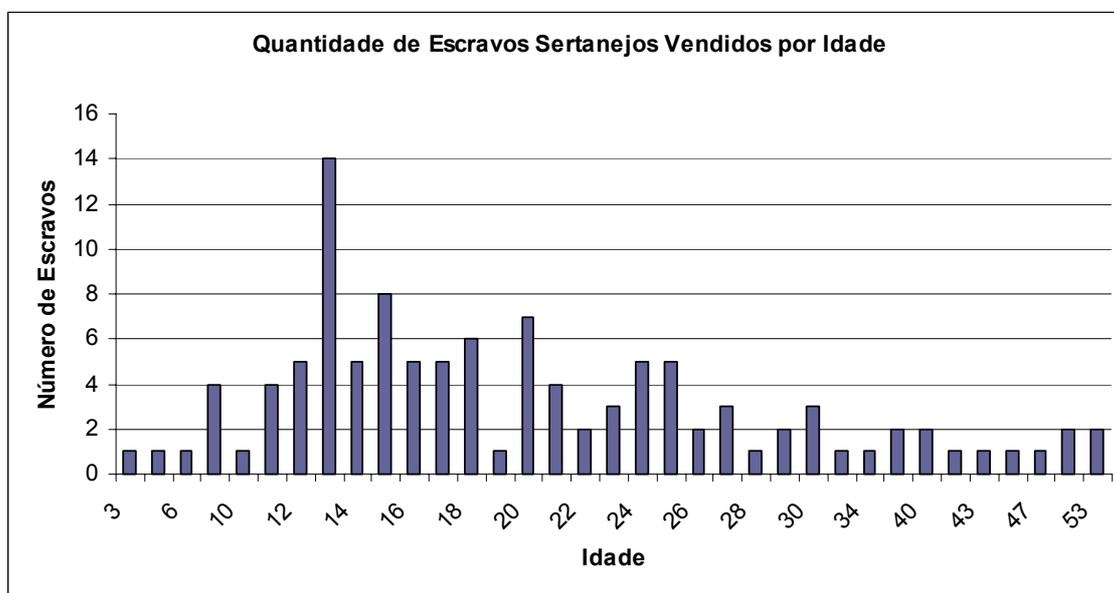
mulheres e 51,3% eram homens. Sobre a idade dos escravos vendidos, a amostragem desses livros cartoriais demonstra que boa parte deles tinha menos de 15 anos. No gráfico 6, se observa que a idade mais freqüente desses cativos era de 13 anos. A tabela 12 expõe, ainda, que 32,1% dos cativos vendidos eram crianças de até 14 anos, o que indica certa confiança, por parte dos compradores, na manutenção do sistema escravista brasileiro, pelo menos a curto prazo. O perfil geral da faixa etária dos cativos sertanejos vendidos em Recife foi, no entanto, de escravos em idade produtiva. Como demonstra a referida tabela, 63,4% da amostragem possuía entre 15 e 45 anos. A tabela 13 indica, ainda, que praticamente todos os escravos sertanejos da amostragem eram solteiros. Somente 0,9% deles eram casados oficialmente, o que não indica, no entanto, que eles não fossem casados extra-oficialmente.

TABELA 11

PERNAMBUCO; TABELA DE SEXO DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Sexo	N	%
Masculino	58	51,3
Feminino	55	48,7
Total	113	100,0

GRÁFICO 6



Fonte: Livros de Compra e Venda de Escravos; Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

TABELA 12

PERNAMBUCO; TABELA DE GRUPOS DE IDADE DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO.

Grupos de Idade	N	%
0 a 10 anos	8	7,1
11 a 14 anos	28	25,0
15 a 25 anos	46	41,1
25 a 45 anos	25	22,3
mais de 45	5	4,5
Total	112	100,0

TABELA 13

PERNAMBUCO; TABELA DE ESTADO CIVIL DOS ESCRAVOS SERTANEJOS VENDIDOS EM RECIFE ENTRE 1866 A 1880. FONTE: LIVROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS; INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

Estado Civil	N	%
Solteiro	112	99,1
Casado	1	0,9
Total	113	100,0

O “grosso” dos cativos sertanejos vendidos em Recife era formado por escravos e escravas produtivos. Associando essa evidência ao perfil demográfico do sistema escravista sertanejo, reitera-se a tese de que no Sertão de Pernambuco o escravismo garantiu a sua sobrevivência até a Grande Seca de 1877-79. Não havia, portanto, antes desse período, um grande contingente de cativos sertanejos sendo vendidos às lavouras açucareiras pernambucanas, nem aos cafezais do centro-sul do Império. Ao contrário, o sistema escravista sertanejo foi, durante esse tempo, relativamente estável – o que garantiu também uma maior condição para a reprodutividade escrava e para a formação de famílias escravas.

CAPÍTULO 4: A FAMÍLIA ESCRAVA SERTANEJA

1. POSSIBILIDADES QUE O ESCRAVO POSSUÍA DE AGREGAR BENEFÍCIOS MATERIAIS

Entre a esfera historiográfica acerca da escravidão brasileira, há uma estigmatização da atividade escrava que associa a condição legal de propriedade à impossibilidade do cativo agregar benefícios materiais. Algumas pesquisas históricas, no entanto, indicam que por mais que o status de escravo esteja associado a uma baixa possibilidade de ascensão social, fatores relacionados com a própria relação senhorial poderiam alocar alguns cativos a uma situação econômica melhor do que a de muitos trabalhadores livres pobres.

Havia, por exemplo, entre os serviços desempenhados pela mão-de-obra cativa, uma considerável variedade, alguns podendo dar melhores condições de vida do que outros. Stefano Fenoaltea atenta para uma divisão entre atividades intensivas em esforço e atividades intensivas em habilidade. As primeiras seriam aquelas as quais o controle coercitivo possuía eficácia na obtenção de lucros ao proprietário, como por exemplo o trabalho agrícola, onde o rendimento do cativo era mais controlável e a destreza para a realização do serviço era quase que mecânica. As atividades intensivas em habilidade seriam aquelas nas quais esse tipo de controle não possuía quase nenhuma eficácia e o senhor teria de se valer de outros estímulos para um melhor aproveitamento do serviço - como o pagamento remunerado ou a promessa de concessão de alforrias¹⁷⁸. Em atividades de cozinheiras, rendeiras, amas de leite e canoeiros, por motivos diversos e particulares, a coerção, ou a sua ameaça, não traduziria em bons serviços prestados o uso da mão-de-obra escrava. Essa tese serve para argumentar, portanto, que a atividade desempenhada pelo escravo era passível de se transformar em um fator de manobra para obtenção de melhor qualidade de vida.

Além da questão econômica, algumas atividades dos cativos poderiam, pela sua natureza, possibilitar certa acumulação de benefícios. Parte desses casos estava ligada aos serviços domésticos, uma vez que a sua natureza exigia um relativo grau de intimidade entre esses agentes históricos e a família senhorial. Intimidade, nesse caso, não se associa à bondade, nem cordialidade, mas sim à vivência diária dos escravos

¹⁷⁸ FENOALTEA, Stefano. *Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model*. Journal of Economic History, 44. 1984. 635-668. VERSIANI, Flávio Rabelo. *Escravidão no Brasil: uma Análise Econômica*. Revista Brasileira de Economia 48(4):463-478, dez,1994.

domésticos na casa de seu senhor, ressaltando que intimidade e opressão social não são incompatíveis. Uma escrava que desempenhava serviços domésticos possivelmente se alimentava, se vestia, dormia e era tratada melhor do que um cativo que trabalhasse na agricultura, onde o seu contato com o senhor passasse apenas pela relação de trabalho intensivo em esforço.

Gilberto Freyre elucida, ainda, que as mucambas da casa grande açucareira usavam desse contato diático para perceber os deslizes morais dos seus senhores e utilizavam-se da fofoca como uma arma contra eles. Freyre também argumenta que eram essas escravas as que mais sofriam abusos sexuais de seus senhores; pela sua condição legal, elas teriam o dever de se deitar com eles. De fato, é muito provável que houvesse muitos casos de estupros cometidos por membros da família senhorial contra seus subordinados. É ingenuidade ou moralismo, no entanto, não perceber que algumas poucas cativas se utilizavam de sua sexualidade e da sedução para conseguir certos benefícios por parte de seu senhor. Nesse caso, não cabe ao historiador fazer juízo de valor moralista, mas simplesmente atentar ao fato de que a mentalidade celibatária do cristianismo teve dificuldades de adaptação na população africana ou afro-descendente no período da escravidão¹⁷⁹.

A grosso modo, portanto, a divisão sexual do trabalho escravo em áreas agrícolas, na qual o homem fazia o serviço de campo e a mulher o serviço doméstico, gerou para as cativas uma maior possibilidade de agregar benefícios para sua vida individual e familiar – fosse em forma de alforrias, presentes ou dinheiro. É preciso ressaltar, no entanto, que muitas escravas desempenharam o serviço agrícola no Brasil, principalmente no período pós-1850 ou em áreas de economia periférica, onde o senhor escravista possuía certa dificuldade para comprar cativos masculinos visando melhor produtividade em trabalhos intensivos em esforço.

2.ATIVIDADE ESCRAVA NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Sobre a atividade escrava no Sertão pernambucano, Ulisses Lins de Albuquerque relata que, na fazenda Pantaleão, os cativos trabalhavam no roçado, na fabricação de farinha, no uso do moinho de pedra e do pilão de madeira, na fabricação do sabão – feito com sebo de cinza de juazeiro e potássio – e na fabricação do azeite de mamona.

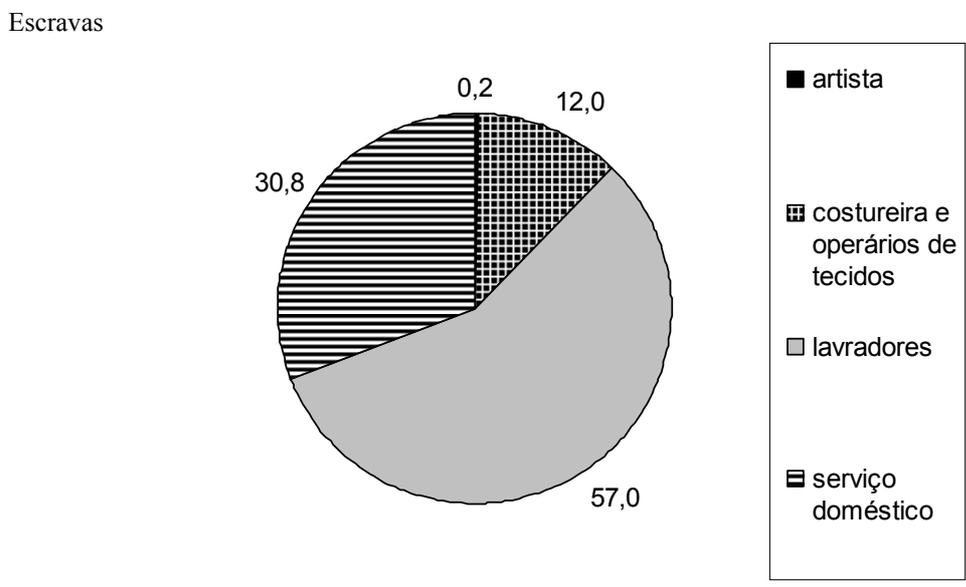
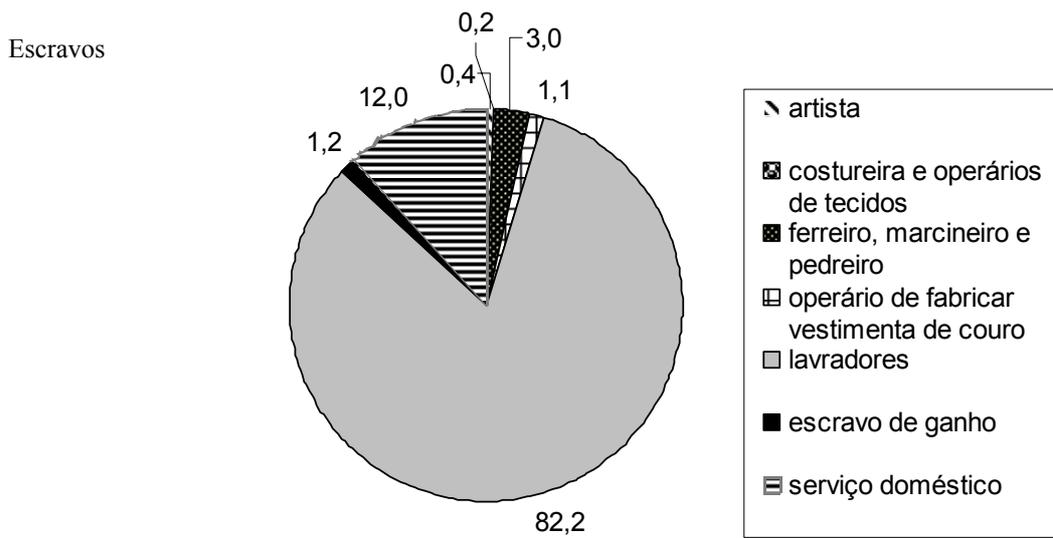
¹⁷⁹ GUTMAN, Herbert. ob. cit.

Alguns outros desempenhavam ofícios mais específicos, como a fabricação de vestimentas e calçados de couro, e de colheres de pau. Entre as escravas, podia-se desenvolver atividades mais elaboradas, como a fabricação de queijo e a costura; porém, o mais comum era o serviço doméstico e o de cozinheira¹⁸⁰. Essa variedade de serviços desempenhados pelos escravos descritos pelo memorialista sertanejo corresponde às necessidades produtivas da fazenda na geração de riquezas ou no cultivo de gêneros de primeira necessidade. É provável que o cativo executasse os mais variados tipos de serviços nessa unidade produtiva. Entretanto, havia atividades que eles exerciam de maneira mais predominante que outras. Possivelmente, essas “atividades predominantes” correspondiam à classificação que era dada ao escravo oficialmente nos censos e nas documentações cartoriais.

Na amostragem do censo de 1872, se observa que os serviços principais desempenhados pelos escravos sertanejos em Pernambuco eram as atividades de campo, de costura e doméstica. O serviço de campo – que nessa região correspondia ao trabalho na lavoura algodoeira e nos roçados de feijão, mandioca e milho – era desempenhado por 82,2% dos homens escravos e 57% das mulheres escravas (gráfico 7 e 8). Provavelmente, a inserção do trabalho feminino na produção agrícola sertaneja acontecia na lavoura algodoeira onde, segundo Claudia Goldin e Kenneth Sokoloff, a produtividade de mulheres e crianças foi mais bem aproveitada, principalmente na colheita do algodão. O maior número de mulheres trabalhando na agricultura em relação às que trabalhavam na casa senhorial pode ser compreendido, portanto, pela alta do preço do algodão a partir de 1862, ocasionado pela Guerra Civil Americana.

¹⁸⁰ ALBUQUERQUE, Ulisses Lins. ob. cit. pg. 58.

GRÁFICO 7 E 8: ATIVIDADE ESCRAVA NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1872)



Fonte: Censo de 1872; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Obs: Não estão inclusos os Municípios sertanejos de Fazenda Grande e Ouricury. Foram retiradas dessa amostragem os escravos sem profissão, no total de 2.145 cativos da amostragem de 6.276 cativos.

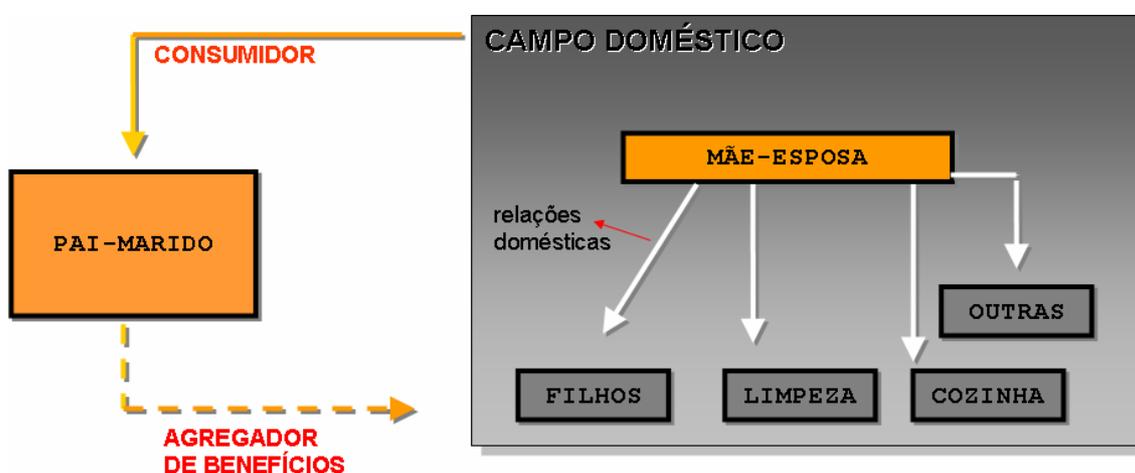
Mesmo com mais da metade das cativas desempenhando serviço de campo, a mão-de-obra escrava feminina era mais propensa às atividades que exigissem mais habilidade do que esforço. Cerca de 30,8% das mulheres escravas desempenhavam atividades domésticas que podiam agregar, também, serviços como o de cozinheira ou ama de leite. O serviço de casa, mesmo o mais simples, exigia menos esforço em comparação com a atividade de campo. Uma parte das cativas, 12%, desempenhava a atividade de costureira, fabricando os panos rústicos, as cordas e as redes através da fiação do caroá, o algodão nativo sertanejo. Entre os homens escravos, somente 12%

exerciam tarefas domésticas, e 5,9% desempenhavam atividades específicas como a de ferreiro, carpinteiro, sapateiro, pedreiro ou serviço de ganho.

Aparentemente, as relações domésticas de limpeza, cozinha e cuidado com as crianças na esfera privada dos cativos sertanejos eram, em sua maioria, desempenhadas pelas mulheres escravas. Duas evidências apontam isso: 1) uma em cada 3,3 mulheres escravas trabalhava no serviço doméstico para o seu senhor. É possível que em seu campo doméstico, essas escravas, em seus papéis de mães, esposas ou filhas fossem as responsáveis pela mesma tarefa; 2) somente 1,2 em cada 10 escravos masculinos desempenhavam atividades domésticas ao senhor, o que demonstra que, possivelmente, a tarefa doméstica era mais comumente realizada por mulheres. Especula-se que os outros 8,8 em cada 10 cativos não a realizavam quando desempenhavam seu papel de pai-marido.

A mulher escrava tendia, portanto, a possuir o domínio dessas relações domésticas e o homem escravo tendia a entrar no campo doméstico como consumidor dessas relações, e como tal, ele podia contribuir ou prejudicar a estabilidade econômica de sua família (ver figura 3).

FIGURA 3



No Sertão pernambucano, o cativo tinha poucas possibilidades de agregar benefícios materiais à sua vida privada, principalmente quando ele desempenhava predominantemente a atividade de campo, que por ser uma atividade intensiva em esforço era mais baseada na coerção e diminuía sua chance de receber outras formas de estímulo – como pagamento remunerado, recebimento de presentes ou concessão de alforrias para ele ou seu filho(a). As cativas sertanejas, por outro lado, eram mais

propensas a realizar atividades que requeriam mais habilidade e menos esforço em seu campo público, possuindo, portanto, maior possibilidade de agregar benefícios ao seu campo doméstico do que os homens. O homem escravo, em seu papel de pai-marido, poderia contribuir para a estabilidade do campo doméstico, a partir do momento em que ele agregasse algum benefício ao mesmo. Isso poderia ocorrer quando ele desempenhasse alguma atividade mais específica, como a de vaqueiro, ferreiro, carpinteiro. Caso contrário, ele entraria no campo doméstico como um consumidor que não agregava muita coisa, e por sua vez, daria mais prejuízo do que contribuiria para o seu desenvolvimento econômico.

O espaço econômico das escravas sertanejas representava, portanto, uma maior possibilidade de agregar benefícios materiais ao seu campo doméstico. Desempenhando atividades tipicamente femininas, como costura e cozinha, por exemplo, elas puderam, mesmo num regime escravista, ser provedoras de benefícios. É possível, então, que na família escrava no Sertão de Pernambuco, o peso econômico das cativas tivesse desenvolvido uma tendência à matrifocalidade, onde a mulher fosse, mesmo quando o pai-marido estivesse presente, o personagem economicamente mais importante do núcleo familiar.

3. BAIXAS TAXAS DE CASAMENTOS OFICIAIS ENTRE A POPULAÇÃO ESCRAVA SERTANEJA

As novas pesquisas acerca da família escrava vêm evidenciando em larga escala a formação de laços familiares entre os cativos enfatizando o modelo da família nuclear. Robert Slenes, em sua obra “Na Senzala uma Flor” foi quem abriu essa perspectiva. Ele evidencia não só o desenvolvimento de laços familiares entre os cativos como também ressalta que esses laços de parentesco estavam associados à resistência contra o sistema escravista. Diante dessa tese, houve uma tendência metodológica na historiografia que visava encontrar famílias escravas (no modelo nuclear) para afirmar a luta desses agentes históricos contra a sua opressão de classe. Em Campinas, essa associação partia da evidência de que as cativas possuíam uma taxa de casamento superior à população livre – o que, de fato, comprova que elas tiveram no casamento o seu projeto de vida.

Em outras localidades, no entanto, esse padrão de comportamento no âmbito do parentesco não foi sempre evidenciado. Costuma-se então, algumas vezes, imaginar uma alta frequência de alianças conjugais, mesmo quando as taxas de casamentos oficiais se encontram baixas. O principal cerne desses pesquisadores que campinizam regiões onde não se tem evidência da alta proporção de escravos casados é que o casamento era muito caro, e os cativos preferiam a união consensual ao matrimônio¹⁸¹. Assim, resolve-se o problema; como em tese todo escravo teria que formar famílias para resistir ao sistema escravista, geralmente se especula um alto índice de casamentos em regiões que possuíam baixas taxas oficiais de matrimônios cativos.

De fato, a principal dificuldade de se trabalhar o casamento de escravos se encontra na própria natural limitação da fonte histórica, que só registra os casamentos oficiais e não alcança a união consensual entre os cativos. A partir dessa limitação metodológica, muitos historiadores concluem imaginativamente que baixas taxas de casamentos oficiais entre a população escrava, necessariamente, escondem uma grande frequência de uniões consensuais. Decerto, é muito limitada a visão de que as taxas de casamentos oficiais correspondem às taxas de casamentos reais da população escrava. No entanto, talvez tão limitada quanto, seria afirmar que a maior parte dos escravos que aparecem nas fontes como solteiros na verdade são casados extra-oficialmente. Diante dessa imprecisão das fontes, deve-se ter cuidado ao generalizar a categoria de escravo/a oficialmente solteiro/a; nem ela corresponde totalmente ao escravo/a realmente solteiro/a, nem ela corresponde ao escravo/a realmente casado/a.

Uma das teses que essa dissertação trabalha argumenta que para algumas escravas o não casamento era a estratégia de parentesco mais viável. Um dos fatores que indicam isso decorre de questões relativas à estabilidade financeira do campo doméstico dos cativos. Tendo as escravas sertanejas maiores condições do que os homens em agregar benefícios materiais ao seu campo doméstico pelo tipo de atividade que elas desempenhavam, especula-se que muitas delas preferiram, de fato, viver como solteiras do que se casar. Vale ressaltar que, em tese, a maioria dos casamentos de escravos, quando planejada por esses agentes históricos, visava uma relativa estabilidade familiar. Essa estabilidade passava também por questões financeiras. No caso de Campinas, por exemplo, as cativas procuravam se casar com escravos mais velhos, visto que eles podiam dar a elas maiores benefícios materiais do

¹⁸¹ Para o cativo, se casar oficialmente também significava, a partir de 1869, uma estabilidade familiar, já que eles eram impedidos por lei de serem vendidos.

que os mais jovens. A alta taxa de casamento de escravos nessa localidade pode ser decorrente desse processo.

Sobre as taxas de casamentos oficiais no Sertão de Pernambuco se verifica que, realmente, elas são muito baixas. Segundo o Levantamento Populacional da Polícia Civil de 1855-58; 15,3% dos escravos eram casados e 84,7% deles eram solteiros. Entre as escravas, essa proporção era de 82,5% para as solteiras e 17,5% para as casadas. No censo de 1872 a amostragem era de 12,2% de escravos casados, 2,6% de viúvos e 85,2% de solteiros. Em relação às cativas, esses dados indicam que 10,6% delas eram casadas, 2,9% viúvas e 86,5% solteiras (ver tabela 14). Ser oficialmente solteiro representava um certo padrão de vivência familiar dos escravos sertanejos – e dentro dessa categoria, encontravam-se tanto as famílias nucleares unidas via casamento extra oficial, quanto famílias onde o pai-marido se encontrava ausente.

TABELA 14
SERTÃO DE PERNAMBUCO: TABELA DE ESTADO CIVIL DOS ESCRAVOS (1855-59;1972)

	<i>Escravos</i>		
	Solteiros	Casados	Viúvos
1855-59	84,7	15,3	
1872	85,2	12,2	2,6

	<i>Escravas</i>		
	Solteiras	Casadas	Viúvas
1855-59	82,5	17,5	
1872	86,5	10,6	2,9

Fonte: 1842, levantamento populacional publicado por Figueira de Mello; 1855-1859, levantamento populacional realizado pela Polícia Civil de Pernambuco (Arquivo Público de Pernambuco); 1872, Censo de 1872 (Arquivo Nacional).

Especula-se ainda, com esses dados, que o comportamento matrimonial dos cativos sertanejos tinha na mulher o seu cerne. Isso porque, o domínio das relações privadas, associado à maior possibilidade delas agregarem benefícios ao seu campo doméstico, provocava uma tendência ao domínio das escravas em seu lar. Esse domínio poderia ocorrer com ou sem a presença do pai-marido; mas tendo ele presente, ele teria que compensar de alguma forma o seu papel de consumidor das relações domésticas.

4. VIVÊNCIAS FAMILIARES DOS ESCRAVOS SERTANEJOS

Diante da margem de imprecisão dessas fontes quantitativas, algumas análises caso a caso permitem uma maior compreensão sobre as vivências familiares dos cativos. Visando o cruzamento de amostragens quantitativas e qualitativas, nos ateremos a três fontes: as obras do memorialista Ulisses Lins de Albuquerque e estudos de casos sobre os inventários e os livros de compra e venda de escravos.

O caso da fazenda Pantaleão

Após a análise estrutural sobre a família escrava sertaneja em Pernambuco no século XIX, passa-se, nesse item, a um estudo de caso; a fazenda Pantaleão e o modo de vida dos escravos que ali viveram dando um enfoque ao campo doméstico. Pretende-se encontrar respostas a questões simples, mas importantes por serem referentes à vida prática, estabelecida pelos hábitos do cativo, como o local em que morava, se alimentava e trabalhava. Para isso, foram utilizados como fontes os livros de memórias de Ulisses Lins de Albuquerque. Esse autor foi um memorialista nascido no final do século XIX que viveu até os oito anos nessa fazenda, localizada na região do Sertão do Moxotó. Filho de um Coronel da Guarda Nacional, ele também foi Tenente-Coronel na República Velha. Em seus livros de memórias, principalmente a tríade – *Um Sertanejo e o Sertão*, *Moxotó Brabo* e *Três Ribeiras* – o autor se preocupou em relatar, com nostalgia e idealização do passado, a vida de seus antepassados, que se confundia com sua própria, além dos agregados, dos camponeses e dos ex-escravos que viviam cercado a casa senhorial. A definição de sua obra foi quase que liricamente assim colocada pelo historiador Fernando Patriota: “*Tudo do coronel-escritor é auto-biográfico e tem como referência social a família, os agregados e o campesinato dependente espalhado a partir das franjas da casa grande da fazenda sertaneja*”.¹⁸²

A memória da infância de Ulisses Lins nos remete a poucos anos após a abolição. Apesar de não ter vivenciado, propriamente, o regime escravista no Pantaleão, a sua obra fornece indícios sobre as possibilidades de organização familiar que os cativos sertanejos construía em seus *habitus*¹⁸³. Nesse caso, os exemplos de

¹⁸² PATRIOTA, Fernando. ob. cit.

¹⁸³ Referenciais teóricos: Ver: construção das redes familiares a partir dos hábitos em BOURDIEU, Pierre. ob. cit.

laços familiares citados em sua obra, tratam de famílias nas quais as gerações de pai e/ou mãe foram escravos ou libertos, e seus filhos nasceram entre os poucos anos anteriores, ou pouco depois do período da abolição.

A metodologia de resgate desse *habitus* familiar do cativo sertanejo pela memória de Ulisses Lins, obviamente, possui suas limitações. A primeira delas é a harmonização das relações senhor-escravo. Não que essa relação se baseasse unicamente pelo conflito; como já há algum tempo vem repetindo a historiografia atual sobre a escravidão, havia uma margem de negociação também nessa relação – mas ela não se baseava, unicamente, na harmonia¹⁸⁴. O segundo problema metodológico para utilizar a obra de Ulisses Lins é filtrar em sua obra o que foi buscado através de sua memória, da memória de outros, ou de fontes bibliográficas. No caso da fazenda do Pantaleão, grande parte dos trechos utilizados como fonte histórica veio de lembranças pessoais.

Nessa fazenda, a produção se direcionava para a pecuária – principalmente criação de gado vacum, caprino e ovino; para a economia interna da fazenda e para a extração do algodão de caroá. O trabalho escravo, no Pantaleão, foi direcionado para essas três atividades básicas: na criação do gado e no curtume do couro; na fabricação de colheres de pau, na lavoura de subsistência, na extração do azeite de mamona; e também, no cultivo do algodão. A mão-de-obra não se compunha em sua totalidade pela escravidão, mas incluía os agregados: vaqueiros e camponeses que moravam nos arredores do Pantaleão.¹⁸⁵

Como já foi ressaltado no segundo capítulo, o campo doméstico dos escravos dessa fazenda se constituía, materialmente, por casebres que cercavam a casa senhorial (ver citação 128). Os casebres, e não a senzala, como morada dos escravos, redimensionaram a sociabilidade dos escravos crioulos para um campo mais íntimo, o que solidificou os laços de parentesco e estabeleceu conexões concretas da cooperação social entre os membros da família. No caso dessa fazenda, pode-se falar claramente num campo doméstico para a família escrava, com, inclusive, uma correlação entre esses campos, uma vez que essas casas se localizavam próximas uma das outras. Esse “arraial” do Pantaleão não era habitado somente por cativos, mas também pelos agregados, camponeses dependentes, ou homens de confiança do proprietário. Existia,

¹⁸⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. ob. cit.

¹⁸⁵ LINS DE ALBUQUERQUE, Ulisses. ob. cit.

portanto, um ambiente de co-relação cotidiana entre o campo doméstico dos cativos e do campesinato.

Na fazenda Pantaleão, havia uma margem de negociação para os escravos cultivarem sua lavoura e criarem alguns animais (ver citação 128). O benefício incorporado por um cultivo de uma agricultura e pecuária próprias se estendia para o campo doméstico do cativo dessa fazenda, pelo menos no tocante à alimentação. Esse direcionamento da produção do escravo para o seu campo doméstico não se estabelecia somente nessas atividades. Vários utensílios eram produzidos por eles, como mesas e cadeiras feitas “à unha”, panelas e tachos de barro, colheres de barro, colheres de pau, fogão e forno de barro. Tais utensílios, apesar de aparentemente rústicos, possuíam uma funcionalidade no cotidiano do cativo nessa fazenda.¹⁸⁶

Ulisses Lins de Albuquerque descreve algumas estruturas familiares exemplificadas na figura I. Esses laços genealógicos desenvolvidos a partir da obra do autor citado constituem-se apenas como vestígios, ou porções incompletas de genealogia que, por si só, não demonstram toda a vivência dos laços de parentesco. No entanto, eles são úteis para demonstrar que, mesmo não atingindo níveis de organizações familiares muito complexos, os cativos estabeleceram laços familiares dentro de suas possibilidades da vivência no Pantaleão.

No Quadro I, não se tem referência da mulher do Preto Duarte, mas percebe-se uma peculiaridade em sua vivência que é a adoção de Zeferino e Gregório como enteados. Sendo assim, a passagem por pelo menos dois relacionamentos (não se tem indícios ainda se esses dois relacionamentos constituíram-se como casamentos oficiais) significou a agregação, em seu campo doméstico, desses dois indivíduos. Mesmo não se tendo evidências de um casamento oficial por parte do Preto Duarte, o estabelecimento de direitos e deveres entre seus relacionamentos que possibilitaram a adoção de Zeferino e Gregório, constituiu-se numa relação familiar.

No Quadro II, a escrava Rita foi descrita por Ulisses Lins como muito vistosa, tendo todos os filhos com “homens brancos”. Rita era a cozinheira da família, e quando se mudou da fazenda de Antonio de Siqueira para a fazenda Pantaleão, levou os seus filhos e filhas. Ana, uma delas, se casou com um tio de Ulisses Lins, Firmino. O casamento de uma de suas filhas com um membro da família senhorial, provavelmente, significou uma melhora – se não de vida, pelo menos de status, à Ana

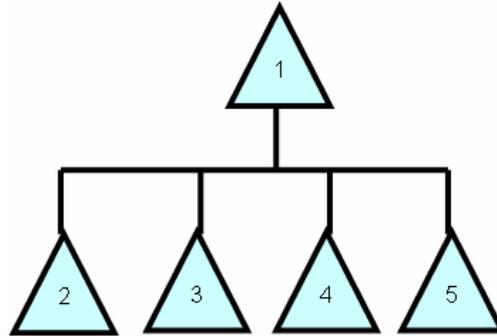
¹⁸⁶ ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. ob. cit.

– uma vez que, mesmo sendo filha de uma ex-escrava, ela possuía o direito de carregar o sobrenome da família Lins de Albuquerque. Rita aparentemente não foi casada, mas isso não quer dizer que ela não tenha constituído família, uma vez que a relação mãe e filhos(as) se operacionaliza com uma funcionalidade própria das relações familiares. Nesse caso, pode-se classificar a família de Rita de matrifocal, visto que a mesma provavelmente se ocupava, no seu campo doméstico, do centro do comando de seus filhos e filhas. Mesmo sendo uma sociedade tradicionalmente patriarcal, no campo doméstico de Rita a autoridade se estabelecia na figura materna.

No quadro III observa-se uma porção de genealogia familiar baseada pelo laço de casamento entre o Crioulo Santiago e a cabocla Avelina, filha do caboclo José Cardoso, que também morava nos casebres que rodeavam o Pantaleão. Essa vivência, provavelmente, possibilitou a criação do laço de intimidade entre Santiago e Avelina, que mais tarde originou um casamento. O caso do Crioulo Santiago sugere que uma suposta barreira de sociabilidade entre os casebres dos escravos e os casebres da população agregada livre, se existiu, foi menos rígidas para esses indivíduos.

No quadro IV é analisado um caso de família composto de mãe, pai e filhos(as), com o Preto Galdino, tendo se casado com Josefa (de quem não se tem maiores informações) e uma prole de três filhos: Preta, Filipa e Manuel Galdino – este último violeiro, que veio a se casar com Luzia. Nesse caso, tem-se evidência de que foi estabelecida uma extensão da família nuclear do Preto Galdino para uma outra, em que Manuel Galdino casou-se com Luzia. Tem-se evidência, nessa família, que os laços de direitos e deveres estabelecidos pelo parentesco perduraram por, pelo menos, mais de uma geração. Provavelmente, isso significou o estabelecimento de regras mais complexas na vida prática desses indivíduos, pelo menos no tocante à descendência.

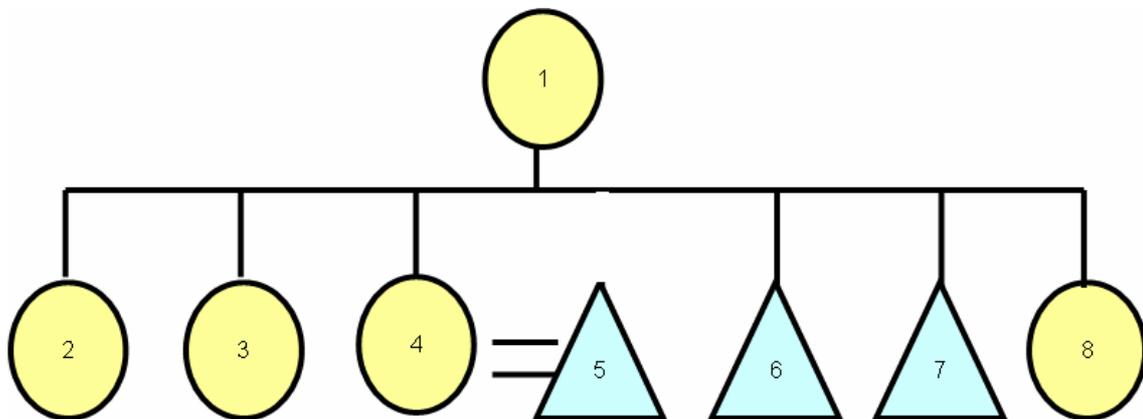
FIGURA 4
Vestígio das estruturas das Famílias dos Escravos na Fazenda Pantaleão
 FONTE: Ulisses Lins de Albuquerque, Um Sertão e o Sertanejo & Três Ribeiras



QUADRO I

Legendas - Quadro I

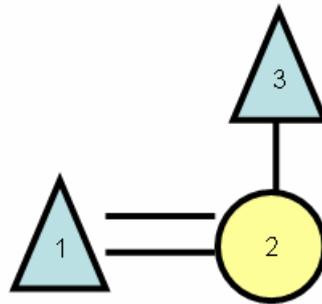
- 1- Preto Duarte
- 2-Hermínio
- 3- Zé Duarte
- 4- Zeferino (enteado)
- 5 - Gregório (enteado)



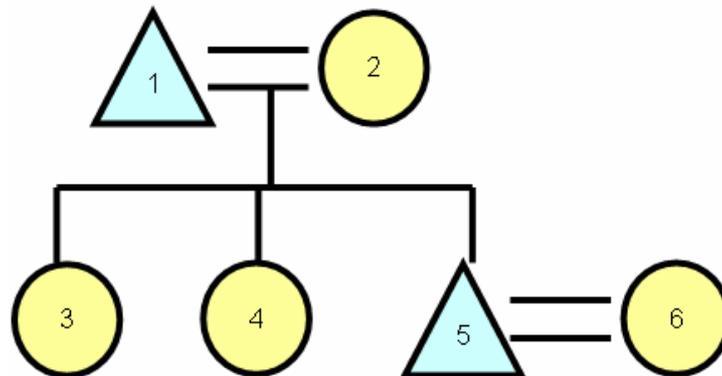
QUADRO II

Legendas - Quadro II

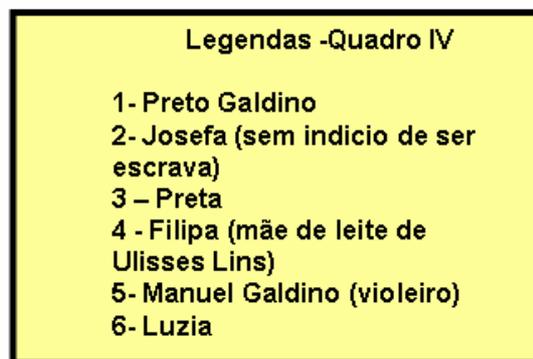
- 1- Rita Crioula (Cozinheira)
- 2- Maria Rita
- 3- Felícia
- 4- Ana
- 5- Firmino (Tio de Ulisses Lins)
- 6- Blandino
- 7- Pedro
- 8- Júlia



QUADRO III



QUADRO IV



Obs: O sistema genealógico se encontra incompleto, uma vez que ele foi deduzido a partir de vestígios literários da obra de Ulisses Lins. Por isso, linhagens cognáticas e agnáticas de muitos indivíduos não estão presentes nesses quadros.

Casos da Amostragem dos Inventários Post Mortem

Alguns casos de formação de famílias escravas podem ser evidenciados ou especulados a partir da amostragem dos inventários *post mortem* do Acervo Orlando Cavalcanti. Nela, observam-se pelo menos quatro plantéis de cativos com ocorrência de famílias chefiadas pelas mulheres.

No inventário do esposo de Maria Ferreira, morador de Petrolina, no ano de seu falecimento em 1870, está descrita uma família escrava composta por Angélica, mãe, com 36 anos de idade, que foi avaliada em 1:000\$000 e os seus seguintes filhos, Maxiano, crioulo, com 8 anos e avaliado em 800\$000; Honorato, cabra com 6 anos avaliado em 300\$000; Marcelina, 7 anos, avaliada em 300\$000 e Fortunato, cabra com 2 anos avaliado em 100\$000.

No inventário de Anna Maria de Sá, criadora de ovelhas, se observa a ocorrência de uma possível família escrava. Ela e seu marido, Francisco Gomes Lima só possuíam 3 escravos: Luzia, de 24 anos, avaliada em 600\$000 – que provavelmente deveria ser a mãe de Marcelina, de 3 anos, e Maria, de 1 ano e meio, avaliadas em 200\$000 e 150\$000 respectivamente.

No inventário de Anna Clarinda do Bomfim, de Tacaratu, há um exemplo de uma outra possível família escrava. Ela possuía somente 5 cativos, e como quase nada foi encontrado em sua posse que pudesse detectar alguma atividade produtiva, possivelmente a sua renda familiar dependia dessa família cativa. Entre suas posses foi avaliada uma escrava de 35 anos de nome Ana, oficialmente solteira que trabalhava como fiandeira. Os outros escravos de seu plantel possuíam 15 anos ou menos o que pode indicar que a escrava Ana podia ser a mãe de Rita de 15 anos e também fiandeira, além de Benedicto de 8 anos que realizava serviços domésticos; de Thereza, descrita como preta de 13 anos que também desempenhava atividades domésticas, além de Mariana, uma escrava de 10 anos que na época da avaliação já havia sido vendida.

No inventário de Margarida Francisca dos Reis, da localidade de Boa Vista, foram descritos somente 2 cativos. Possivelmente, ela e sua família viviam também de seus trabalhos. A mão-de-obra cativa desse plantel poderia, nesse caso, complementar uma mão-de-obra familiar da própria família senhorial. Isso por que, entre seus bens não se pode detectar quase nenhum indício de outra atividade produtiva a não ser fabricação de farinha. Os dois cativos que Margarida possuía eram Joaquina, de 30 anos, e Lucas, de 16 anos, possivelmente mãe e filho, ambos descritos como mulatos.

Os Casos da Amostragem dos Livros de Compra e Venda de Escravos

Na amostragem dos livros de compra e venda de escravos, se verificou que durante o período da Grande Seca de 1877-79, alguns cativos foram vendidos acompanhados de suas mães. Isso pode ser observado no processo de venda da cativa Ana, de 45 anos, em 1877. Natural de Afogados da Ingazeira, ela foi negociada a um comprador do Rio de Janeiro junto aos seus quatro filhos, Joana (20 anos), Benita (13 anos), Ignacia (12 anos) e Agostinho (11 anos). Em outro processo na mesma localidade, a cativa Inês, de 30 anos, e seu filho Hilário, 10, são vendidos juntos para um dos maiores traficantes de escravos desse período em Pernambuco, o Barão de Nazaré¹⁸⁷. Nos dois casos, os preços dos filhos e filhas estavam incluídos no valor da mãe. Provavelmente, quando chegassem a outras regiões, essas famílias poderiam vir a ser separada, principalmente aquelas com filhos de idade mais avançada, visto que eles não tinham nenhuma garantia legal que impedisse isso¹⁸⁸. Mas o fato de o vendedor sertanejo ter tido uma aparente intenção de não separar os laços entre mães e filhos pode demonstrar que, nesses casos específicos, a família escrava tenha atuado como uma rede de proteção social que agia contra a separação familiar.

Vale ressaltar que não se pretende apontar, aqui, que a separação dos parentes era algo raro no sistema escravista brasileiro. Segundo Andrade, essa situação “*compunha quadro dos mais pungentes e, certo, mais doloroso para a mãe cativa*”. Ele cita o exemplo da escrava Romana, em 1865, que “*com dois anos de idade, foi vendida para a fazenda dos Dorneles, no Rio Grande do Sul, passando depois para a família Vargas. Praticamente, só conheceu a mãe aos dezenove anos, quando seu pai foi buscá-la em São Borja, e a trouxe de novo para a fazenda da Cascata, em Queluz, província de São Paulo, onde nascera*”¹⁸⁹.

¹⁸⁷ ¹⁸⁷ VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. O. Tráficos e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878.

¹⁸⁸ Livros de Compra e Venda de Escravos - IAHGPE.

¹⁸⁹ ANDRADE, Rômulo. **Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista.** População e Família nº 1 (181-210). 1998. pg. 197.

Conclusões dos Casos Citados

A partir dos exemplos citados, pode-se afirmar que a busca por padrões genéricos de estrutura de família nuclear no Sertão de Pernambuco, muitas vezes, exclui vivências familiares de indivíduos. Os laços familiares estão presentes, não somente em famílias com estruturas fixas (mãe, pai, filhos), mas em qualquer laço primário de parentesco estabelecido na vivência do indivíduo. Sendo assim, pode-se trabalhar a família escrava, a partir da relação mãe-filho(a), ou somente a relação pai-filho(a), entre irmãos, ou ainda entre marido ou mulher. Qualquer tentativa de se estabelecer um padrão de estrutura familiar pode acarretar uma visão restrita de que, por exemplo, não houve família escrava no Sertão pernambucano. Tal perspectiva cai em desuso quando se observa, na segunda metade do século XIX, uma ampla maioria de escravos crioulos nessa região. Escravos que, indubitavelmente, construíram uma relação familiar com, pelo menos, sua mãe. Essa relação, por mais básica que seja, corresponde a uma organização social que (apesar de não se separar de outras organizações operantes no campo público) opera de modo particular. Mesmo que numa relação mãe e filho(a) (como no caso do quadro II) ou pai e filho (como no caso do quadro I) não se operem todas as funções da família nuclear desenvolvida por Murdock – como coabitação sexual, por exemplo – algumas funções como a educação e a cooperação econômica foram vivenciadas pelos indivíduos citados no exemplo.¹⁹⁰

Vale ressaltar que a categoria escravo solteiro poderia ser aplicada nos mais diferentes exemplos citados acima. No caso de algumas amostragens de famílias escravas, ela de fato correspondia a famílias onde o pai-marido se encontrava ausente, e dificilmente elas indicam casos de uniões consensuais entre esses agentes históricos.

5. CASAMENTOS DE ESCRAVOS EM FAZENDA GRANDE (FLORESTA)

O município de Fazenda Grande foi localizado às margens do Rio São Francisco, onde hoje circunda a atual cidade de Floresta. Essa região era uma grande área pecuarista, e, nos momentos em que o mercado algodoeiro foi favorável, foi desenvolvida, em razoável escala, a exportação desse produto. Em 1872, Fazenda

¹⁹⁰ MURDOCK, G. P. **Social Structure**. New York: Free Press, 1949. BOURDIEU, P. ob. cit.

Grande possuía uma população geral 15.142 habitantes, sendo 619 escravos e 14.523 livres.

Os casamentos de escravos nessa região foram realizados, geralmente, das 8h às 12 h *do dia*, fosse na Matriz de Bom Jesus dos Aflitos da Fazenda Grande ou em oratórios privados, espalhados ao longo das fazendas pecuaristas daquela região. Ao todo, o livro de casamentos dessa paróquia conta com cinquenta e uniões de cativos, entre os anos de 1840 a 1863. Há, nesse caso, maior concentração da amostragem entre os anos de 1843 e 1859 (ver tabela 15).

TABELA 15

TABELA DE NÚMERO DE CASAMENTOS POR ANO DOS ESCRAVOS SERTANEJOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE.

ano	N	%
1840	2	3,6
1841	2	3,6
1842	3	5,4
1843	8	14,3
1844	4	7,1
1845	3	5,4
1848	1	1,8
1852	7	12,5
1853	1	1,8
1854	4	7,1
1855	3	5,4
1856	2	3,6
1857	6	10,7
1858	2	3,6
1859	4	7,1
1861	1	1,8
1862	2	3,6
1863	1	1,8
Total	56	100,0

Entre esses casamentos, verifica-se que há uma considerável variação entre escravos de proprietários diferentes. A única exceção a essa tendência é, aparentemente, o proprietário de nome de Francisco Alves de Carvalho que aparece como senhor de escravos casado por seis ocasiões. Num desses casos, no casamento de Lourença e Bernardo, em 1841, o seu filho Francisco Alves de Carvalho Júnior aparece como uma

das testemunhas do matrimônio. O próprio Francisco Alves de Carvalho também aparece como testemunha em um outro casamento: o dos escravos Roque e Isadora, pertencentes, respectivamente, a Clara Linda da Silva e Manuel Salvador da Cruz (ver tabela 16).

TABELA 16

TABELA DE FREQUÊNCIA DE PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS SERTANEJOS CASADOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE.

Nome do Proprietário	N de Escravos Casados
Francisco Alves de Carvalho	6 escravos casados
José Correia Maurício	2 escravos casados
Tenente-Coronel José Francisco de Novaes	2 escravos casados
José Joaquim de Sá	2 escravos casados
Manuel Francisco de Novaes	2 escravos casados
Tenente-Coronel Serafim de Souza Ferraz	2 escravos casados
Os outros 40 proprietários	1 escravo casado

Entre os casamentos dos cativos percebem-se, pelo menos, duas tendências endogâmicas: a endogamia de condição legal, ou seja, quando os escravos preferiam se casar com outros escravos, e a endogamia de plantel, quando os cativos optavam por se casar com seus pares pertencentes ao mesmo proprietário.

A endogamia de condição legal se opera em 82,1% dos casos citados, o que talvez aponte mais para uma rejeição da população livre em se casar com os escravos do que para a preferência dos mesmos em se casar entre eles (ver tabela 17). Dos 9 casos onde a amostragem aponta casamentos de cativos com pessoas livres, pelo menos em 6 deles é verificada uma condição peculiar desses sertanejos não cativos. João Francisco Freitas, que se casou em 1857 com a escrava Antônia, era viúvo, assim como Maria da Conceição – que se uniu ao escravo Fortunato em 1856 – e Benedito de Bastos de Oliveira, que se casou com a escrava Arcângela. Mangica Maria de Jesus (que se casou com o escravo Marcos), e Henrique Pereira Bastos, que se casou com a escrava Maria, ambos no ano de 1852, eram órfãos. Em outro caso, Francisca Borges, livre e filha bastarda, casou-se com o cativo Gonsalo, em 1844. Nesses 6 casamentos, pode-se supor que a pessoa livre, por razões de status ou de dificuldade financeira, preferiram, ou só restaram a elas, uniram-se com cativos.

Vale ressaltar que, provavelmente, a rejeição da população livre em se casar com cativos deriva, muito mais da natureza de sua condição legal do que da impossibilidade do mesmo em agregar benefícios econômicos. Uma união com um escravo, possivelmente, significava para um livre correr o risco de ter o seu cônjuge vendido pela vontade de seu senhor – uma vez que o casamento para o escravo era naturalmente mais instável do que para um livre.

TABELA 17

TABELA DE ESTRATÉGIAS DE CASAMENTOS DOS ESCRAVOS SERTANEJOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE.

Tipos de Casamento	N	%
sem endogamia de condição legal	9	16,1
com endogamia de condição legal	47	83,9
Total	56	100,0

Mesmo com essa natural instabilidade, os cativos procuraram, na medida do possível, a estabilidade matrimonial. Isto explica, talvez a tendência endogâmica de casamentos de escravos do mesmo plantel. Dos 56 casos de casamentos escravos, 71,4% deles possuíam essa tendência (ver tabela 18). Tal estratégia matrimonial talvez seja justificada como uma tentativa dos cativos de desenvolverem um contato diático mais freqüente, além de uma relação mais estável. Um matrimônio entre escravos de diferente plantéis submetia a estabilidade familiar a dois proprietários de escravos, o que, conseqüentemente, seria mais instável a um matrimônio onde essa mesma estabilidade estivesse sujeita a um senhor. Dependendo da vontade de um senhor, e não de dois (como no caso dos casamentos sem essa endogamia), eles poderiam ter mais chances de não se separarem via venda ou de terem um maior contato diático.

Em alguns casos de escravos de diferentes plantéis que se casaram, entretanto, adquiriu-se também a oportunidade de uma relativa estabilidade. Um exemplo disso se verifica no casamento de Severino e Ludmila, em 1853, e de Faustino e Deodata, em 1854; nos dois casos, os senhores do cônjuge eram da mesma família: a Novaes, para o primeiro caso, e a Gomes de Sá para o segundo caso.

TABELA 18

TABELA DE ESTRATÉGIAS DE CASAMENTOS DOS ESCRAVOS SERTANEJOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE.

Tipos de Casamento	N	%
sem endogamia de plantel	16	28,6
com endogamia de plantel	40	71,4
Total	56	100,0

Esses dois comportamentos endogâmicos podem ter significado, além da busca por uma estabilidade familiar, um motivo para alguns cativos não se casarem. Se considerarmos que boa parte dos escravos sertanejos vivia em pequenos plantéis, podemos dizer que quanto menor o plantel menor a chance do matrimônio para eles. Assim, se um cativo buscava se casar fora desses comportamentos endogâmicos, ele provavelmente correria mais riscos em ter sua aliança quebrada por fatores relacionados à opressão senhorial.

Um outro ponto que se pode abordar sobre as estratégias matrimoniais dos cativos refere-se à busca por alianças via testemunhas de casamento. Na amostragem dessa documentação, há pelo menos três tipos de alianças que frequentemente são utilizadas pelos escravos sertanejos: 1) testemunhas na figura de cativos; 2) testemunhas no papel de homens livres; e 3) Membros da família senhorial como testemunhas.

No primeiro caso, esse tipo de aliança corresponde a 19,6% dos casos. Desses, 5,4% correspondem a dois escravos do mesmo plantel dos cativos casados; 8,9% correspondem a dois escravos e somente um do mesmo plantel dos cativos casados; e 1,8% dos casos sendo testemunhas mistas: um livre e um escravo. Destaca-se nesse caso a participação de Lourenço, escravo de Gabriel Gomes de Sá, em três ocasiões como testemunha. O uso de escravos como testemunhas, nesses casos, pode dar margem a dois tipos de especulações; 1) os cativos possuíam algum tipo de boa relação com a família senhorial ou desempenhavam atividades que pudessem dar a eles algum nível de status e de poder econômico superior aos dos cativos casados. 2) havia uma

intenção de reforçar o espírito de comunidade escrava; ampliando a aliança dos cativos para além dos dois indivíduos que celebraram o casamento.

A maior parte das testemunhas, entretanto, era constituída de homens livres: 76,8% dos casos. Desses, 25% eram membros da família senhorial, e 1,8% era o próprio senhor do cativo que se colocou na posição de testemunha (ver tabela 19). Os motivos que levaram os cativos a essa aliança podem ser compreendidos a partir de dois pontos de vista: eles procuravam obter, dos homens livres (e mais precisamente dos membros da família senhorial), alguma espécie de benefício para suas vidas públicas ou privadas; ou procuravam, no caso dos homens livres pobres, solidificar um laço de solidariedade existente entre eles e demais membros da comunidade sertaneja.

TABELA 19

TABELA SOBRE OS TIPOS DE TESTEMUNHAS NOS CASAMENTOS DOS ESCRAVOS SERTANEJOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE.

Tipo de testemunha de Casamento	N	%
Escravos	2	3,6
escravos do mesmo plantél	3	5,4
escravos, sendo um do mesmo plantél	5	8,9
misto, um livre e um escravo	1	1,8
Subtotal Escravos	11	19,6
Livres	28	50,0
família senhorial	14	25,0
próprio senhor	1	1,8
sem testemunhas	2	3,6
Total	56	100,0

Vale ressaltar que, muito provavelmente, essas testemunhas eram escolhidas pelos próprios cativos. Geralmente, quando ocorre uma repetição muito freqüente das testemunhas nos casamentos dos escravos, argumenta-se que os homens que serviram de testemunhas eram funcionários da Igreja ou pessoas que trabalhavam nos arredores delas, escolhidas somente para preencher um requisito da cerimônia. No caso dos casamentos de escravos em Fazenda Grande, entretanto, se verifica que há pouca repetição de testemunhas. Dos 56 casos, somente dois homens serviram em mais de dois matrimônios como testemunhas: o já referido Lourenço e o aparente liberto José Pereira Guiné (ver tabela 20).

TABELA 20

TABELA DE FREQUÊNCIA DAS TESTEMUNHAS DOS CASAMENTOS DOS ESCRAVOS SERTANEJOS EM PERNAMBUCO (1840-1863). FONTE: LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DO BOM JESUS DOS AFLITOS DE FAZENDA GRANDE

Nome da Testemunha	N de Escravos Casados
José Pereira Guiné	3 escravos casados
Lourenço, escravo de Gabriel Gomes de Sá	3 escravos casados
Alexandre da Silva Leal	2 escravos casados
Antônio Alves de Carvalho e Lima	2 escravos casados
Antônio de Barros dos Santos	2 escravos casados
Antônio Rodrigues da Cruz	2 escravos casados
Gonsalo José dos Santos	2 escravos casados
José Parlino Roiz de Barros	2 escravos casados
Manuel da Silva Leal	2 escravos casados
Manuel Lopes de Sá	2 escravos casados

Todo casamento escravo – em tese – quando planejado pelo próprio cativo, visava uma aliança. Esses laços de solidariedade, vivenciados nas práticas de parentesco, poderiam ser tecidos com outro escravo, com homens livres, com membros da família senhorial e, até mesmo, com o próprio senhor. Isso verifica que a família escrava constituía um agente de proteção social ou, mais ainda, uma base na qual se desenvolvia a sociabilidade dos indivíduos. No caso do matrimônio, ao contrário das relações de filiação, os laços de parentesco são constituídos a partir de uma escolha recíproca. Quem os escravos escolhiam para se casar, ou quem eles elegiam como testemunhas, estava relacionado com as redes as quais eles teciam, ao longo de sua vida, para tentar ter menos sofrimento, e, porque não, serem mais felizes.

CONCLUSÃO

As correntes teóricas da História têm ressaltado a relação da pesquisa historiográfica com o tempo vivido pelo historiador e, até mesmo, com suas experiências pessoais. É quase impossível separar, por exemplo, a narrativa histórica do momento presente e da História de vida do pesquisador. Assim, é notória a relação das obras de Hannah Arendt e sua experiência na Alemanha nazista; de Gilberto Freyre e sua descendência *açucocrática*; de Stanley Elkins e suas lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

Nesse estudo sobre a família escrava sertaneja há um toque de personalidade latente que resulta numa intenção quase obsessiva em resgatar o papel social da mãe escrava. O olhar recente sobre a família cativa, muitas vezes, é feito de maneira voltada exclusivamente, à família nuclear. Talvez isso decorra da forma tradicional de casamento instituída pela civilização cristã-ocidental até a década de 1960. A partir desse período, por razões que não cabem nessa breve conclusão, o divórcio passou a ser mais freqüente na família brasileira – e isso, provavelmente, tem um efeito acadêmico nos estudos sobre a História da família. É muito difícil, para quem não teve a vivência em uma família nuclear padrão, aceitar a posição de grande parte da historiografia tradicional que associa a moralidade familiar, entre outros elementos, ao casamento.

Procurou-se então, nessa dissertação, propor uma abordagem histórica e antropológica acerca da família cativa sertaneja. Para isso, foi priorizada a dinâmica social e cultural das relações de parentesco em detrimento da busca incessante pela suposta *moralidade* familiar. Um passo dado nessa direção foi a tentativa de, na medida do possível, dissociar a categoria família do senso comum e teorizá-la a partir de padrões acadêmicos. Inicialmente, enfatizou-se a crítica à cristalização da estrutura familiar no padrão da família nuclear, buscando, com isso, um espaço para se debater mais profundamente as relações mães e filhos-filhas – sem necessariamente classificá-la numa categoria inferior à família composta por pai-marido, mãe-esposa, filhos e filhas. A partir desse pilar teórico, pode-se especular o que significava a família para o cativo sertanejo e quais eram as estratégias de parentesco adotadas por esses agentes históricos.

Mesmo sob todas as possibilidades de se generalizar o escravismo brasileiro em sua totalidade, nota-se com os avanços das pesquisas históricas, que ele se constituiu de maneira parecida à um arquipélago, como ilhas de pequenos sistemas escravistas interligadas umas às outras. As diferenças existentes entre as variadas formas de escravismo de *plantation*, de escravismo urbano e de escravismo em economias de abastecimento interno, contestam qualquer análise que tente encarar o sistema escravista brasileiro como um bloco uniforme. Assim sendo, também é imprecisa uma classificação homogênea acerca da família escrava brasileira que desconsidere as especificidades regionais de cada localidade. Ao longo do território brasileiro, provavelmente ocorreram estratégias de parentesco semelhantes ou distantes das descritas nessa dissertação.

Em meio ao semi-árido pernambucano, desenvolveu-se uma sociedade paralela à do litoral da província. Em vez de grandes *plantations* de açúcar, da casa grande, da senzala, do costume aristocrático, do escravismo de grande plantel e de uma elite política formada por bacharéis, nasceu uma sociedade sem luxo, composta por homens e mulheres iletrados que habitavam casas de taipa ou de barro, cultivando bodes, bois, cavalos e jumentos e plantando, na maior parte do tempo, feijão, mandioca e milho. Uma sociedade que desenvolveu um escravismo de pequeno plantel, e aparentemente não possuía uma economia tão dependente da mão-de-obra cativa quanto a zona açucareira.

Nessas terras, em 1850, a maioria dos cativos foi caracterizada como composta de crioulos, o que conseqüentemente indica que a descendência africana não era tão presente quanto em áreas importadoras de escravos africanos. Assim, o escravo crioulo nessa região foi, antes de tudo, um escravo sertanejo. E o seu modo de vida se assemelhava, na maior parte de seus aspectos culturais, ao modo de vida de um nativo dessa terra.

Por se tratar de uma região que abastecida via reprodutividade escrava, a família significava, para esse agente histórico, a base de sua sociabilidade. A partir dela, e para ela, eram traçadas as estratégias de vivências que tornavam a vida desses indivíduos menos penosa. Ela representou, ainda, uma aliança natural que contextualizada na opressão senhorial típica dos regimes escravocratas atuou como uma rede de proteção social. Nesse sentido, se compartilha da tese genérica de Herbert Gutman, para quem

as famílias constituíram um mecanismo fundamental da sobrevivência, permitindo os escravos resistir ao tipo de desumanização que Elkins acreditou que se submeteram, [...] no seio de suas famílias eles [os escravos] amaram, riram, discutiram, planejaram, cantaram, e resistiram como qualquer povo livre¹⁹¹.

Um escravismo que se abastecia via reprodutividade escrava foi também o escravismo possível a ser desenvolvido naquela região, uma vez que a baixa arrecadação da economia pecuarista tenha, provavelmente, inviabilizado uma constante compra de cativos oriundos da África. Gerou-se, portanto, no Sertão pernambucano, uma sociedade onde os escravos moravam em casas de pau a pique, falavam a língua nativa, ensinavam seus filhos a costurar, a cultivar bodes e a cortar o couro, realizavam festas típicas e tinham, em seus períodos de folga, um contato mais íntimo, compartilhando com seus familiares momentos de tristeza ou felicidade.

A condição legal de cativo fornecia a essas famílias, entretanto, várias peculiaridades. Alguns fatores da interferência senhorial, como o trabalho compulsório, a possibilidade de ser vendido, o castigo corporal e a violência sexual faziam com que as estratégias matrimoniais dos escravos sertanejos tivessem suas particularidades. Nesse caso, foi apontada como uma estratégia dentro da vivência do parentesco não só o casamento como regra geral, mas também o não casar enquanto estratégia familiar. Destacou-se, então, o desequilíbrio econômico entre o homem e a mulher cativa provocado pelas diferenças nas atividades que os mesmos realizavam como um importante fator para o não casamento.

Sob esse ponto de vista, em se tratando de um escravismo abastecido via reprodutividade escrava, deve ter ocorrido uma pluralidade de formações familiares que não cabe ao pesquisador julgar se são boas ou ruins. Os casos qualitativos demonstram ocorrências de famílias com o pai ausente, famílias nucleares e famílias nucleares estendidas. Ressalta-se, ainda, que entre essas diversas possibilidades de estrutura familiar, a mulher escrava em muitos casos assumiu condições de chefias de lar – fosse pela decorrência da ausência do pai-marido, fosse porque assumia um papel econômico no campo doméstico superior ao dele. A família das escravas foi, portanto, uma forma de família recorrente nessas terras.

¹⁹¹ GUTMAN, Herbert. ob. cit. KOLCHIN, Peter. ob. cit. pg. 139, 140.

Em tese, os proprietários de escravos poderiam usar as famílias cativas para uma multiplicidade de fins: reprodutividade de seu plantel, melhor aproveitamento das atividades das crianças cativas ou impedimento de fugas. No Sertão pernambucano, o desenvolvimento de laços familiares também poderia garantir, pelo menos, a ampliação da reprodutividade cativa, assegurando ao senhor a continuidade de seu plantel, geração de mão-de-obra e aumento do patrimônio.

Somente se os senhores escravistas tivessem conseguido implementar um regime onde os cativos conseguissem se reproduzir sem necessariamente desenvolver relações familiares se poderia afirmar que o sistema escravista impedia a formação da família escrava. O que ocorreu, no entanto, era que o escravo, enquanto agente humano, não se submeteu a essa idealização, mas ao contrário, ele tentou a todo custo solidificar esses laços de parentesco, morando em casas de pau-a-pique, se casando ou tentando garantir benefícios materiais ao seu lar.

A escravidão interferiu na vida familiar dos cativos, mas não foi capaz de extingui-la. Ao contrário, foi a vivência em família que acabou se adaptando às condições da escravidão e ganhou uma forma peculiar, tanto no nível do status quanto no nível da funcionalidade. São diversos exemplos que atestam isso na historiografia e nas fontes históricas: o fogo na casa dos escravos de Campinas e as redes de parentescos formadas pela prática matrimonial exogâmica, ao longo das fazendas algodoeiras do sul dos Estados Unidos, ou ainda as compras de liberdade de escravos que as mães cativas faziam em Minas Gerais ou Recife. Esses micro-casos aqui analisados comprovam que a ação social da família escrava no Novo Mundo constituiu-se não apenas em uma forma de resistência, mas, principal e fundamentalmente, em uma ação natural do agir humano.

ARQUIVOS

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano - PE

Acervo Digital do *Center for Research Libraries* - EUA

Acervo Digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - EUA/SP/PE

Arquivo Público de Pernambuco - PE

Arquivo do Museu Nacional – RJ

FONTES

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um Sertão e o Sertanejo: Pernambuco*. 2ª ed. - Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Moxotó Brabo: Pernambuco*. 2ª ed. - Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Três Ribeiras. Pernambuco*. 2ª ed. - Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979.

BARBALHO, Nelson, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco.; CENTRO DE ESTUDOS DE HISTORIA MUNICIPAL (RECIFE, PE).. *Cronologia pernambucana: subsídios para a historia do Agreste e do Sertão . Pernambuco: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de*, 1982-1988. V. 10.

CAMARA, Manuel Arruda da.; MELO, Jose Antonio Gonçalves de. *Manuel Arruda da Câmara obras reunidas c. 1752-1811*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).

SAINT-HILARE, Auguste de. *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivalde Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.

- _____. Inventários do Sertão no Séc. XIX – Arquivo Orlando Cavalcanti/ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.
- _____. Livros de Compra e Venda de Escravos – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.
- _____. Levantamento Populacional de 1858/59 – Relatório da Polícia Civil/Arquivo Público de Pernambuco.
- _____. Censo de 1872 – Museu Nacional
- _____. Livro de Casamentos da Paróquia Bom Jesus dos Aflitos de Fazenda Grande – Acervo Digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.
- _____. Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1850 o excellentissimo concelheiro de estado, Honorio Herméto Carneiro Leão, presidente da mesma provincia. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1850.
- _____. Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1851 o excellentissimo conselheiro José Ildefonso de Souza Ramos, presidente da mesma provincia. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1851.
- _____. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco, apresentou na abertura da sessão ordinaria em o 1.o de março de 1853 o exm. presidente da mesma provincia, Francisco Antonio Ribeiro. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1853.
- _____. Relatório do presidente da provincia de Pernambuco em o 1.o de março de 1854]. Assinado por Joze Bento da Cunha e Figueiredo, Recife, Mar. 1, 1854.
- _____. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1855 o exm. sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1855.
- _____. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1856 o exm. sr.

conselheiro dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1856.

_____. Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1857 o exm. sr. conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1857.

_____. Relatorio que na abertura da Assembleia Provincial de Pernambuco no dia 12 de abril do corrente anno, apresentou o presidente da provincia, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria, 1858.

_____. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em o 1o de março de 1864 pelo exm. sr. dr. Domingos de Souza Leão, vicepresidente de Pernambuco. Recife, Typ. do Jornal do Recife, RELATORIO 1864.

_____. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em o 1.o de março de 1865 pelo exm. sr. dr. Antonio Borges Leal Castello Branco, presidente de Pernambuco. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1865. RELATORIO 1865.

_____. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 1.o de março de 1866 pelo exm. snr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente de Pernambuco. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1866.

_____. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de abril de 1867 pelo exm. sr. conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo, presidente de Pernambuco. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1867.

_____. Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. conde de Baependy, presidente da provincia, na sessão da installação em 10 de abril de 1869. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1869.

_____. Falla com que o excellentissimo senhor desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco

em o 1.º de março de 1875. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa e F. & Filhos, 1875.

_____. Falla com que o exm. sr. commendador João Pedro Carvalho de Moraes abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial em o 1.º de março de 1876. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria e Filhos, 1876.

_____. Falla com que o exm. sr. doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de março de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueirôa de Faria & Filhos, 1877.

_____. Projecto de receita provincial organizado por ordem do exm. sr. desembargador José Manoel de Freitas, dignissimo presidente desta provincia, pelo administrador do Consulado Provincial, bacharel Francisco Amyntas de Carvalho Moura. Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1884. RELATORIO 1884

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Marcos M. de. **A Coartação: uma Singularidade Mineira no Sistema de Alforria Colonial?** In: Revista da SBPH, Curitiba, n. 18, pg. 77-91, 2000.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana/Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 6ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1986.

ANDRADE, Rômulo. **Casamento Entre Escravos na região Cafeeira de Minas Gerais**. Revista da Universidade Rural, série ciências humanas. V. 22, n2, p.177-197.

ANDRADE, Rômulo. **Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista**. População e Família nº 1 (181-210). 1998.

BARBOSA, Tanya Maria Brandão. **O escravo na formação social do Piauí perspectiva histórica do século XVIII**. Recife, 1984.

- BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora da UFPE, 1998.
- CHAULHOURN, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- EISENBERG, Peter L.. **Modernização sem mudança a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910** . Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP.
- ELKINS, Stanley. **Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life**. Chicago: The University of Chicago Press. 1959.
- FENOALTEA, Stefano. **Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model**. *Journal of Economic History*, 44. 1984. 635-668.
- FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 13ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.
- FERRAZ, Socorro, BARBOSA, Bartira F. **Sertão, um espaço construído**. 1ª. ed. Salamanca: Universitária Salamanca, 2005.
- FLORENTINO, Manolo Garcia & GOES, Jose Roberto, 1958. **A paz nas senzalas famílias e escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850** . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. London: Harper'S Magazine Press. 1974.
- FORTES, Meyer. **The Web of Kinship among the Tallensi**. London: Oxford University Press, 1949.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Nacional, 1974.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

- GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- GOLDIN, Claudia; SOKOLOFF, Kenneth **The Relative Productivity Hypothesis of Industrialization**. Quarterly Journal of Economics 1984.
- GUERSTEL, Naomi e GROSS, Harriet orgs. Families ans Work. In: OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Social no Séc. XX**. Jorge Zahrah Editora. 1996.
- GUTMAN, Herbert G. **The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 – 1925**. New Yorck; Vintage, 1976;
- HALL, John R. **Cultural Meanings and Cultural Structures in Historical Explanation**. History and Theory. Vol. 39, No. 3. 2000.
- KOLCHIN, Peter. **American Slavery**. 1619-1877. Hill and Wang, New York, 1993.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Vozes, 2003.
- LIMA, Tatiana S. **As Relações entre Senhores, Escravos e seus Familiares nos Registros de Cartas de Alforria, Recife, 1840-1860**. Revista do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 61, Julho de 2005. Recife.
- LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Editora da USP, 2005.
- MARTINS, Estevão R. **História e Teoria na Era dos Extremos**. Revista de História e Estudos Culturais. Fênix, Vol. 3 Junho 2006.
- MATTOS, Hebe. de. **Das cores do Silêncio (Os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil séc. XIX)** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOSO, Kátia de Q. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
- MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol-Violência e Banditismo noNordeste do Brasil**. Pernambuco: Editora A Girafa, 2004.

- MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard M. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2003.
- MURDOCK, G. P. **Social Structure**. New York: Free Press, 1949.
- NEDHAN, Rodney. **Remarks on the Analysis of Kinship and Marriage**. London: Tavistock Publications., 1971.
- OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Batismo de Escravos Adultos e o Parentesco espiritual nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Anais da V Jornada Setecentista, 2003.
- PATRIOTA, Fernando. **De Baraúnas e Palavras. Ensaio sobre o Sertão**. 1a. Ed. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2003.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz, 1962-. **Guerra dos Bárbaros resistência indígena e conflitos na Nordeste colonial**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- PRADO JUNIOR, Caio. 1907. **História Econômica do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- REIS, João Jose. **Negociação e conflito**. São Paulo, Companhia das letras, 1989.
- SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco trechos de um Diário de Viagem**. Rio de Janeiro: J. Leite, 1936.
- SEGALEN, Martine. **Historical Anthropology of the Family**. Cambridge University Press, 2002.
- SILVA, Carla Aparecida. **Escravidão na Província do Piauí: As listas de classificação dos escravos (1874- 1876)**. Monografia de Conclusão de Curso – USP. 2003.
- SLENES, Robert W. **Demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888**. Ann arbor: Univ Microfilms Int, 1976. 2 v.
- _____. **Na senzala, uma flor esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- SMITH, Raymond. **The Matrifocal Family. Power, Pluralism, and Politics.** Routledge. 1996.
- STACK, Carol. **All Our Kin.** NY: Basic Books. 1974.
- THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico. 1400-1800.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.
- VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. O. **Tráficos e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878.** Revista do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 61, Julho de 2005. Recife.
- _____. **Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1770-1887.** Série Textos Para Discussão. ECO-UNB. No. 231. Brasília, 2002. www.unb.br.
- _____. **Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX.** Série Textos Para Discussão. ECO-UNB. No. 252. Brasília, 2002. www.unb.br.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. **Escravidão no Brasil: uma Análise Econômica.** Revista Brasileira de Economia 48(4):463-478, dez,1994.
- WOORTMANN, Klaas e WOORTMANN, Ellen. **Monoparentalidade e Chefia Feminina. Conceitos, Contextos e Circunstâncias.** Série Antropológica. N 357. Brasília, 2004. www.unb.br .
- WOORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres.** RJ: Tempo Brasileiro, 1987.
- _____. **Levi-Strauss e a Família Indesejada.** Série Antropológica. No. 351. Brasília; 2004.